



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES E
EDUCAÇÃO

ERISTON PEREIRA RAMOS

Governança e participação social junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um estudo sobre as dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022.

ABAETETUBA – PA

2024

ERISTON PEREIRA RAMOS

Governança e participação social junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um estudo sobre as dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Sociais e suas Humanidades, na linha de pesquisa Políticas Públicas.

ABAETETUBA – PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R175g Ramos, Eriston Pereira.
Governança e participação social junto ao Programa Dinheiro Direto
na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação
Educação Conectada: Um estudo sobre as dinâmicas de implantação em
um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a
2022. / Eriston Pereira Ramos. — 2024.
162 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Programa de Pós-Graduação em
Cidades, Territórios, Identidades e Educação, Abaetetuba, 2024.

1. Gestão; Governança; Participação; Políticas Públicas.. I. Título.

CDD 379.152

098115

ERISTON PEREIRA RAMOS

Governança e participação social junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um estudo sobre as dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Sociais e suas Humanidades, na linha de pesquisa Políticas Públicas.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Yvens Ely Martins Cordeiro

DATA DA AVALIAÇÃO: ____/____/____

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
PPGCITE/Campus Abaetetuba/UFPA - Orientador e Presidente da Banca Avaliadora

Prof^o. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
PPGCITE/Campus Abaetetuba/UFPA – Membro Interno

Prof^a. Dr. Rejane Cleide Medeiros de Almeida
PPGCUT/Campus Palmas/UFT – Membro Externo a Instituição

ABAETETUBA – PA

2024

Dedico este trabalho aos meus pais, José Ramos de Araújo e Maria Pereira Ramos, e ao meu filho, Gustavo Costa Ramos, os quais são minha principal fonte de inspiração e incentivo pessoal, intelectual e acadêmico nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Pessoas e instituições,

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida e pela força que sustentou cada etapa desta jornada. Sou grato também ao universo, pelos momentos de reflexão que me impulsionaram a compreender, com maior profundidade, o sentido da existência humana e social.

Manifesto minha sincera gratidão aos meus pais, José Ramos de Araújo e Maria Pereira Ramos, semianalfabetos, que dedicaram suas vidas ao esforço de educar seus dez filhos, acreditando que o estudo poderia transformar nossas trajetórias. Mesmo diante de dificuldades, nunca deixaram faltar incentivo, compromisso e amor. Também agradeço ao meu filho, Gustavo Costa Ramos, que compreendeu minhas ausências durante os deslocamentos para as atividades do mestrado e foi motivo constante de determinação.

Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE/UFGA) e aos professores doutores que contribuíram decisivamente para minha formação acadêmica e pessoal ao longo desses dois anos de convivência enriquecedor.

Registro meu profundo reconhecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, cuja generosidade intelectual, compromisso e presença constante foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Mesmo diante de desafios profissionais, acadêmicos e familiares, manteve-se firme, oferecendo orientação segura, humana e atenciosa.

Aos colegas de turma, agradeço pelas discussões, debates e trocas que ampliaram minha visão acadêmica e fortaleceram minha caminhada formativa. Cada contribuição, seja próxima ou distante, compôs este processo de amadurecimento intelectual e humano.

Agradeço ainda à turma do Curso de Tecnologia em Agroecologia, onde realizei o estágio de regência observada, pela receptividade, respeito e parceria demonstrados durante as atividades.

Sou grato aos amigos professores Edivaldo Rodrigues Dutra, Janderson Ribeiro Câmara e Adriano Lázaro Teixeira. Janderson pela tradução dos resumos em inglês; Edivaldo, ex-aluno que hoje caminha ao meu lado nas produções acadêmicas; e Adriano, pelo apoio nas transcrições das entrevistas e organização dos gráficos da pesquisa.

Registro um agradecimento especial ao Prof^o Joel Pimentel Pereira, um dos grandes incentivadores da minha transferência para a SEMED e um motivador constante para que eu

continuasse estudando. Sua confiança, apoio e reconhecimento profissional contribuíram significativamente para que meu nome se tornasse referência de dedicação aos estudos e compromisso com a educação pública. Sua participação em minha trajetória representa um marco inspirador que reforçou meu propósito acadêmico e profissional.

Agradeço, de forma especial, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e financeiro, indispensável para a realização deste mestrado e para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, científicas e formativas ao longo deste percurso.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista, registro minha mais profunda gratidão.

Muitíssimo obrigado!

Agora, o tempo eletrônico comanda a vida do mundo, acelerando e diversificando intercâmbios e comércios, trocas e negócios, até mesmo as relações entre os povos. Assistimos ao surgimento de um mundo sistematizado, tecnificado, pragmático, impondo os princípios da quantificação e da eficiência a todas as atividades, produções culturais, modos de vida e de cosmovisão. É a chamada globalização do capital, das condições de produtividade, do mercado, do lucro e das exigências desse mesmo mercado.

Carvalho (2008). A condição humana em tempo de globalização: a busca do sentido da vida.

RESUMO

A pesquisa adota o formato "multipaper" e analisa a governança na gestão pública participativa, com foco na descentralização das políticas públicas educacionais, especialmente ao programa PDDE Básico e à política PIEC. A metodologia utilizada incluiu estudos documentais, análise bibliográfica de periódicos da CAPES e entrevistas semiestruturadas em cinco escolas (municipais e estadual, urbanas e do campo), com a participação de doze entrevistados. Dividida em três capítulos, a pesquisa investigou: 1) A importância da gestão participativa para fortalecer a descentralização no programa PDDE Básico e na política PIEC; 2) A ampliação do acesso à internet e o uso de tecnologia na educação básica e; 3) Os desafios na implementação desses programas em Garrafão do Norte-PA. Os resultados indicam que a criação de novas UEX^s e a autonomia das escolas são essenciais para uma gestão eficiente e alinhada às necessidades educacionais. Para a efetividade do programa e da política estudada, é fundamental uma gestão democrática e inclusiva, garantindo a descentralização, autonomia e melhorias sustentáveis na educação local.

Palavra-Chave: Gestão; Descentralização; Governança; Participação; Políticas Públicas.

ABSTRAT

The research adopts the "multipaper" format and analyzes governance in participatory public management, focusing on the decentralization of public education policies, especially the PDDE Básico program and to the PIEC policy. The methodology used included documentary studies, bibliographic analysis of CAPES journals and semi-structured interviews in five schools (municipal and state, urban and rural areas), with the participation of twelve interviewees. Divided into three chapters, it investigated: 1) The importance of participatory management to strengthen decentralization in the PDDE Básico program and to the PIEC policy; 2) The expansion of internet access and the use of technology in basic education and; 3) The challenges in implementing these programs in Garrafão do Norte-PA. The results indicate that the creation of new UEx and the autonomy of schools are essential for efficient management aligned with educational needs. For the effectiveness of the program and the policy studied, democratic and inclusive management is essential, ensuring decentralization, autonomy and sustainable improvements in local education.

Keywords: Management; Decentralization; Governance; Participation; Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Trabalhos analisados	78
Quadro 02: Categoria Estrutural	80
Quadro 03: Categoria Operacional	81
Quadro 04: Categorical Social Participativa	82
Quadro 05: Valores fixos destinados (Resolução nº 03, de 07 de março de 2024)	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese das escolas paraenses na política PIEC	100
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Panorama da política PIEC no Pará	100
Gráfico 2. Demonstrativo de recebimentos do programa PDDE Básico e da política PIEC das Escolas com UEX ^s de 2018 a 2022	111
Gráfico 3. Demonstrativo de recursos das Escolas sem UEX ^s de 2018 a 2022	113
Gráfico 4. Pergunta quantitativa 01, respostas das alíneas a e b da questão 1	116
Gráfico 5. Pergunta quantitativa 02, respostas das alíneas a da questão 2	117
Gráfico 6. Pergunta quantitativa 01, respostas das questões 3 e 4	118
Gráfico 7. Pergunta quantitativa 01, respostas das questões 11 e 12	119
Gráfico 8. Pergunta quantitativa 01, respostas da questão 13	120
Gráfico 9. Pergunta quantitativa 01, respostas da questão 13	122
Gráfico 10. Pergunta quantitativa 02, respostas das questões 5 e 7	123
Gráfico 11. Pergunta quantitativa 01, questão 24 e quantitativa 2, questão 6	125
Gráfico 12. Pergunta quantitativa 01, questão 25 e quantitativa 2, questão 10	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGCITE – Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação

UFPA – Universidade Federal do Pará

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UEx – Unidade Executora Própria ou Unidades Executoras Próprias (UEX^s)

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PIEC – Política de Inovação Educação Conectada

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

EC – Emenda Constitucional (EM)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

EJA – Educação de Jovens e Adultos

UEPA – Universidade Estadual do Pará

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

ISEFECHR – Instituto Superior de Filosofia, Educação, Ciências Humanas e Religiosas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDE-Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

MEC – Ministério da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

TCM – Tribunal de Contas dos Municípios

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará

IES – Instituições de Ensino Superior

COIMP – Consórcio Integrado dos Municípios do Nordeste Paraense

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

CECAMPE – Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais

AMUNEP – Associação dos Municípios do Nordeste do Pará
AMAT – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
AMUT – Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica
EEX – Entidade Executora
EM – Entidade Mantenedora
UAB – Universidade Aberta do Brasil
PAR – Plano de Ações Articuladas
PNATE – Políticas Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
CF – Constituição Federal
PMDE – Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
PPP – Projeto Político Pedagógico
PAF – Plano de Ações Financeiras
DME – Dirigente Municipal de Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
PC – Prestações de Contas
SIGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas
BB – Banco do Brasil
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
ProIEC – Programa de Inovação Educação Conectada
AVAMEC – Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
SEB – Secretaria de Educação Básica
ASR – Automatic Speech Recognition
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD – United Nations Development Programme
CD – Conselho Deliberativo
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	20
1.1. MEMÓRIA DE VIDA E ACADÊMICA	31
1.2. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	45
2. CAPÍTULO 1. Fortalecimento da gestão descentralizada das UEX^s junto ao programa PDDE Básico e da política PIEC: democratização e autonomia financeira das escolas.	48
2.1. INTRODUÇÃO	48
2.2. METODOLOGIA	49
2.3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	51
2.3.1. O programa PDDE Básico e a política PIEC no contexto da democratização da gestão pública: princípios e fundamentos legais	51
2.3.2. A descentralização escolar e a implementação do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas	53
2.3.3. A autonomia financeira na gestão dos recursos públicos, oriundos do programa PDDE Básico e das Ações Integradas da política PIEC	54
2.4. RECEITUÁRIO DO PROCESSO DE ADEÇÃO AO PROGRAMA PDDE BÁSICO E SUAS AÇÕES INTEGRADAS, EM ESPECIAL DA POLÍTICA PIEC E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	56
2.4.1. Adesão ao programa PDDE Básico	56
2.4.2. Adesão as Ações Integradas: política PIEC, via sistema SIMEC e PDDE Interativo.....	57
2.4.3. Prestação de Contas (PC) em sua nova formatação	58
2.5. INTERAÇÃO ENTRE OS AUTORES: análise e discussões do estudo da arte.....	60
2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
2.7. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	67
3. CAPÍTULO 2. Políticas públicas de educação: panorama da Educação Conectada no estado do Pará, Amazônia.	72
3.1. INTRODUÇÃO	72
3.2. DESENVOLVIMENTO	73
3.2.1. Surgimento da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) e suas diretrizes	73
3.2.2. A política PIEC no contexto Paraense	76
3.3. METODOLOGIA	79
3.4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	79
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
3.6. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	83
4. CAPÍTULO 3. Perspectivas e desafios na implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, no território do nordeste paraense, município de Garrafão do Norte, estado do Pará	87

4.1. INTRODUÇÃO	87
4.2. METODOLOGIA	88
4.3. RESULTADOS	90
4.3.1. O Lócus da pesquisa.....	90
4.3.2. O programa PDDE Básico e a política PIEC em Garrafão do Norte-PA	91
4.3.3. A perspectiva dos Conselheiros Escolares sobre a gestão do programa PDDE Básico e a política PIEC: em suas categorias	98
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
4.5. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	109
5. CONCLUSÃO GERAL	114
6. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	117
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do ENTREVISTADO.	
ANEXO 2 – Questionários de Pesquisa (Quantitativo 1 e 2).	
ANEXO 3 – Tabelas de tabulação de dados da pesquisa.	

1. INTRODUÇÃO GERAL

A governança pode ser compreendida como o conjunto de processos, políticas, regulamentos e práticas adotadas para garantir transparência, eficiência e responsabilidade na gestão de organizações, sejam elas públicas ou privadas. No setor público, a governança é fundamental para assegurar que os recursos sejam aplicados de forma ética e eficaz, atendendo às demandas da sociedade por serviços de qualidade e promovendo o bem-estar coletivo.

A gestão democrática está intrinsecamente ligada a esse processo, pois enfatiza a participação ativa da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas. Isso implica a descentralização das decisões, permitindo que diferentes atores sociais contribuam para a administração pública, ampliando a legitimidade e a eficiência das ações governamentais.

De acordo com Santos e Souza (2021, p. 6-7), “a população brasileira, nos últimos anos, tem buscado exigir que as organizações públicas façam uso adequado de recursos financeiros, convertendo-os em serviços públicos de qualidade”. Esse cenário reflete um movimento crescente de controle social e participação cidadã, no qual a transparência e a prestação de contas de programas educacionais se tornaram elementos centrais para consolidar a confiança da população nas instituições.

Além disso, a governança no setor público está diretamente relacionada à gestão estratégica, a qual possibilita a definição de objetivos claros, o monitoramento de políticas públicas e a implementação de ações que garantam maior equidade e inclusão social. A governança eficiente promove integridade, equidade e desenvolvimento sustentável, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em critérios técnicos, éticos e alinhados ao interesse público.

Conforme aponta Vieira et al. (2019):

governança pública é orientada para o fortalecimento das redes de colaboração que reconhecem a existência de múltiplos e independentes atores que contribuem não só para informar o processo decisório, mas efetivamente prover uma grande variedade de bens e serviços de interesse público (Vieira et al., 2019, p. 34).

Dessa forma, a governança não apenas orienta a administração pública para uma gestão mais responsável e eficiente, mas também fortalece os mecanismos de participação social, garantindo que diferentes segmentos da sociedade possam contribuir ativamente para a

formulação e avaliação das políticas públicas. Esse modelo participativo reforça a democracia e amplia a legitimidade das ações governamentais, consolidando um ciclo de melhorias contínuas na prestação dos serviços públicos, evidenciando avanços em sua conjuntura legal.

O contexto de eficiência e transparência também se reflete no campo educacional, especialmente em regiões de grande complexidade socioambiental, como o território amazônico. Com sua vasta biodiversidade e desafios estruturais, garantir políticas socioeconômicas adequadas requer abordagens inovadoras e adaptativas para a efetivação do direito à educação.

Nesse cenário, o município de Garrafão do Norte, estado do Pará, como parte desse território, não é exceção. O contexto do programa PDDE Básico e da política PIEC surge como uma tentativa de superar tais barreiras, promovendo melhorias na infraestrutura escolar, na qualidade do ensino e no acesso à educação digital. Assim, a descentralização administrativa e financeira dessas instituições escolares permite uma gestão educacional mais responsiva às necessidades locais, garantindo maior eficiência na alocação de recursos e uma educação mais inclusiva e equitativa para a população.

O programa PDDE Básico (assim o denominarei a partir deste ponto da pesquisa) tem por finalidade a “execução das políticas de financiamento da educação, inclusive que elas possam atender as especificidades tanto locais e regionais, como as propostas pedagógicas, proporcionando a valorização e o fortalecimento das identidades dos grupos atendidos” (Katrib et al., 2024, p. 9), assim, este contexto permite uma gestão mais autônoma e direcionada às necessidades locais. Por outro lado, a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), instituída no final do ano de 2017, como programa e que, após quatro anos de sua implantação, foi elevado à condição de política pública de Estado. Esta surge como uma medida essencial para promover a inclusão digital e a modernização do ambiente educacional nas escolas brasileiras.

É importante compreender e distinguir esses dois termos, uma vez que “o Programa de Inovação Educação Conectada foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, e elevado à Política de Inovação Educação Conectada, pela Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021” (Souza, 2022, p. 15). A principal diferença entre eles está nos termos aplicados e na distinção entre programa e política pública. Ao longo dos anos, muito tem sido discutido sobre os conceitos de "programa" e "política", especialmente no que se refere à distinção entre esses dois termos.

Nesse contexto, Souza (2022) define política pública como:

política pública é um sistema que reúne poder e processos do Estado voltados à solução de problemas públicos, este entendido como algo com relevância social que, quando objeto de discussão de um Estado, pode ser resolvido por meio de políticas públicas que viabilizem formas legais e financeiras para tal. Esse sistema se dá dentro da gestão pública e envolve diferentes atores em um ciclo que fornece subsídios ao governo para análise e tomada decisões [...] (Souza, 2022, p. 26).

Por sua vez, Parente (2021) explora a diferenciação entre os termos "política" e "programa", afirmando que:

A depender de como as ações do Estado são formuladas podem ser classificadas em: políticas de governo, ou seja, aquelas implementadas de forma unilateral, sem que haja um debate público mais amplo; ou políticas de Estado, elaboradas a partir dos anseios da população e que se tornam parte, inclusive, do aparato jurídico do Estado. O importante a destacar é que o fortalecimento das políticas de Estado inibe práticas centradas nos anseios e desejos unilaterais do governo ou do grupo que assume a gestão em determinado momento e contexto (Parente, 2021, p. 20).

Assim, podemos entender que as políticas de governo são programas implantados sem consulta à sociedade e sua continuidade, dependendo da gestão, não é garantida. Já as políticas de Estado passam por um processo mais amplo de discussões, que podem incluir referendos ou conferências, com o objetivo de combater e/ou erradicar uma determinada questão social ao longo do tempo.

Segundo Briggs e Burke (2004), “a importância de determinados meios de comunicação produzidos pelo homem está diretamente relacionada à sua funcionalidade, atendendo às necessidades da sociedade em diversos aspectos, incluindo a informação, o entretenimento e, especialmente, a educação”. Nesse sentido, a escola não permaneceu alheia a essa quebra de paradigma. Como aponta (Araújo, 2017), “foi necessário que a escola se apropriasse dessas tecnologias como “ferramentas de difusão e propagação da educação” (Araújo, 2017, p. 1).

As práticas educacionais tecnológicas têm contribuído significativamente para a construção de processos interdisciplinares, dentre os quais, ao longo do tempo, têm se fortalecido, proporcionando a inserção de novas abordagens educacionais. Esse cenário, que se conecta às novas tendências tecnológicas, integra e interage disciplinas, criando um ambiente dinâmico de discussões em torno de um tema ou fator específico.

Nesse contexto, a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) surge como uma política pública essencial para promover a inclusão digital e a modernização do ambiente educacional nas escolas brasileiras. A referida política tem como objetivo “garantir o acesso a internet de alta velocidade, recursos digitais e a formação de professores para o uso

pedagógico das tecnologias” (Brasil, 2021, p. 1), integrando diferentes disciplinas e abrangendo toda a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, promovendo a interdisciplinaridade em sua estrutura educacional. Desta forma, o advento das tecnologias digitais transformou o panorama educacional mundial, impactando diretamente a identidade educacional, inclusive no território da Amazônia brasileira. Essas transformações trouxeram consigo novas metodologias de ensino e aprendizagem, exigindo a reconfiguração dos espaços educativos.

A implementação da política PIEC reflete um esforço concentrado para integrar as tecnologias digitais de maneira eficaz no sistema educacional, abordando tanto a infraestrutura física quanto as competências digitais de professores e alunos. Esta política, portanto, não apenas aponta para uma mudança na maneira como a educação é entregue, mas também para uma transformação a forma de como os alunos aprendem, os professores ensinam e as comunidades se engajam com o processo educacional.

A política PIEC ecoa diretamente as transformações sistêmicas da educação brasileira, onde, Parente (2021), destaca:

Certamente que a política educacional inclusiva, por si só, não irá transformar radicalmente a realidade concreta, mas, ao mesmo tempo não podemos desconsiderar que há uma possibilidade histórica de intervir e mediatizar a política pública por meio da ação educacional e pedagógica, portanto, vemos a necessidade de diretrizes operacionais para a constituição de um sistema educacional inclusivo (Parente, 2021, p. 194).

A evidência desta política aponta uma compreensão crítica e realista sobre os limites e possibilidades da política educacional inclusiva. Ao reconhecer que tais políticas, isoladamente, não são capazes de promover transformações radicais na realidade concreta, a autora evita uma visão idealizada e destaca a complexidade que envolve a efetivação de mudanças estruturais no campo educacional. No entanto, ao afirmar que existe uma possibilidade histórica de intervenção por meio da ação educacional e pedagógica, na qual a autora aponta também para a potência da prática docente e da gestão educacional como mediadoras da política pública. Assim, a importância de diretrizes operacionais bem definidas para garantir a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que vá além do discurso e se materialize em ações concretas, comprometidas com a equidade e com a superação das desigualdades historicamente acumuladas no ambiente escolar.

A inclusão digital e a modernização educativa promovidas pela política PIEC visa não apenas à melhoria da qualidade do ensino através da tecnologia, mas também a

democratização do acesso à informação e ao conhecimento, elementos cruciais para o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade.

Ao garantir o acesso à internet de alta velocidade e aos recursos digitais nas escolas, a referida política busca reduzir as disparidades educacionais entre diferentes regiões do país, particularmente em áreas mais remotas ou menos desenvolvidas, como é o caso do município de Garrafão do Norte, localizado na vastidão da Amazônia brasileira, mais especificamente na região nordeste do estado do Pará.

Na referida cidade, muitas escolas aptas quanto ao número de alunos não dispõem de Conselhos Escolares ou Unidades Executoras Próprias (UEX^s) constituídas, que é um dos pré-requisitos principais para a obtenção dos recursos advindos do Governo Federal, por se tratar do único programa que destina dinheiro direto às escolas, estes recursos chegam às escolas por meio do programa PDDE Básico, por meio do qual também são feitos a adesão e os repasses dos recursos da política PIEC. Além disso, há casos em que mesmo as escolas com UEX^s constituídas, por determinadas pendências, sejam financeiras, jurídicas, administrativas ou outras, as escolas deixam de receber os recursos advindos do programa e da política.

Segundo, Gonçalves, Silva e Gonzaga (apud Adrião e Peroni, 2022), destacam:

A operacionalização do PDDE Básico é descentralizada para as UEx, que são organizações representativas das comunidades escolar e local. É de competência do FNDE prover os recursos para a execução do PDDE e das UEx empregar os recursos em favor das unidades escolares que representam, de acordo com os critérios e normas estabelecidas em Resolução para execução do PDDE. Segundo Adrião e Peroni (2007), as UEx têm duas grandes atribuições: i) aplicar os recursos, transferidos e captados, em ações que incidam na melhoria dos serviços; ii) prestar contas dessa aplicação. Nesse sentido, a autonomia proposta no PDDE Básico não está somente em garantir direitos às UEx sobre os recursos da unidade escolar, mas também fazer com que essa assuma novas obrigações (Gonçalves, Silva e Gonzaga, apud Adrião e Peroni, 2022, p. 194).

A implementação efetiva deste programa e da política, enfrenta diversos desafios, especialmente em municípios mais afastados dos grandes centros urbanos, como é o caso do município de Garrafão do Norte-PA, que nem sempre consegue atender às duas atribuições supracitadas. Tal realidade se evidencia pela dificuldade na aplicação dos recursos destinados tanto quanto às melhorias das práticas didático-pedagógicas, como na formação continuada de professores (nem sempre as equipes escolares sabem que podem investir em formação), ao investimento em infraestrutura física das escolas, necessária para garantir ambientes de aprendizagem mais adequados e seguros. Soma-se a isso, a complexidade do processo de prestação de contas, que demanda organização administrativa, conhecimento técnico e regularidade documental das Unidades Executoras (UEX^s). Esses fatores, quando não

devidamente articulados, acabam por comprometer a efetividade do programa, limitando seu impacto sobre a qualidade da educação ofertada no município e as escolas acabam deixando de receber os devidos recursos advindos do programa PDDE Básico e de suas Ações Integradas.

É nesse contexto que a pesquisa se orienta pela seguinte questão norteadora: quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pelas unidades escolares do município de Garrafão do Norte-PA, no acesso aos recursos orçamentários da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), disponibilizados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), especialmente naquelas escolas que não dispõem de Unidades Executoras Próprias (UEX^s)?

Destaca-se que a escolha do município de Garrafão do Norte, no estado do Pará, como objeto de estudo desta pesquisa, justifica-se por sua representatividade na análise dos desafios impostos pela implementação da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) em contextos de menor densidade urbana e áreas do campo, caracterizados por infraestrutura limitada. Um aspecto adicional de relevância é o fato de o pesquisador ter integrado anteriormente as equipes de trabalho de escolas locais, na função de professor, bem como a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus, cenário principal da investigação, está localizada a aproximadamente 40 km da sede do município, o que evidencia as dificuldades logísticas e operacionais, enfrentadas pelas instituições de ensino situadas em regiões mais remotas. O estudo possibilitou uma compreensão aprofundada dos obstáculos específicos vivenciados pelas escolas do município de Garrafão do Norte-PA, especialmente no que se refere às possíveis discrepâncias no acesso aos recursos do programa PDDE Básico e da política PIEC. A identificação desses desafios mostrou-se crucial para entender as barreiras que comprometem a plena realização dos objetivos propostos por tais políticas, cuja meta de inovação educacional, quando não efetivada, impacta diretamente na qualidade e na eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os principais desafios enfrentados pelas unidades escolares do município de Garrafão do Norte-PA, no acesso aos recursos orçamentários disponibilizados pelas Ações Integradas, especialmente pela política PIEC, recursos estes que chegam às escolas por meio do programa PDDE Básico.

Para tanto, os objetivos específicos que fundamentam esta pesquisa são: a) analisar a gestão pública participativa no fortalecimento da descentralização das políticas educacionais junto às Unidades Executoras Próprias (UEX^s), no âmbito do Programa Dinheiro Direto na

Escola (PDDE), com foco nas Ações Integradas da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), identificando os desafios e benefícios da participação comunitária na gestão dos recursos financeiros e na promoção de uma educação básica mais democrática e inclusiva; b) investigar a implementação da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) no estado do Pará, com foco nos avanços e desafios enfrentados na integração de tecnologias digitais nas escolas públicas, considerando as particularidades geográficas, socioeconômicas e culturais da região amazônica, e avaliar o impacto do programa na melhoria da qualidade do ensino e na promoção da inclusão digital e; c) explorar os impactos da implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) na qualidade do ensino e na infraestrutura das escolas públicas do município de Garrafão do Norte-PA, identificando os principais desafios e estratégias para a melhoria da gestão dos recursos e da inclusão digital nas escolas.

A pesquisa buscou identificar as principais lacunas no que tange às diretrizes das políticas públicas orçamentárias e sua implementação no município de Garrafão do Norte-PA, assim, também analisando de que forma e aspectos burocráticos, financeiros, técnicos e humanos influenciam esse processo. Apesar da opulência normativa que orienta tais políticas, na prática surgem entraves administrativos, limitações de gestão de recursos, carência de suporte técnico e dificuldades de participação da comunidade, fatores que comprometem a efetividade das ações voltadas ao fortalecimento da educação básica.

O recente e-book avaliativo do FNDE (2024), destaca que:

Até 2008, o PDDE contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental, situação essa que mudaria com a publicação da Medida Provisória nº 455 de 28, de janeiro de 2009, quando o programa passa a contemplar toda a educação básica. O Programa antecipa, assim, a Emenda Constitucional (EM) nº 59, de 11 de novembro de 2009, que ampliou a obrigatoriedade da oferta da educação para a faixa etária dos quatro aos dezessete anos, previu que programas suplementares deveriam atender a todas as etapas da educação básica, reforçando a base legal do PDDE, e que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios definiriam formas de colaboração a fim de assegurar a universalização do ensino obrigatório (Brasil, 2024, p. 125).

Os pontos levantados no e-book destacam fatores que não podem ser negligenciados, pois, com as mudanças ocorridas, os recursos chegam às escolas para atender as necessidades prioritárias ali levantadas. No entanto, isso só é possível quando as escolas estão com suas UEX^s devidamente constituídas e adimplentes. Assim, neste contexto, a comunidade escolar passa a integrar o processo decisório, partindo da identificação das prioridades e registrando-as em Ata, de forma a garantir transparência e legitimidade às ações propostas nas assembleias.

Para investigar estas questões, a pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando técnicas de entrevistas semiestruturadas, aplicadas para gestores escolares, professores, pais e/ou responsáveis pelos alunos e comunidade local, ligados a escolas com e sem UEX^s. Estas entrevistas semiestruturadas compõem parte dos elementos da análise de conteúdo, contudo, foram aplicados dois questionários, sendo um para as escolas municipais e para a estadual e um questionário destinado a uma escola sem UEx.

Minayo (1994), apresenta as abordagens qualitativa e quantitativa, enfatizando que:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística aprendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológico, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 1994, p. 22).

É possível destacar que a pesquisa qualitativa busca um entendimento mais profícuo e interpretativo das realidades sociais, algo que vai além do que pode ser mensurado estatisticamente. A abordagem qualitativa permite acessar o contexto subjetivo das experiências humanas, explorando o significado por trás das ações e interações das pessoas, algo que a pesquisa quantitativa, com seu foco em números e variáveis objetivas, não consegue capturar. Essa profundidade e flexibilidade permitem que o pesquisador se aproxime de uma visão mais completa dos fenômenos, levando em consideração suas complexidades, nuances e subjetividades. Ao mesmo tempo, ao se aprofundar nesses aspectos, a pesquisa qualitativa fornece uma riqueza de dados que complementam e enriquecem a compreensão proporcionada pela pesquisa quantitativa, que, por sua vez, se concentra em padrões gerais e em análises de larga escala. Em conjunto, as duas abordagens podem fornecer uma visão mais holística e abrangente sobre o objeto de estudo.

Por outro lado, Valle e Ferreira (2023) sintetizam que:

Compreendidas como um conjunto de ações sistemáticas que têm por objetivo produzir novos conhecimentos a partir de um problema ou objeto de estudo, as pesquisas recorrem a procedimentos metodológicos para alicerçar as investigações. A relação entre esses elementos indica a natureza da pesquisa, ou seja, qual perspectiva orientará o pesquisador tanto no desenvolvimento da pesquisa como nas discussões e construção dos resultados (Valle e Ferreira, 2023, p. 5).

A pesquisa, independentemente da abordagem escolhida, é estruturada por procedimentos metodológicos que orientam o trabalho do pesquisador, garantindo que a investigação seja conduzida de maneira sistemática e coerente. Esses procedimentos não apenas determinam a coleta e elementos da análise dos dados, mas também fundamentam as

interpretações e conclusões alcançadas ao longo deste processo. A relação entre a metodologia adotada e os objetivos da pesquisa é essencial para definir as perspectivas que guiaram o desenvolvimento dos estudos, desde a formulação do problema da pesquisa, até a análise dos dados e discussões dos resultados. Portanto, ao optar por uma abordagem qualitativa e/ou quantitativa, o pesquisador estabelece as direções que sua investigação tomará, assegurando que os métodos escolhidos estejam alinhados com os objetivos e problema da pesquisa, para compreender profundamente os fenômenos em questão.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram elaborados dois questionários compostos por perguntas abertas, com o intuito de obter respostas detalhadas e qualitativas dos entrevistados. O primeiro questionário foi direcionado aos membros das UEX^s de quatro escolas selecionadas com UEX^s, destas, uma escola estadual urbana e uma escola estadual do campo, uma escola municipal urbana e do campo e, também, uma escola municipal do campo sem UEx, na intenção de abranger diferentes realidades desta municipalidade. Este questionário contou com a participação de dez entrevistados, sendo quatro dirigentes escolares, três tesoureiros e três representantes dos pais. Dois prováveis entrevistados não se sentiram confortáveis para serem entrevistados (tesoureiro (a) e representante dos pais, de escola estadual e escola municipal). O segundo questionário foi aplicado em uma escola que não dispõe de UEx, para dois professores, com o objetivo de investigar as dificuldades específicas encontradas por essas instituições na gestão e no acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo programa PDDE Básico e pela política PIEC, na qual foram entrevistados dois professores da escola.

A escolha dessas instituições visou garantir a representatividade das diferentes características e contextos das Unidades Escolares presentes no município, permitindo uma análise mais abrangente das questões enfrentadas no acesso aos recursos orçamentários da política PIEC, vindos por meio do programa PDDE Básico.

Ao focar em uma escola sem UEx, a pesquisa buscou entender de forma precisa as particularidades e os desafios vivenciados por essas unidades escolares, que podem estar vulneráveis às limitações administrativas e burocráticas. Com isso, a pesquisa buscou identificar as barreiras enfrentadas por essas escolas e as possíveis soluções para melhorar a implementação da política PIEC no município de Garrafão do Norte-PA. Esta abordagem multifacetada permitiu uma compreensão abrangente das dinâmicas locais e dos fatores que influenciam o acesso e a gestão dos recursos destinados à política da PIEC, repassados às escolas por meio do programa PDDE Básico.

Para a transcrição desses dados, foi propício o uso da inteligência artificial (IA), a qual adotou-se o protocolo Whisper, que garantiu maior flexibilidade, facilidade e interação na transcrição dos áudios obtidos nas entrevistas, além de mensurar o manejo da instrumentação da pesquisa e de forma dinâmica, além de elencar códigos (palavras-chaves) para codificação e gerenciar gráficos.

As escolas que não dispõem de suas UEX^s instituídas, são as principais prejudicadas dentro desta conjuntura, assim, a quantificação dessas entidades é preponderantes para as propostas de democratização da educação, o que está diretamente e indiretamente ligado à Constituição Federal de 1988, que, em seu Art. 205, inciso VI afirma que a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e, voltada à sua fundamentação junto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) em seu Art. 2º, que enfatiza, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e o inciso II do Art. 14, enfatiza que a “participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

A educação brasileira começa a ingressar aos rumos da construção participativa, ou seja, quando se propõe artigos, incisos e parágrafos enfatizando as questões pontuais da gestão democrática, os PNE^s, vêm garantindo direitos significativo perante a educação nacional, o atual Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, plano nacional e decenal.

As estratégias 19.4 e 19.5, trazem os seguintes destaques:

estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentar a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo (Brasil, 2013, p. 26).

Garantir a participação no processo de estruturação da educação não é tarefa simples, sobretudo porque as três bases legais brasileiras supracitadas, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e Plano Nacional de Educação (PNE/2014), apenas mencionam, recomendam ou estimulam a participação social nas tomadas de decisão, sem torná-la obrigatória. No caso do programa PDDE Básico, observa-se que, embora atenda às diretrizes de uma política pública, ainda carece de readequações para

alcançar todas as escolas brasileiras. Além disso, suas legislações específicas não preveem, de forma explícita, a obrigatoriedade de os municípios criarem Unidades Executoras Próprias (UEX^s) ou conselhos escolares, o que fragiliza a institucionalização da gestão democrática e dificulta a consolidação do regime de colaboração entre os entes federados.

A pesquisa apresentou recorte temporal entre os anos de 2017 a 2022, abrangendo as três principais fases do programa e da política PIEC, a saber: 1) indução (2011-2018); 2) expansão (2019-2021) e; 3) sustentabilidade (2022-2024). O PIEC teve seu início como programa em 2017 e, em 2021, foi institucionalizado como política pública de Estado. Desde o início de sua implantação, estabeleceu-se a meta de que, até 2024, todas as escolas do Brasil estivessem conectadas, o que não se concretizou. Diante disso, novos prazos foram estipulados, transferindo para 2026 a previsão de universalização da conectividade escolar.

Nesta conjuntura, a necessidade de trazer à tona não só perdas financeiras das escolas, mas também os impactos das práticas didático-pedagógicas, refletindo sobre o cenário das instituições sem UEX^s ou Conselhos Escolares, para isso, a dissertação foi metodologicamente estruturada da seguinte forma: Introdução Geral, que apresenta a pesquisa e os principais mecanismos adotados; o Memorial de Vida Acadêmica, que aborda o percurso acadêmico e os fatores que levaram à inicialização do curso de Pós-Graduação, este subdividido em três capítulos em formato de artigos, a saber: capítulo 1) intitulado: Fortalecimento da gestão descentralizada das UEX^s junto ao programa PDDE Básico e da política PIEC: democratização e autonomia financeira das escolas, que apresenta como objetivo específico, promover o fortalecimento e assim, estimular as escolas públicas, com foco na contextualização da democratização das escolas, fazendo um aparato ao “receituário” dos processos de adesões ao PDDEWeb, PDDE Interativo e elaboração dos Planos de Ações Financeiras (PAF^s), este capítulo está estruturado em formato de artigo, que está aguardando análise de revista de Qualis A1 ou A2 para publicação; o capítulo 2) denominado de Políticas Públicas de Educação: panorama da educação conectada no estado do Pará, Amazônia, que faz menção ao incentivo e necessidade de constituição das UEX^s, já que, o fluxo de escolas sem cobertura ou acesso aos recursos do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, com ênfase à política PIEC, são exorbitantes, desta forma, urgente são as necessidades das escolas atenderem a base legal e constituírem suas UEX^s, este capítulo em formato de artigo, já publicado em revista de Qualis A2, disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/issue/current>. O capítulo 3) intitulado, Perspectivas e desafios na implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, no território do nordeste paraense, município de Garrafão do Norte, estado do Pará,

onde foi realizada a tabulação e análise dos dados, subdivididos em cinco categorias, para melhor sintetizar a pesquisa, a qual estes dados foram coletados em 5 escolas desta municipalidade (estadual e municipal, urbanas e do campo).

Por fim, a Conclusão Geral, que apresenta uma síntese dos resultados e reflexões sobre os três capítulos, retomando os principais pontos discutidos ao longo da pesquisa. Além disso, são destacadas as considerações obtidas a partir dos elementos da análise dos dados e dos argumentos desenvolvidos, estes, por sua vez, foram estruturados, utilizando a caracterização das categorizações, assim, subdivididas em cinco categorias que proporcionam um melhor enfoque da pesquisa sistematizada e o Referencial Bibliográfico, que inclui as obras dos autores e a legislação utilizada como base para o estudo da pesquisa.

1.1. MEMÓRIA DE VIDA E ACADÊMICA

Oitavo de dez irmãos, nascido em novembro de 1980, natural da cidade de Capitão Poço, no estado do Pará. Filho de pais semianalfabetos que, apesar de suas limitações, nunca deixaram que isso fosse um obstáculo para acreditarem no poder da educação. Eles sempre buscaram oferecer aos filhos a oportunidade de estudar, acreditando que isso poderia transformar suas vidas. Com muito esforço, fizeram o possível para que todos os filhos tivessem as mesmas chances de estudos.

Passamos por momentos difíceis, nosso sustento vinha da agricultura familiar, assim como a grande maioria das famílias que habitavam as terras da área indígena do Alto Rio Guamá, no município de Garrafão do Norte-PA, este tipo de atividade, como muitas outras, é bastante instável, sem um salário fixo, e muitas vezes a lavoura não proporcionava boas colheitas, ocasionando a entrada de poucos recursos e alimentos em nossa mesa. Além disso, a área onde nossos lotes estavam localizados era constantemente palco de conflito agrário, já que éramos posseiros de uma terra que, até então, não existia um proprietário definido. Havia apenas rumores de que era uma área (terra) pertencente à União, o que ocasionava bastante insegurança e incertezas.

A esse cenário incerto, a vontade de vencer nos motivava a cada dia, assim, com todas as dificuldades, cultivávamos de tudo um pouco na agricultura familiar: arroz, milho, feijão, mandioca e até mesmo uma pequena criação bovina. Para Schmitz e Mota (2008), o que conceitua e diferencia o agricultor da agricultura familiar é, “o grau da utilização da mão-de-obra familiar, a renda do agricultor, a significância do autoconsumo (subsistência), as regras

de herança, a relação com os recursos naturais, a cultura, dentre outras possibilidades” (Schmitz e Mota, 2008, p. 437).

Alonso (1999) dá destaque a alguns pontos dos conflitos, onde afirma:

A Reserva Alto Rio Guamá, território de 278.000 hectares (PETI, 1990: 66) destinados aos índios Tembé, Timbira, Kaapor e Guajá, foi oficializada mediante o Decreto 307-21/3/45, assinado pelo Interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. A reserva está localizada ao nordeste do Estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do Estado do Pará com o do Maranhão, em território dos municípios paraenses Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas, municípios surgidos no início dos anos 90 como resultado da fragmentação administrativa e territorial de Ourém, Vizeu e Capitão Poço (Alonso, 1999, p. 36).

E volta a corroborar, destacando conflito na construção, quando diz que:

A confusão gerada na definição dos limites da reserva, especialmente durante o período de demarcação (1972/1976), facilitou a “penetração” de posseiros com a ajuda de políticos da região. O “problema das invasões” agravou-se em 1976 com a construção da estrada “particular” que une a fazenda de Mejer ao lugarejo Livramento, resultado do acordo entre o fazendeiro Mejer e a Funai (Alonso, 1999, p. 44).

Morávamos em uma área composta por três lotes, com dimensões de 250 x 1000 m² (75 hectares), localizada na estrada que ligava a fazenda de Mejer (habitantes desta área foram despejados/expulsos no ano de 2023), a cerca de 7 km da Vila de Livramento. Esse processo sempre foi desgastante, pois sabíamos que, a qualquer momento, poderíamos ser despejados e transferidos para outra área. Mesmo assim, meus pais sempre trabalharam com o objetivo de estabelecer seu cultivo em um novo local.

Sinto muito orgulho de meus pais. Nunca os vi ofender ninguém e sempre estiveram dispostos a ajudar todos que os procuravam, pois eram uma espécie de referência na estrada. Eles foram um exemplo de humanidade, mesmo vivendo em uma sociedade tão instável. Por isso, busco todos os dias seguir os princípios que aprendi com eles, especialmente os ensinamentos de meu pai, tanto no âmbito familiar quanto no trabalho.

Em 1993, quando fomos aprovados para a 3ª série do Ensino Fundamental, a professora da escola onde estudávamos possuía apenas a 4ª série do Ensino Fundamental, o que a impedia de lecionar a partir da 3ª série. Diante desta situação, meu pai decidiu adquirir um imóvel na Vila de Livramento, também conhecida como Pau-de-Remo, hoje Vila de Livramento, pois morávamos em uma colônia distante cerca de 7 km da vila, onde estava localizada nossa propriedade. A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Pacífico

Leão da Costa foi o destino dos quatro filhos mais novos, já que os quatro mais velhos já estavam frequentando a escola.

Aos dezesseis anos, quase dezessete anos, eu, meu pai e um dos meus irmãos nos mudamos para Paragominas-PA, à procura de novas oportunidades profissionais. Meu pai não resistiu ao ritmo pesado da fábrica de compensado e, após cerca de três meses, precisou voltar para casa. Pouco depois, meu irmão também teve que retornar por questões de saúde. Já eu, permaneci por aproximadamente dois anos e meio, durante os quais perdi preciosos dois anos de estudos devido à necessidade de trabalhar.

Sempre que voltava para casa nas férias ou final de ano, meu pai, emocionado, chorava e pedia para eu retornar e continuar os estudos. Esses momentos tocavam profundamente meu coração e foi por causa deles que decidi voltar para Vila de Livramento, no ano de 1999.

Cortella (2015), em seu ensaio, “Não Nascemos Prontos”, aponta alguns pontos de partida importantes, destacando que, em meio a grandes desafios, temos mudanças significativas, como:

Crianças bem pequenas perderam a capacidade de brincar sozinhas, com um maravilhoso universo imaginativo e abstrato, no qual nada material precisava adentrar; agora, elas têm “necessidades” inseridas nelas pela nossa inteligência adulta e veiculada por uma mídia que nem sempre se preocupa com o papel formador que desempenha (Cortella, 2015, p. 41).

Nesse contexto, destaco o papel formador de nossas próprias experiências. Quando éramos crianças, nossas brincadeiras aconteciam no fim da tarde, sob a chuva, quando todos íamos para o terreiro jogar bola (futebol), rouba-bandeira, pira-pegas e outras brincadeiras típicas da nossa época. Esses momentos de interação familiar eram marcados por risos e descontração, com exceção de minha mãe, que não participava dos jogos e/ou brincadeiras, mas sempre nos acompanhava com um olhar atento.

Buscando mudanças em nossas vidas e compreendendo que apenas o envolvimento político poderia abrir novas oportunidades no campo do trabalho e desenvolvimento profissional, meu pai decidiu candidatar-se a vereador nas eleições municipais do ano de 2000, a primeira da era do voto eletrônico. Ele registrou sua candidatura pelo então partido PMDB, do qual já era filiado. O partido elegeu dois vereadores, e meu pai, José Ramos de Araújo, ficou como suplente. Esse processo nos aproximou das políticas públicas educacionais e no ano seguinte, em 2001, iniciei minhas atividades profissionais como

professor das séries iniciais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus, que fica a aproximadamente 40 km da cidade de Garrafão do Norte-PA.

À época, estava iniciando o Ensino Médio, sendo parte da última turma do curso Normal Magistério, que nos habilitava a lecionar nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Comecei a trabalhar como professor em uma escola distante cerca de 20 km do local onde residia e estudava, na Vila Livramento. Dado o salário que recebia na época, não era possível manter uma moto, o que me levou a recorrer ao transporte escolar e a pernoitar na escola durante os dias de aula. Essa rotina durou por três anos.

No início da minha carreira docente, contei com o apoio fundamental do Professor Paulo Fernando Almeida, de quem fui aluno no Ensino Médio. Ele chegou a visitar a comunidade escolar, realizando atividades recreativas com os alunos e oferecendo orientações tanto para a minha vida pessoal quanto profissional. Foi um dos principais incentivadores em um período difícil, quando cheguei a pensar em desistir de tudo, inclusive dos estudos.

Em 2004, surgiu uma oportunidade de mudança para uma nova escola, onde passei a lecionar para turmas do Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série). Fui designado para a 4ª série e para as disciplinas de Matemática, Ciências e Educação Artística para as turmas da 5ª série, além de atuar na 4ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que permitia a fusão das 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental II. O destino foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Diolinda Miranda, localizada na Vila Arapuã, a cerca de 110 km de Garrafão do Norte-PA. Apesar dos desafios, essa foi a realização de um grande sonho: trabalhar com Matemática nas séries finais do Ensino Fundamental II.

Paulo Freire (1996), um dos principais defensores e motivadores da adoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, nos anos 1960, o paradigma pedagógico em desenvolvimento enfatizava, acima de tudo, o diálogo como princípio educativo. Ele defendia que os educandos adultos assumissem seu papel de sujeitos da aprendizagem, da produção de cultura e da transformação do mundo (Pierro, Joia e Ribeiro, 2001, p. 60). Em sua obra, Freire também destaca a célebre frase: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou construção” (Freire, 1996, p. 47).

A modalidade da EJA continua sendo uma importante ferramenta educacional até hoje, pois atende à demanda de alunos com mais de 15 anos, que muitas vezes precisam abandonar a escola para trabalhar, seja com seus pais ou em atividades fora de casa, assim, a EJA é a única alternativa para aqueles que não conseguiram completar seus estudos em idade apropriada. Esta é uma tarefa árdua para os educadores que, além de ensinar, precisam motivar esses jovens a concluírem sua formação.

No segundo semestre de 2006, meu irmão Oziel Ramos e eu iniciamos o Curso Superior em Pedagogia, com aulas nos finais de semana, duas vezes por mês, além de aulas intensivas em janeiro, parte de fevereiro e durante todo o mês de julho, de segunda a sábado, na modalidade semipresencial, na cidade de Capitão Poço-PA. Para isso, duas vezes ao mês, tínhamos que percorrer cerca de 110 km até Garrafão do Norte e mais 25 km para Capitão Poço-PA.

No mesmo ano, participei de um processo seletivo para o curso de Matemática, em formato intervalar, na cidade de São Miguel do Guamá-PA, pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Eram 100 vagas, e eu fiquei na colocação 117. Porém, devido ao baixo número de candidatos que compareceram para matrícula, meu nome apareceu em outro edital, mas, infelizmente, perdi a oportunidade de ingressar no curso. Isso ocorreu porque ao me deslocar para o interior, onde trabalhava, eu só retornava aos finais de semana ou durante os dias de pagamento, o que impossibilitou minha matrícula.

A modalidade de educação a distância (EaD) ganhou expressiva relevância nas últimas décadas, especialmente com o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), que possibilitaram novas formas de mediação pedagógica, superando barreiras geográficas e temporais. A incorporação das TDIC na prática educativa potencializou a democratização do acesso ao ensino, permitindo que um número maior de pessoas, muitas vezes excluídas dos modelos presenciais tradicionais, pudessem ingressar em processos formais de aprendizagem. Além disso, a EaD passou a desempenhar papel estratégico na formação continuada de professores, na capacitação técnica e na oferta de cursos superiores, contribuindo para a interiorização da educação e a redução de desigualdades regionais. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, à formação docente para o uso pedagógico das TDIC e à manutenção da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

Nesse contexto, Ferreira (2020) destaca:

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) têm sido, constantemente, utilizadas na sociedade atual. Seja do ponto de vista social ou educacional, elas estão presentes em quase todos os espaços. As TDIC, quando utilizadas na formação de professores, contribuem para que mudanças ocorram na prática pedagógica do formador, em especial no processo formativo, repercutindo no processo de ensino e aprendizagem, na sala de aula presencial e virtual e na organização de tempo e espaço para ensinar e aprender (Ferreira, 2020, p. 3).

A educação a distância ou semipresencial era a única forma de aprimoramento profissional disponível para os educadores que buscavam, acima de tudo, melhores condições de trabalho, emprego e renda. O principal desafio era o acesso limitado às tecnologias, especialmente o uso de celulares, que só chegou à cidade de Garrafão do Norte-PA por volta de 2007. Para não perder o foco acadêmico, imprimíamos os textos e conciliávamos as práticas em sala de aula com os estudos paralelos de textos e outras leituras recomendadas.

Contribuindo para o enfoque e incentivo acadêmico-pedagógico, Álvares, Pinheiro, apud Brandão (2014), define educação como:

Do latim “educere” que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. [...] Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. (Brandão, 1995, p. 63-64).

Ao concluir o primeiro semestre do curso de Pedagogia, houve uma aproximação com a Coordenação Geral do curso, ocasião em que sugeri a implantação do curso na cidade de Garrafão do Norte-PA. A coordenação acolheu a ideia e, após algumas conversas, aceitou a proposta, ficando acordado que deveríamos conversar com o prefeito da época. Realizamos uma reunião, o prefeito aceitou e comprometeu-se a custear financeiramente 50% das mensalidades dos professores aprovados. Formamos duas turmas de Pedagogia e eu fiquei encarregado de auxiliar a Coordenação Geral, atuando como representante do Instituto Superior de Filosofia, Educação, Ciências Humanas e Religiosas do Pará (ISEFECHR-PA), na função de Sub-Coordenador.

Em agosto de 2006, a coordenação do ISEFECHER sugeriu que eu fosse transferido para a sede da cidade, já que precisava fornecer informações aos acadêmicos. A Secretária Municipal de Educação aceitou minha transferência, fui designado para trabalhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Elza Maria Correa Dantas, localizada na sede da cidade. Inicialmente, fiquei provisoriamente na secretaria da escola e, em seguida, me dirigi à direção para organizar minha carga horária de 240 horas, que deveria ser cumprida naquele período.

No início de 2007, chega ao município o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-PDDE Escola). Cinco escolas do

município foram selecionadas para participar do programa, os representantes das escolas, juntamente com a coordenação da SEMED, deslocaram-se para a capital Belém, junto à coordenação geral deste programa em âmbito estadual, no entanto, os projetos retornaram para correção devido a equívocos nas estatísticas. O Vice-Diretor da Escola Profª Elza Maria Correa Dantas, convocou-me à diretoria da escola e incumbiu-me de estudar o manual que continha a proposta de implantação e realizar as devidas correções, uma vez que o Ministério da Educação (MEC) define que "O PDE Escola é uma ferramenta de gestão".

Após estudar o manual, realizei as correções, ajustando-o os erros das estatísticas. Com as adequações feitas, no dia marcado, as equipes retornaram a Belém e o plano da escola estava "alinhado", pronto para estabelecer metas e estratégias, pois os objetivos já estavam claramente definidos. Meu empenho e dedicação me levaram a buscar um entendimento mais profundo sobre essas novas ferramentas que o MEC estava implementando nas redes de ensino, com o objetivo de aprimorar os processos dentro do ambiente escolar. Pesquisei, atualizei-me e atualmente, meu trabalho está focado no desenvolvimento das redes de ensino, alimentando, executando e monitorando os programas governamentais destinados às secretarias municipais de educação dos municípios. Confesso que é um trabalho muito gratificante.

O PDE Escola continha objetivos bem definidos e sua principal função era, além de financiar as escolas, realizar diagnósticos sistêmicos para identificar as necessidades e possibilitar a melhoria do IDEB.

Segundo Silva (apud Sobrinho 2011), diz que:

a metodologia utilizada para a elaboração e implementação do PDE-Escola segue os princípios do planejamento estratégico, onde a liderança formal da escola assume a responsabilidade pelo direcionamento e a coordenação do processo à participação do plano de desenvolvimento, abrindo o processo à participação efetiva de todos os segmentos da escola e da comunidade escolar, na busca de ações de melhoria do desenvolvimento dos alunos (Silva, apud Sobrinho, 2011, p. 56).

Nesse contexto, a participação de todos os segmentos da escola é fundamental e de suma importância para melhoria da qualidade da educação, para isso, foi solicitado à direção da escola, que agendasse um dia para reunir, pessoal de apoio, pais e ou responsáveis de alunos, alunos, comunidade em geral e professores. Inicialmente, houve resistência por parte da direção, mas a proposta foi aceita. No dia marcado, a coordenadora do PDE Escola da SEMED, convidada, mas não compareceu. No final do dia, o técnico da SEMED, Joel Pimentel, esteve presente para prestigiar esse momento inédito na cidade, quando a escola

interrompeu suas atividades para planejar um projeto governamental. Durante a culminância das atividades, a Secretária Municipal de Educação, participou do encerramento, parabenizando a iniciativa e estendeu o convite a mim, para comparecer à SEMED no dia seguinte.

Posso afirmar que este momento foi um marco na minha vida profissional e início de uma grande jornada profissional, onde tudo começou. Em 10 de maio de 2007, fui convidado a integrar a equipe da Secretaria Municipal de Educação e logo no início, no mesmo dia, comecei a verificar a necessidade de corrigir os planos das outras escolas. O primeiro contato com o programa PDDE Básico, este se deu devido à necessidade de entender como os recursos chegariam às escolas. Também comecei a reorganizar os Conselhos Escolares. Ao deslocar-se à Receita Federal no município de São Miguel do Guamá-PA, foi realizado um diagnóstico sobre a situação das escolas municipais.

Percebi, então, a urgência em seguir com outras informações relacionadas ao processo de prestação de contas, já que, cerca de 89% de 22 escolas com UEX^s constituídas encontravam-se com pendências de prestação de contas e outros pontos, a contar as declarações junto à Receita Federal. Por isso, fui até a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), onde conheci o coordenador de prestação de contas e hoje ele é Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Estendi o convite para um momento de orientações no município, ele logo se dispôs a ir e marcamos uma reunião para reorganizar e estruturar as escolas em relação a suas UEX^s. A reunião aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Linhares de Lima, na sede do município.

Em 2008, vivi um dos momentos mais preciosos da minha vida, o nascimento de meu filho, Gustavo Ramos. Desde então, minha busca incessante tem sido proporcionar-lhes oportunidades que eu não tive, não por omissão, mas sim, falta de condições e/ou oportunidades. Ainda naquele ano, logo após o nascimento de meu filho, o Prefeito indicou seu sucessor, uma vez que estava em seu segundo mandato e não poderia candidatar-se novamente. Embora o final de ano tenha sido marcado pela felicidade da chegada do meu filho, ele também foi conturbado, pois o candidato indicado perdeu as eleições, “A *polis* não determina a identidade do cidadão, mas fornece um espaço apropriado para que ele revele quem é” (Aguiar, 2008, p. 28).

No início de 2009, comecei a ser convidado para ir à SEMED, embora fosse apenas para fornecer informações ou prestar assistência. No final de janeiro do corrente, já estava de volta ao trabalho, mas a situação política, por ter sido adversário do novo prefeito, me colocou em uma posição difícil. Por isso, encaminhei meu currículo para a cidade de Nova Esperança

do Piriá-PA, onde fui rapidamente convidado pelo Secretário Municipal de Educação. Ao chegar à Secretaria Municipal de Educação, tive a oportunidade de conhecer o Prefeito Municipal. Fomos apresentados e relatei minhas experiências profissionais, o Prefeito, em tom informal, disse: “Vejam o que podem fazer pelo rapaz, pois vamos precisar do trabalho dele”. Assim, permaneci nos dois municípios (Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá), prestando meus serviços, exercendo as funções de técnico em educação e/ou assessor técnico.

Em 2010, realizei a mediação com a Coordenação Geral do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Durante os momentos de interação e diálogo (via celular) com o coordenador geral, discutimos as dificuldades e as possibilidades de sedarmos um polo no município de Nova Esperança do Piriá-PA, especialmente devido às dificuldades de acesso. Conseguimos, inicialmente, formar turmas de Matemática, Geografia e História, oferecidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). No ano seguinte, as turmas de Pedagogia e Biologia foram adicionadas, graças à parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Em seguida, no mesmo ano (2010), iniciei o Curso de Licenciatura em Informática, ligado ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará (IFPA), oferecido pelo PARFOR, campus de Bragança-PA, subpolo em Capitão Poço-PA, este voltado para técnicos pedagógicos, assessores educacionais e demais profissionais da educação. Foi um ano muito atípico, mas marcante em minha trajetória profissional e acadêmica, além de conciliar atividades profissionais de assessoria nos municípios de Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Bonito, Santa Maria do Pará e Santo Antônio do Tauá, estado do Pará. Sem dúvida, o PARFOR foi um divisor de águas no processo de formação de professores no Brasil.

O programa PARFOR evidenciou a fragilidade da educação brasileira, com destaque ao estado do Pará, que liderava os índices de professores sem formação, atingindo cerca de 71,5% da categoria.

Freires e Camargo (2016) volta a reafirmar que:

Os cursos do PARFOR devem ser caracterizados por princípios que assegurem a produção de um currículo com processos formativos flexíveis, que prime pela redução do distanciamento entre os seus diferentes componentes curriculares e propicie a oferta de percursos curriculares que possam qualificar a formação básica do professor.

Esses cursos são direcionados à formação de professores da educação básica em exercício, por isso apresentam algumas singularidades, visto que não se apresentam apenas como uma formação inicial, mas também continuada, uma vez que oportunizam situações em que os licenciandos que já são professores possam se situar no campo educativo, frente a questões importantes da educação, o que propicia conexões com a prática docente, além de leva-los a reflexões sobre suas experiências (Freires e Camargo, 2016, p. 428).

O PARFOR, ao tentar suprir a grande defasagem de professores formados e atuantes em disciplinas específicas, se tornou um marco para muitos educadores que, por meio do programa, conseguiram concluir um curso superior gratuito em instituições renomadas. Apenas as Instituições de Ensino Superior (IES), como: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), estavam credenciadas para oferecer cursos de licenciatura e aperfeiçoamento profissional, promovendo uma qualificação essencial para a melhoria da educação.

O ano de 2010 também foi um ano triste e traumático, meu pai sofreu um acidente e veio a óbito. Já era fim de tarde do dia 15 de dezembro de 2010, quando uma prima ligou, para que deslocasse com urgência até o posto de saúde, pois um rapaz conduzindo uma moto atropelou meu pai e ele estava com muitos ferimentos. Na verdade, de vista quase não houve ferimentos, no entanto, o impacto do acidente, ocasionou em fratura no crânio, causando traumatismo craniano. O posto estava fechado, muitos curiosos estavam no entorno, apenas eu fui autorizado a entrar na sala. Ao chegar na sala, chamei, pai, pai, pai... e não obtive respostas, tentei segurar-me, já que fui orientado a ir até sua casa em busca de seus documentos, a ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) estava chegando e o encaminhamento estava pronto. Saí de moto chorando pela cidade, ao chegar em sua casa, para mim, apenas encostei as mãos em uma das janelas e ela cedeu. Rapidamente retornei para o posto, na ambulância, ao perguntar para enfermeira qual o destino do encaminhamento, falou, Hospital Metropolitano, em Belém, média de 250 km de distância da cidade, vendo a situação de meu pai, sem reação, comentei “ele não terá forças para chegar”, cerca de 23 km depois, ele deu seu último respiro, fiquei observando e não houve reação de nenhum respiro, o motorista do SAMU parou e comunicou o falecimento. Perdi ali não só meu pai, mas também meu herói, meu principal incentivador em todo processo de construção de vida. Passei por momentos difíceis, ainda passo. Hoje sigo com o coração aquebrado e as lembranças do quanto inspirador ele nos repassava e sempre será em minhas memórias. Seguir é necessário, por dias e dias, realizava visitas em seu túmulo, isso amenizou um pouco depois que passei a morar em outra cidade!

Em 2016, devido às questões políticas partidárias, deixei os municípios de Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá, residindo e trabalhando na cidade de Capanema-PA, além de continuar atuando (assessoria) nas cidades de Bonito e Santa Maria do Pará, a qual iniciei as atividades de assessoria no ano de 2013. Nesse período, a Prefeita do município de Santa

Maria do Pará-PA, assumiu a presidência do Consórcio Integrado dos Municípios do Nordeste Paraense (COIMP), este tem como objetivo, apoiar os municípios associados, auxiliando-os na captação de recursos para diversas áreas e secretarias municipais, Cunha (2002, p. 12), enfatiza que, "a criação de ambiente normativo favorável à formação de consórcios públicos, bem como à gestão associada de serviços públicos, entendidos como instrumentos de cooperação e coordenação federativa, foi identificada como prioridade do Governo Federal".

Os consórcios desempenham papel fundamental na estrutura municipal, oferecendo apoio técnico especializado aos municípios. O mandato do (a) presidente é de dois anos, com possibilidade de recondução por mais dois anos. A referida prefeita presidiu o consórcio por dois mandatos consecutivos, durante esse período, fui convidado a integrar a equipe de assessoria na área da educação, principalmente nas ocasiões em que a técnica responsável estava de férias ou de atestado médico.

Graças à proteção divina, nos últimos dezessete anos estive sempre envolvido em atividades profissionais e acadêmicas. Em 2018, posso confessar que, devido a algumas companhias, estava me envolvendo excessivamente com o consumo de bebidas alcoólicas. Eis que, nesse período, surge a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em Engenharia Civil (com base em experiências prévias e práticas) por meio de um curso semipresencial. Incentivado por alguns colegas de trabalho, principalmente engenheiros e arquitetos com os quais convivía nas atividades de assessoria junto aos municípios, decidi dedicar-me de forma intensa o curso. Foram cinco anos desafiadores, pois o curso de Engenharia Civil requer bastante atenção. Recentemente, em 2024, recebi a outorga de Bacharel em Engenharia Civil, em um cerimonial de formatura marcado por um momento épico na minha vida acadêmica, com a presença de alguns familiares e amigos. Esse evento representou a conclusão da minha terceira graduação, com CREA devidamente registrado.

Para Cizoto, Diégues e Pinto (2016), o contexto atual é caracterizado por constantes mudanças, sendo essas transformações uma parte essencial da dinâmica global. Os autores destacam que:

A mercantilização das relações sociais que vivemos na globalização é chamada por alguns autores de “mercado-rede”: uma entidade reguladora das ações políticas e econômicas da sociedade que agora atua em nível internacional. Observe como uma nova mercadoria se firma no mundo como a principal fonte de valor que circula pelas redes de comunicação: a informação. De forma simples, podemos dizer que informação é todo dado que carrega algum significado, que tem algum valor para uma pessoa ou para um grupo de pessoas que se dispõem a pagar por ela (Cizoto, Diégues e Pinto, 2016, p. 132).

O mundo está em constante transformação, onde o presente se constrói a partir do novo. Essas transformações estão intrinsecamente ligadas à globalização, que, por sua vez, está diretamente conectada às inovações tecnológicas que vivenciamos atualmente, em um mercado que demanda mudanças rápidas e profundas.

Em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, também foi impactado por questões políticas partidárias. Deixei os municípios de Bonito e Santa Maria do Pará, mas continuei residindo e trabalhando em Capanema, fui indicado para atuar no município de São Francisco do Pará. Além disso, assumi a Coordenação do programa e hoje Política de Inovação Educação Conectada Pará, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). No início do ano, passei a trabalhar de forma remota, com atividades realizadas em home office.

Em 2021, retornei a prestar serviços de assessoria ao consórcio COIMP. Durante esse período, ao verificar a agenda da técnica, percebi que ocorreria uma reunião na Universidade Federal do Pará (UFPA), bairro Guamá, Belém, com a equipe do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE). Estiveram presentes o Coordenador Geral e o Coordenador representante do estado do Pará do CECAMPE Norte, além de representantes das Associações AMUNEP, AMAT, AMUT e UNDIME. Após as apresentações, por estar na Coordenação Estadual da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC/UNDIME-PA), os professores solicitaram meu número de celular para posteriores contatos.

Em seu e-book, o CECAMPE Norte (2021) aborda o papel do centro de desenvolvimento e aplicação de formações presenciais e online. Em suas palavras afirma:

O presente curso “Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas ao PDDE” é ofertado pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais. O Cecampe visa capacitar: (1) Entidades Executoras (EEx), prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados; (2) Unidades Executoras (UEx), organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas; (3) Entidades Mantenedoras (EM) das escolas privadas de educação especial e (4) os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, mantidas com o recurso do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE) (CECAMPE Norte, 2021, p. 7).

O CECAMPE Norte tem como proposta a capacitação dos membros das Unidades Executoras Próprias (UEX^s), alinhando-se com os objetivos da Política de Inovação Educação

Conectada (PIEC). Para que as escolas possam acessar os recursos necessários para conectar suas redes, é fundamental que suas UEX^s estejam em pleno funcionamento, passando pelos processos de adesão, execução e prestação de contas. A Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que institui a Política de Inovação Educação Conectada, reforça em seu parágrafo único do Art. 2º: "A Política de Inovação Educação Conectada será executada em articulação com outros programas destinados à inovação e à tecnologia na educação que recebam apoio técnico e/ou financeiro do governo federal" (Brasil, 2021, p. 1).

Os desafios para a estruturação do programa são grandes, em 2017, o PIEC surgiu como programa e em 2021, aconteceu efetivação como política de estado, com a promulgação da Lei nº 14.180/2021. Essa mudança de programa para política reflete a importância do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização do acesso até o quinto ano de sua vigência. No entanto, esse é um primeiro passo, que exige atenção cuidadosa em cada etapa do processo, garantindo que o alcance da política chegue até as escolas mais remotas do Brasil. Assim, “projetos inovadores de todo o mundo que abordam os desafios educativos mundiais e que já tenham demonstrado um impacto transformador nos indivíduos, nas comunidades e na sociedade do seu contexto” (Neto e Oliveira, 2022, p. 18). Para estes projetos inovadores, é necessário haver parcerias e um bom senso, até mesmo consenso, entre os entes responsáveis, pois o sucesso depende da colaboração mútua para superar as desigualdades regionais e locais brasileiras.

Em 2021, ao chegar ao município de São Francisco do Pará (local de trabalho), fui informado que a Coordenação Geral do CECAMPE Norte (dupla) estava no município para discutir a possibilidade de realizar uma formação presencial promovida pelo CECAMPE. Antes mesmo de adentrar na sala onde trabalhava, comecei a falar sobre o CECAMPE e os Coordenadores, um dos Coordenadores perguntou de onde eu conhecia o CECAMPE. Ao mencionar que havia participado de duas reuniões na UFPA, tomei posse da proposta, que é a mesma da política PIEC, oferecer apoio técnico aos municípios na captação de recursos, passando pelas etapas de adesão/seleção das escolas via SIMEC/PAR, posteriormente, elaborando seu Plano de Ações Financeiras, execução e monitoramento através do PDDE Interativo, além do processo de prestação de contas via sistema SIGPC.

No segundo semestre de 2021, realizamos duas lives, transmitidas pelo YouTube. Na primeira live, convidamos a Coordenação Geral do CECAMPE a participar do evento. Em seguida, fui convidado a apresentar o Panorama da Política de Educação Conectada Pará durante o seminário de culminância das atividades do CECAMPE Norte 2021, realizado no Auditório Jurídico da UFPA, no Campus Guamá.

Após esse evento, passei a participar de diversas reuniões e eventos do CECAMPE, incluindo formações online relacionadas ao programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, bem como à Política Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola. Também participei de formação/encontros presenciais no município de São Francisco do Pará.

Em 2022, realizei a formação para formadores do CECAMPE Norte, já no segundo semestre do mesmo ano, foi publicado o Edital para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cidades: Território, Identidade e Educação (PPGCITE), da UFPA, no Campus de Abaetetuba, onde o CECAMPE Norte é vinculado. Isso me motivou a tornar-se um pesquisador acadêmico, ingressando no curso de Mestrado com o intuito de aprofundar e aperfeiçoar-me nos processos de implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, junto aos municípios. Dois anos depois, concluir as atividades da dissertação de mestrado e continuo fazendo parte da equipe do CECAMPE, ora como formador, ora como assessor e outras contribuições.

É importante destacar que o e-book Avaliação Sistêmica e Multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: Proposta Conceitual e Estudos de Avaliabilidade – Volume 1 (Brasil, 2024, p. 260) enfatiza que, “No caso específico do PDDE, por ser um programa que repassa recursos diretamente às escolas da rede pública de ensino, cresce a importância de avaliá-lo quanto aos aspectos de eficácia, eficiência, sustentabilidade e até equidade”.

Dessa forma, o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), tem contribuído para o processo de orientações, estruturação e constituição das UEX^s. Isso permite que as escolas se tornem aptas a acessar e utilizar os recursos provenientes do Governo Federal, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Atualmente, o CECAMPE Norte, em sua segunda fase, desenvolve não apenas formações presenciais, mas também assessoramentos técnicos, que têm por objetivo a promoção da cooperação mútua entre o CECAMPE e os municípios. Vale ressaltar que o CECAMPE também representa o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o propósito de oferecer apoio técnico pedagógico, em conformidade com a Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, principal referencial legal do programa PDDE Básico. Assim, o assessoramento visa orientar as Unidades Escolares que apresentam inadimplências, incluindo questões como: pendências na prestação de contas, débitos e pendências junto à

Receita Federal, UEX^s inativas, UEX^s com mandato vencido, saldos não movimentados em contas bancárias e escolas sem UEX^s constituídas.

1.2. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

_____. **Programa de Inovação Educação Conectada.** 2017. Disponível em: <https://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/principios-e-historico>. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDEWeb.** 2023. Disponível em: https://www.fn-de.gov.br/fnde_sistemas/item/11939-pddeweb - 24/12/2022. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** / Vera Maria Vidal Peroni, coordenadora geral. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 204 p. ISBN 85-86260-42-8.

AGUIAR, Odílio Aves. **CONDIÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT.** Revista Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 22, n 44, p. 23-42, jul. /dez. 2008.

ALONSO, Sara: **A DISPUTA PELO SANGUE: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE “UNIDADE TEMBÉ”.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

ÁLVARES, C. DE O. T., PINHEIRO, V. **DA ESCOLA E DEMOCRACIA DE DEMERVAL SAVIANI À EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA DE VITOR PARO: QUESTÕES SOBRE A FUNÇÃO DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO DA ANTIGUIDADE ATÉ CONTEMPORANEIDADE.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Goiânia, v. 10, n.18; p.

CIZOTO, Sonelise Auxiliadora; DIÉGUES, Carla Regina Mota Afonso; PINTO, Rosângela de Oliveira: **Homem, cultura e sociedade** / Sonelise Auxiliadora Cizoto, Carla Regina Mota Afonso Diégues, Rosângela de Oliveira Pinto. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 248 p.

CORTELLA, Mário Sérgio: Não nascemos prontos! **Provocações filosóficas** / Mário Sérgio Cortella. 19ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cécilia de Souza (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERREIRA, J. de L.: **Cultura Digital e Formação de Professores: uma análise a partir da perspectiva dos discentes da Licenciatura em Pedagogia**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e75857, 2020.

FLORES, M. L. R., SCHERER, R. M., BUENO, R. DE C. S. DE S., ANDRADE, L. M.: **Problemas na prestação de contas do PDDE Básico: limites e possibilidades do monitoramento amostral**. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 40, n. 01 e 134919 – 2024.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa** / Paulo Freire, - São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRES, A. C., CAMARGO, A. M. M. **O PARFOR/UFPA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ESTADO DO PARÁ**. Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 6, n. 2, p. 424-438, jul./dez. 2016.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira; GONZAGA, Yone Maria: **Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco** / Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Maria Vieira Silva, Yone Maria Gonzaga, (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2022. 228p.

HAHN, Fábio André; MEZZO, Frank Antonio; PÁTARO, Crisitna Satiê de Oliveira: **INTERDISCIPLINARIDADE: perspectivas e desafios** / Organizado por Fábio André

Hahn, Frank Antonio Mezzomo, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020.

KATRIB, C. M. I.; LIMONTA, F. S.; PEREIRA, H. S. Políticas públicas de financiamento Educacional e equidade: o exercício do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–22, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v14n1a2025-76528. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/76528>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas** / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002. 156p.

NETO, José Augusto de Melo; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Programa de inovação educação conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas no Amazonas**. Revista Brasileira de Educação v. 27 e270084 2022.

PARENTE, Cláudia da Mata Darós. **Políticas públicas para a educação básica: avanços, desafios e perspectivas** / Cláudia da Mota Darós Parente (Org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

PIERRO, M. C., JOIA, O., RIBEIRO, V. M.: **VISÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

SANTOS, Deusdete Junior; SOUZA, Kallcia Resende. A produção científica sobre a governança pública no Brasil. Revista Administração em Diálogo. 2020

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria: **AGRICULTURA FAMILIAR: CATEGORIA TEÓRICA E/OU DE AÇÃO POLÍTICA**. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008.

VIEIRA, James Batista Governança, gestão de riscos e integridade / James Batista Vieira, Rodrigo Tavares de Souza Barreto -- Brasília: Enap, 2019. 240 p.: il.

2. CAPÍTULO 1. Fortalecimento da gestão descentralizada das UEX^s junto ao programa PDDE Básico e da política PIEC: democratização e autonomia financeira das escolas.

2.1. INTRODUÇÃO

O fortalecimento da gestão democrática das Unidades Executoras Próprias (UEX^s) no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), especialmente em articulação com a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), exige a adoção de mecanismos estruturantes que integrem participação social, descentralização administrativa e autonomia financeira. Esses três pilares são indispensáveis à efetivação das políticas públicas educacionais no Brasil, uma vez que favorecem a construção de uma gestão escolar mais responsiva, transparente e alinhada às necessidades da comunidade escolar.

Com a ampliação do escopo do programa PDDE Básico, por meio das Ações Integradas, entre elas, a política PIEC fortaleceu a necessidade de práticas de gestão pública participativa voltadas à promoção da equidade e da inovação tecnológica, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade educacional.

O programa PDDE Básico, concebido como um instrumento de apoio direto à manutenção e melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas públicas, tornou-se estratégico para a promoção de práticas de gestão pública participativa. Com a ampliação do seu escopo por meio das Ações Integradas, entre elas, a política PIEC que é palco desta pesquisa, o programa passou a incorporar uma dimensão ainda mais relevante no enfrentamento das desigualdades educacionais, ao priorizar ações voltadas à equidade, à inovação tecnológica e à conectividade, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender os desafios que as UEX^s enfrentam para implementar plenamente a autonomia financeira e administrativa prevista no programa PDDE Básico e na política PIEC. Apesar de este programa e esta política promoverem modelos descentralizados e participativos, na prática as escolas esbarram em problemas como: a falta ou fragilidade das UEX^s, a formação insuficiente dos gestores, excesso de burocracia e a baixa articulação com os conselhos escolares. Esses fatores limitam o potencial democrático e a eficiência na gestão dos recursos, dificultando a consolidação de uma verdadeira autonomia escolar.

Diante disso, define-se como problema central de pesquisa: como a gestão pública participativa pode contribuir para o fortalecimento da descentralização e da autonomia das

escolas na execução de programas e políticas públicas educacionais, com foco na implementação das Ações Integradas da política PIEC?

Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender os desafios e os benefícios da gestão participativa no fortalecimento da autonomia das escolas e no engajamento da comunidade local, dentro da lógica de financiamento do programa PDDE Básico e das ações de conectividade promovidas pela política PIEC. De forma mais específica, propõem-se os seguintes objetivos específicos que integram participação social: 1. Investigar como as UEX^s compreendem e operacionalizam os princípios da gestão participativa no contexto do programa PDDE Básico e da política PIEC; 2. Analisar as estratégias de capacitação, acompanhamento e controle social aplicadas à execução do programa e; 3. Avaliar os impactos da gestão participativa na infraestrutura, conectividade e nas práticas pedagógicas das escolas atendidas.

A pesquisa está ancorada em um marco teórico-conceitual que abrange: a gestão democrática participativa, conforme os princípios constitucionais de controle social (Flores et al., 2024); “A descentralização educacional e os fundamentos do PDDE como instrumento de autonomia financeira” (Araújo, Guerra e Nascimento, 2022); “O papel da PIEC na redução das desigualdades tecnológicas no ambiente escolar” (Aquino e Caetano, 2022); “As limitações enfrentadas pelas UEX^s no processo de execução e prestação de contas” (Pereira e Cordeiro, 2024; Lins e Miranda, 2024).

A pesquisa apoia-se em fundamentos teóricos sobre gestão democrática, descentralização educacional, autonomia financeira e desafios enfrentados pelas UEX^s na execução dos programas. O trabalho está organizado em cinco partes: introdução; metodologia; referencial teórico dividido em quatro eixos; análise e discussão dos resultados; e considerações finais, que propõem ações para fortalecer a gestão escolar participativa e autônoma.

2.2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com base em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), especificamente por meio de pesquisa documental e bibliográfica, conforme defendido por Lösch; Rambo; Ferreira (2023), com o objetivo de identificar, analisar e sistematizar evidências relevantes sobre a gestão participativa, descentralização administrativa e autonomia financeira no âmbito do programa PDDE Básico e de suas Ações Integradas, em particular a política PIEC.

A formulação da questão de pesquisa orientadora: “Como a gestão participativa pode fortalecer a descentralização e a autonomia das escolas na execução das políticas públicas educacionais, com foco no programa PDDE Básico e na política PIEC?”, conduziu todas as etapas da revisão. A estratégia de busca contemplou bases de dados acadêmicas de elevado fator de impacto, como

Google Scholar, Scielo e Periódicos CAPES. Inicialmente foram definidos descritores como “gestão participativa”, “PDDE”, “descentralização escolar” e “autonomia financeira”. Por meio desses descritores, a pesquisa focou em estudos empíricos e teóricos que apresentassem resultados concretos e discussões sobre a implementação do programa PDDE Básico, de modo a identificar desafios, contribuições e práticas relacionadas a uma gestão mais democrática nas escolas.

Foram estabelecidos critérios de inclusão como: publicações entre os anos de 2020 a 2024; estudos empíricos ou teóricos com foco em gestão participativa e descentralização no ambiente escolar; textos completos, com revisão por pares, publicados em periódicos indexados. Foram excluídos artigos de opinião, ensaios sem base empírica, textos com dados incompletos, resumos expandidos e publicações fora do contexto educacional.

Após aplicado o referido “crivo” nos trabalhos encontrados, foram selecionados seis artigos, uma dissertação e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com embasamento, abordagem ou representação a um dos objetos estudados, seus desafios e contribuições para uma gestão democrática na gestão do programa PDDE Básico.

Além disso, a presente pesquisa envolveu a análise de materiais legais e normativos relacionados ao programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, incluindo a política PIEC, como resoluções e guias de implementação, além de algumas obras que são referências em tal discussão, complementando a revisão de literatura. Esse procedimento permitiu identificar as práticas e os problemas de gestão nas escolas, tanto quanto a aplicação dos princípios de descentralização financeira e autonomia escolar.

As informações coletadas foram organizadas em categorias temáticas, permitindo identificar padrões e divergências nas práticas de gestão e tornou-se estratégico para em diferentes contextos escolares, especialmente nas dimensões estrutural, operacional e social participativa.

2.3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.3.1. O programa PDDE Básico e a política PIEC no contexto da democratização da gestão pública: princípios e fundamentos legais

A gestão da educação pública no Brasil tem avançado na direção da descentralização, da autonomia das escolas e da participação da comunidade escolar. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) garantem esses princípios, promovendo a gestão democrática e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Nesse cenário, o programa PDDE Básico, foi criado pela Resolução nº 12/1995, reformulado pela Medida Provisória nº 1.784/1999 e atualmente regulamentado pela Resolução nº 15/2021 do FNDE, reforça o caráter suplementar e redistributivo da política, com foco na infraestrutura escolar, inovação pedagógica, inclusão digital e na promoção da equidade educacional (BRASIL, 2021). A norma atual orienta que a gestão dos recursos siga os princípios da eficiência, legalidade e transparência, promovendo a participação dos conselhos escolares e da comunidade nas tomadas de decisões.

Desde sua criação, o programa PDDE Básico tem como objetivo descentralizar os recursos federais por meio do repasse direto às contas das UEX^s, compostas por representantes da comunidade escolar, como forma de fortalecer a autonomia local e promover a corresponsabilidade na gestão escolar (BRASIL, 1999; BRASIL, 2021). Como afirma Luiz (2021, p. 35), as UEX^s “são responsáveis pela execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas”, atuando como instrumentos concretos da autonomia administrativa e financeira das escolas.

A partir de 2007, com a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que formaliza o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Este decreto reafirma e operacionaliza o regime de colaboração ao estabelecer metas específicas a serem pactuadas entre o Governo Federal e os demais entes federativos, com vistas à melhoria dos indicadores educacionais. O PDE surge, portanto, como um instrumento estratégico de articulação entre políticas públicas, promovendo maior integração entre as ações dos diferentes níveis de governo e fortalecendo a corresponsabilidade pela elevação da qualidade do ensino em todo o país, regime de colaboração este que nem sempre acontece.

Nos últimos anos, o programa PDDE Básico passou a ser reformulado e expandido por meio de Ações Integradas, entre elas o PDDE Equidade: PDDE Água e Esgotamento

Sanitário e PDDE Qualidade: Política PIEC, Programa Cantinho Leitura, Programa Escola das Adolescência, Programa Escola e Comunidade (PROIEC), Novo Ensino Médio etc., a política PIEC, aqui em discussão, foi formalizada pelo Decreto nº 9.204/2017 e regulamentada pela Lei nº 14.180/2021 (BRASIL, 2007; BRASIL, 2021), a política que tem como objetivo assegurar o acesso à conectividade pedagógica e à infraestrutura tecnológica, sobretudo em escolas situadas em regiões vulneráveis, como a Amazônia Legal.

O PDE estabelece que “a participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes (Brasil, 2007, p. 1), acima de tudo, a base legal necessária para estruturar os sistemas de ensino, em que os entes federados (Distrito Federal, estados e municípios) realizem diagnósticos periódicos, com o objetivo de assegurar mecanismos eficazes para a captação de recursos federais destinados às escolas, em consonância com o programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, através de recursos em caráter suplementar.

Corroborando com os desafios, Müller e Serel (2002), destacam que:

os desafios da educação pública brasileira transcendem a gestão educacional e os próprios sistemas de ensino. As relações entre o Poder Público e a sociedade civil criam um ambiente complexo, reconfigurando o papel social da escola e redefinindo suas funções a partir de um contexto histórico e cultural. A partir desse cenário é notório que organizar a educação pública se constitui num grande desafio da administração pública, tanto no que se refere à manutenção da estrutura existente, como na proposição de diretrizes que atendam às novas demandas da atualidade (Müller e Sarel, 2002, p. 33).

Nesse sentido, o programa PDDE Básico, especialmente a política PIEC, fortalece o protagonismo das escolas ao promover maior autonomia na gestão dos recursos e incentivar a participação da comunidade na definição das prioridades, assim representando iniciativas estratégicas para operacionalizar essa perspectiva. Conforme o CECAMPE (2021, p. 11), o programa PDDE Básico visa "fortalecer a gestão escolar por meio de apoio técnico e financeiro, favorecendo o protagonismo das escolas públicas no enfrentamento de suas demandas específicas".

Portanto, o programa PDDE Básico, com suas Ações Integradas, como a política PIEC, representa uma das mais expressivas estratégias de descentralização e democratização do financiamento da educação pública brasileira. Todavia, para que essa descentralização seja efetiva e não apenas formal, é indispensável o fortalecimento da gestão participativa, o

investimento em capacitação contínua das UEX^s e a adoção de práticas que valorizem o controle social e a corresponsabilidade dos atores escolares.

2.3.2. A descentralização escolar e a implementação do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas

A descentralização é outro princípio fundamental para a efetividade das políticas públicas educacionais. No Brasil, esse processo foi fortalecido a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. No caso do programa PDDE Básico e das Ações Integradas, com ênfase na política PIEC, a descentralização ocorre por meio do repasse direto de recursos às escolas por meio da constituição das UEX^s, conferindo às unidades escolares maior agilidade na tomada de decisões administrativas e financeiras.

Luiz (2021), conceitua Conselho Escolar e Unidade Executora, quando destaca:

A regulamentação do Conselho Escolar pode variar quando ele também assume a função de Unidade Executora. Isso nos remete a observar as legislações específicas da gestão financeira de programas que proporcionam a transferência de recursos para a escola. A Unidade Executora é responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas (Luiz, 2021, p. 35).

O programa PDDE Básico surge como um instrumento que materializa esses princípios na prática, fomentando uma gestão democrática dentro das escolas e incentivando o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, professores, alunos e membros da sociedade civil. A construção de uma identidade social não depende apenas de mecanismos legais para sua implantação. Ela exige, sobretudo, o engajamento ativo de todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, estudantes, famílias e a comunidade em geral. A legislação pode fornecer diretrizes e estabelecer condições favoráveis, mas é no cotidiano escolar e na interação com o meio social que os valores de cooperação, respeito e cidadania se consolidam.

A política PIEC também fortalece essa descentralização e autonomia escolar ao permitir que as unidades educacionais adquiram infraestrutura tecnológica e desenvolvam práticas pedagógicas inovadoras conforme suas necessidades locais. Essa abordagem promove uma gestão mais ágil e contextualizada, estimulando desde a criação de ambientes makers até a implementação de metodologias ativas com tecnologia.

No entanto, para que essa descentralização funcione plenamente, é essencial investir na formação continuada dos gestores escolares, professores, conselheiros escolares e demais membros das UEX^s, oferecendo apoio técnico e criando mecanismos de monitoramento participativo. Quando bem estruturada, a política PIEC contribui para reduzir desigualdades digitais e promover uma educação mais inovadora e conectada às demandas locais.

2.3.3. A autonomia financeira na gestão dos recursos públicos, oriundos do programa PDDE Básico e das Ações Integradas da política PIEC

A autonomia financeira escolar é indispensável para a operacionalização das políticas públicas de descentralização. No contexto do programa PDDE Básico e da política PIEC, as UEX^s assumem a responsabilidade pela gestão direta dos recursos públicos, o que demanda preparo técnico, compromisso ético e estrutura institucional adequada (ou era para acontecer).

Criado em 1995, o hoje programa PDDE Básico, foi pensado como uma forma menos burocrática de enviar recursos diretamente às escolas públicas. Reformulado por medidas provisórias posteriores e regulamentado por resoluções do FNDE, o programa busca garantir que os recursos cheguem com mais agilidade às escolas. Essa transferência direta de recursos tem como base a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, que valorizam a descentralização, a participação social e a autonomia escolar. Como destaca o CECAMPE (2021), “o PDDE é uma estratégia para fortalecer a gestão escolar, especialmente em escolas com maiores dificuldades, criando condições mínimas para melhorar os resultados educacionais”.

Peroni e Adrião (2007), destaca a criação e estruturação do programa PDDE Básico:

O governo federal criou, em 1995, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), com denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pela Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, reafirmada pela Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001, que se justifica pela necessidade de adotar medidas nacionalizadoras, menos burocráticas, de modo que os recursos cheguem com mais agilidade e diretamente às escolas, conforme Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 12, de 10 de maio de 1995 (BRASIL, 1995) (Peroni e Adrião, 2007, p. 31).

No entanto, garantir essa autonomia, na prática, ainda é um desafio. Muitos contextos escolares enfrentam barreiras, como a centralização de decisões por parte de gestores ou secretarias municipais de educação, o que acaba por desrespeitar os princípios de gestão

democrática. A ausência de participação real da comunidade escolar também compromete a legitimidade das decisões e limita os impactos positivos do programa.

Esses problemas afetam também a política PIEC, que integra o programa PDDE Básico, com foco em conectividade e inovação. A autonomia financeira, nesse caso, é ainda mais importante para que as escolas possam planejar ações tecnológicas conforme suas necessidades locais. Isso inclui investimentos em internet, equipamentos e metodologias técnicas e pedagógicas inovadoras.

Logo, a descentralização das escolas no processo de construção do ato democrático na gestão pública percorre caminhos longos e complexos, sendo fundamental a participação social em sua constituição, em especial nas tomadas de decisões que envolvam gestão escolar, professores, pais, alunos e a comunidade escolar. Essa participação, embora essencial, apresenta desafios consideráveis, sobretudo em função do tempo e da disponibilidade dos atores envolvidos no processo de democratização.

O CECAMPE, em seu e-book sobre a avaliação da referida política articula que:

É importante que você saiba que o PDDE é uma proposta de descentralização estratégica de recursos financeiros para o interior da escola, com o intuito de fortalecer a gestão, criar condições mínimas para o funcionamento das escolas de modo que estas possam melhorar os resultados educacionais, particularmente das escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (CECAMPE NORTE, 2021, p. 11).

O programa PDDE Básico representa um importante marco na política de descentralização do financiamento da educação pública no Brasil, ao estabelecer diretrizes para a aplicação direta de recursos financeiros nas escolas. No entanto, a eficácia dessa política é frequentemente comprometida por práticas como o planejamento de gaveta, a atuação autoritária de gestores escolares ou a interferência indevida de equipes das secretarias de educação nos processos internos das escolas. Tais condutas ferem o princípio da autonomia escolar (autogestão) e inviabilizam a gestão democrática, uma vez que as decisões devem ser tomadas em regime de colaboração, respeitando a realidade local e registrando-se em ata as prioridades definidas coletivamente.

Para que essa autonomia seja efetiva, é fundamental garantir a participação ativa de professores, estudantes, pais e demais membros da comunidade nas decisões escolares. Sem esse envolvimento, políticas como o programa PDDE Básico e a política PIEC correm o risco de se tornarem apenas obrigações formais, distantes das reais necessidades das escolas públicas.

2.4. RECEITUÁRIO DO PROCESSO DE ADESÃO AO PROGRAMA PDDE BÁSICO E SUAS AÇÕES INTEGRADAS, EM ESPECIAL DA POLÍTICA PIEC E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2.4.1. Adesão ao programa PDDE Básico

A adesão ao programa PDDE Básico é um processo anual que envolve a participação ativa das Entidades Executoras (EEx) e das Unidades Executoras Próprias (UEX^s). As EEx realizam a adesão via PDDEWeb, repassando a responsabilidade às UEX^s que, estas por sua vez, devem formalizar sua adesão até o último dia útil de outubro de cada ano, mantendo os dados cadastrais (e-mails e contatos da escola e do presidente da UEx) atualizados, além de regularem eventuais pendências de inadimplências, sejam elas com prestação de contas, jurídicas ou com a Receita Federal, assim, para garantir o acesso aos recursos. É de suma importância que as escolas tenham suas UEX^s devidamente constituídas e atualizadas.

As UEX^s recebem diferentes denominações tais como: Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres, dentre outros. O importante é que estas devem ser compostas por representantes da comunidade escolar, atendendo a todos os segmentos que compõem o corpo escolar. Independentemente da nomenclatura, sua constituição deve assegurar a participação democrática de pais, alunos, professores e demais membros da escola (BRASIL, 2014).

Por meio desta adesão que as escolas via sistema PDDEWeb podem a qualquer momento definir os percentuais de alocação dos recursos, para as categorias de custeio e/ou capital, que as escolas irão gerenciar no ano subsequente. No contexto educacional, a UEx desempenha um papel essencial ao integrar diretores, professores, funcionários, pais, alunos e membros da sociedade civil, atuando no processo decisório e no planejamento das atividades escolares. Essas práticas colaborativas visam a criação de um ambiente educacional inclusivo, democrático e eficaz, onde todos os envolvidos têm voz e contribuem para o fortalecimento da cidadania escolar, assim, “a participação ativa da família e o incentivo ao trabalho colaborativo, a escola conquista maior credibilidade, facilitando o processo de socialização e ajudando a mitigar o problema da individualidade” (Lima et al., 2025, p. 7).

Uma vez constituída a UEx, “é necessário compreender suas atribuições e responsabilidades perante a sociedade, pois além de administrar e gerenciar recursos, ela também deve controlar os recursos, fomentar atividades pedagógicas, realizar a manutenção e conservação de equipamentos e prestar contas dos recursos recebidos” (Brasil, 2014, p. 3). Essa estruturação também visa orientar os critérios para os repasses às respectivas UEX^s (custeio e/ou capital), pois os recursos provenientes do programa PDDE Básico têm como

objetivo auxiliar as escolas na implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), promover a manutenção, conservação e pequenos reparos nas unidades escolares, além de viabilizar a aquisição de bens e serviços, respeitando os percentuais definidos durante o processo de adesão ao PDDEWeb (Brasil, 2021)

Mafassoli (2017), destaca a importância dos valores per capita, ao afirmar que:

Escolas com até 50 alunos que não possuem UEx recebem recursos, por meio da EEx, apenas na categoria econômica de custeio. Os estabelecimentos de ensino públicos com UEx e os polos de apoio presencial da UAB, assim como as escolas privadas de educação especial, podem receber recursos nas duas categorias. Às UEx e às EM é permitida programação e informação, no PDDEWeb, do montante a receber em cada categoria no ano seguinte. Caso não informem, o FNDE estabeleceu os percentuais de 80% e 20%, respectivamente, para custeio e capital, no caso dos estabelecimentos de ensino públicos e os polos da UAB, e 50% de cada tipo de recursos para as escolas privadas de educação especial (Mafassoli, 2017, p. 136).

Além de gerenciar os recursos recebidos, cabe às UEX^s fomentar as ações pedagógicas, para zelar pela infraestrutura escolar e prestar contas à sociedade. Esses recursos devem ser aplicados em despesas de custeio e/ou capital, de acordo com os percentuais definidos no sistema. Assim, o processo de adesão ao programa PDDE Básico é mais do que uma formalidade burocrática: representa a consolidação da autonomia escolar e o fortalecimento da gestão participativa, pilares fundamentais da política educacional descentralizada.

2.4.2. Adesão as Ações Integradas: política PIEC, via sistema SIMEC e PDDE Interativo

A política PIEC, instituída pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 14.180/2021, visa integrar tecnologias digitais às escolas públicas, garantindo e promovendo assim, a inclusão digital e qualificação do ensino. A adesão à política PIEC ocorre por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), uma plataforma desenvolvida para organizar a gestão e execução das políticas públicas educacionais, facilitando o acesso a recursos e ferramentas digitais para o ambiente educacional e escolar.

A adesão é realizada anualmente pelos Dirigentes Municipais de Educação (DME^s), por meio de formulário disponibilizado no SIMEC, onde as escolas são selecionadas, seguindo os critérios estipulados por normativas da política PIEC, de acordo com a Portaria nº 126/2022, destaca os critérios para elegibilidade das escolas, quando em seu Art. 2º enfatiza “I – estar em atividade; II – possuir energia elétrica; III – possuir pelo menos uma matrícula e;

IV – contar com Unidade Executora própria (Brasil, 2022, p. 2). Escolas sem UEX^s, ficam descobertas de todo o conjunto que forma as Ações Integradas. A UEx é responsável por planejar, executar e prestar contas dos recursos, gerindo conta bancária específica conforme diretrizes do FNDE.

Após a seleção das escolas via SIMEC, as escolas estarão aptas a elaborar um diagnóstico no PDDE Interativo, identificando suas necessidades em infraestrutura tecnológica, formação docente e recursos didáticos. A partir deste diagnóstico, estão aptas e elaborar seus Planos de Ações Financeiras (PAF^s), contemplando metas como contratação de internet (fibra óptica, satelital ou rádio), aquisição de equipamentos e melhoria da conectividade.

Após aprovação dos PAF^s, os recursos são transferidos às escolas, priorizando aquelas que contratam conectividade e submetem os planos mais cedo. A plataforma PDDE Info permite o acompanhamento dos repasses e da situação das prestações de contas, consultando por meio do código INEP ou CNPJ da UEx.

É importante esclarecer que as escolas portam acessos a uma ampla variedade de informações para a aplicação correta dos recursos e posteriormente, para sua devida prestação de contas. Quando uma escola recebe recursos, como os do programa PDDE Básico, programa PDDE Estrutura, programa PDDE Qualidade, ambos estão ligados diretamente ao programa PDDE, incorporando as categorias de custeio e capital, conforme elaboração de seus PAF^s.

2.4.3. Prestação de Contas (PC) em sua nova formatação

A prestação de contas dos recursos do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas é obrigatória, mesmo quando os recursos não são utilizados no ano do repasse, devendo ser reprogramados para o exercício seguinte.

Tradicionalmente, esse processo é realizado por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), conforme estipulado pela Resolução nº 15/2021. No entanto, em 2024, foi introduzida uma nova ferramenta, a plataforma Solução BB Gestão Ágil, criada em parceria entre o FNDE e o Banco do Brasil, conforme previsto na Resolução CD/FNDE nº 7/2024. Atualmente, essa plataforma está em fase de implantação e testes, mas ainda não substitui oficialmente o SIGPC como sistema exclusivo.

A responsabilidade pela finalização e culminância das prestações de contas é do prefeito ou prefeita do município. O sistema permite ao FNDE monitorar, em tempo real, os

dados inseridos pelas escolas e emitir alertas em caso de inconsistências, falhas ou pendências.

Para Gonçalves (2025) enfatiza que:

No ano de 2024, houve uma modificação na forma de prestação de contas, por meio da Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024, que substituiu o SiGPC pela plataforma BB Gestão Ágil, uma nova ferramenta para prestação de contas desenvolvida pelo Banco do Brasil em parceria com o FNDE. No ano de 2024, houve uma modificação na forma de prestação de contas, por meio da Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024, que substituiu o SiGPC pela plataforma BB Gestão Ágil, uma nova ferramenta para prestação de contas desenvolvida pelo Banco do Brasil em parceria com o FNDE. O PDDE é um programa de longa duração, que passa por reformulações constantes para atender às novas demandas do ambiente educacional. A partir da análise histórica realizada, é possível perceber que o programa surge em meio às contradições do sistema capitalista e alinhado ao princípio da gestão gerencial e aos acordos firmados com agências multilaterais (Gonçalves, 2025, p. 58-59).

Em um contexto geral, Flores et al. (2024) corrobora, quando enfatiza que:

É oportuno lembrar que os recursos do PDDE são creditados para entidades, denominadas de Unidade Executora (UEX), que são vinculadas às instituições habilitadas ao recebimento destes. De forma concreta, tais entidades possuem diferentes responsabilidades, cabendo a elas: aderir ao PDDE, planejar o uso dos recursos, gerir uma conta bancária específica em que os recursos são depositados, executar e prestar contas desses recursos (Flores et al., 2024, p. 8).

Flores et al. (2024), volta a corroborar reforçando essa importância prestação de contas:

No que diz respeito aos recursos do PDDE, é obrigatória a prestação de contas no caso das entidades que receberam recursos naquele ano; ou que possuírem saldos de recursos reprogramados de anos anteriores, ainda que não tenham recebido novos repasses. Assim, mesmo que os recursos não sejam usados no ano de repasse, deve ser efetivada a prestação de contas, com a informação quanto à sua não utilização e à reprogramação para uso no ano seguinte (Flores et al., 2024, p. 12).

Somente ao seguir esses procedimentos, as escolas tornam-se elegíveis para captar novos recursos, nos anos seguintes. Esses processos de prestação de contas, são realizados por meio do SIGPC e hoje, a Solução BB Gestão Ágil vem sendo testada como plataforma complementar. Ela oferece funcionalidades como categorização dos programas, envio de códigos das notas fiscais e mensagens automatizadas para informar ou registrar pagamentos. Para definir a PC em relação aos recursos do programa PDDE Básico e Ações Integradas, é importante considerar a Resolução nº 15/2021, que [...] “dispõe sobre as orientações para o

apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento do referido programa” (Flores et al., 2024, p. 5).

A prestação de contas no âmbito do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, tem evoluído no sentido de modernizar e tornar transparente o uso dos recursos públicos destinados à educação básica. A substituição do SIGPC pela plataforma BB Gestão Ágil, conforme destaca Gonçalves (2025), representa não apenas uma inovação tecnológica, mas também uma resposta às exigências de uma gestão mais eficiente, alinhada a princípios de controle, monitoramento e parceria institucional. Contudo, como salientam Flores et al. (2024), o sucesso dessa transição depende da capacidade das Unidades Executoras (UEX^s) em cumprir rigorosamente suas atribuições legais, como o planejamento, a execução e a prestação de contas, mesmo quando os recursos não são utilizados no ano do repasse. A obrigatoriedade da prestação de contas se mantém como eixo central da política, sendo condição para a continuidade do repasse de novos recursos.

Nesse sentido, a Solução Gestão BB Ágil surge como uma ferramenta promissora ao permitir acompanhamento em tempo real e emissão de alertas sobre inconsistências, embora ainda enfrente limitações estruturais em determinadas regiões do país, como a Amazônia Legal. Portanto, o desafio atual é garantir não apenas a adoção da nova plataforma, mas também a efetiva capacitação técnica e a inclusão digital das escolas para que a prestação de contas cumpra sua função de assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão educacional, desta forma.

Em resumo, o processo de prestação de contas do programa PDDE Básico e de suas Ações Integradas e outras como PNATE e PNAE, passando por uma fase de transição. A nova plataforma representa um avanço, mas ainda não substitui oficialmente o SIGPC. Portanto, as escolas devem manter atenção redobrada às normas vigentes, assegurar o cumprimento das obrigações legais e garantir a correta execução e registro dos recursos recebidos.

2.5. INTERAÇÃO ENTRE OS AUTORES: análise e discussões do estudo da arte

A gestão participativa, a descentralização escolas e a autonomia financeira das unidades escolares, buscam promover uma abordagem em que as tomadas de decisões sejam coletivas e compartilhadas entre os diferentes atores da comunidade escolar, incluindo diretores, professores, alunos, pais e membros da comunidade escolar em geral. Essa forma de gestão permite que a UEx, responda mais efetivamente às necessidades locais e desenvolva práticas educacionais contextualizadas e democráticas.

Nessa perspectiva, iremos analisar o que as pesquisas dos últimos 05 (cinco) anos apontam como sendo os principais desafios ou dificuldades, bem como quais as perspectivas com relação a efetivação da gestão participativa do programa PDDE Básico.

Quadro 01: Trabalhos analisados.

Autor (a) (es)	Título	Objeto	Objetivo
Araújo; Guerra; Nascimento (2022)	A Importância da Gestão Democrática Participativa na Execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	O estudo analisa o papel da gestão democrática e participativa no contexto da execução do programa PDDE Básico, identificando fatores determinantes para a eficácia do programa.	Verificar como a gestão democrática pode contribuir para a melhoria dos processos do programa PDDE Básico, considerando aspectos como capacitação, controle social e autonomia.
Dantas (2022)	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Uma Análise Acerca das Implicações na Gestão Escolar do Ensino Público no Município de Imperatriz/MA	Este estudo investiga as implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na gestão escolar democrática em Imperatriz, Maranhão.	Compreender como o programa influencia as práticas de gestão e como a participação da comunidade escolar contribui para a execução do programa PDDE Básico no contexto local.
Lima (2022)	O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Fortalecendo a Gestão Escolar na Secretaria Estadual de Educação do Amazonas	Este estudo examina o impacto do programa PDDE Básico na gestão escolar no estado do Amazonas, destacando como o programa contribui para a descentralização financeira e o fortalecimento da autogestão nas escolas públicas.	Avaliar a eficácia do programa PDDE Básico na melhoria das condições de infraestrutura e práticas pedagógicas, além de identificar os desafios enfrentados na implementação.
Silva <i>et al.</i> (2022)	A Gestão Democrática na Utilização dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Este estudo investiga a gestão democrática na aplicação dos recursos do programa PDDE Básico, enfatizando a importância da participação social e a autogestão escolar.	Compreender os critérios para a utilização das verbas e identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores escolares na execução do programa.
Franck	Percepções de atores	A pesquisa busca analisar	Analisar a percepção de atores

(2023)	sobre o desempenho da gestão descentralizada de recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE)	como diferentes atores percebem o desempenho da gestão descentralizada de recursos no contexto do programa PDDE Básico.	sobre o desempenho da gestão descentralizada de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
Menezes (2023)	A Gestão Democrática do programa PDDE Básico e sua Contribuição para a Educação no Campo	A pesquisa investiga a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em uma escola pública rural, destacando o papel do programa na construção de uma gestão democrática.	Examinar como o programa PDDE Básico contribui para o fortalecimento da participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de políticas educacionais locais.
Lins e Miranda (2024)	Gestão de Recursos Financeiros em Escolas Públicas de um Município do ABC Paulista: Concepções de Diretores	Esta pesquisa aborda as políticas de repasse financeiro direto para escolas públicas no contexto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	Compreender as percepções dos diretores sobre a gestão desses recursos e os desafios enfrentados na prática, especialmente em relação à aplicação dos princípios de descentralização e gestão democrática.
Pereira e Cordeiro (2024)	Análise da Gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em Distintas Realidades Brasileiras	Este estudo examina a implementação e gestão do programa PDDE Básico no contexto do neoliberalismo no Brasil, focando nos desafios e contradições da descentralização financeira em escolas públicas de diferentes regiões.	Entender como o programa PDDE Básico contribui para suprir as necessidades educacionais e quais são os desafios para sua execução.

Fonte: Autoria própria dos autores, 2024.

Nos estudos analisados, identificamos os desafios e dificuldades em três categorias principais. A primeira é a Estrutural, que ocorre quando os conselhos escolares estão subordinados a uma estrutura ou cultura centralizadora, seja pela autoridade do diretor da escola ou pela secretaria de educação, ou quando as diretrizes do programa acabam dificultando a gestão participativa. A segunda é a Operacional, relacionada a falta de capacitação dos conselheiros escolares para gerir recursos e prestar contas adequadamente.

Por fim, a terceira é a Social Participativa, quando há baixa participação e envolvimento dos membros que deveriam compor os conselhos escolares.

Quadro 02: Categoria Estrutural.

Estrutural	Referências
Falta de autonomia na aplicação dos recursos, pois manuais e normas do programa PDDE Básico determinam onde e como devem ser aplicados.	Pereira e Cordeiro, 2024; Silva et al., 2022; Araújo; Guerra; Nascimento, 2022; Dantas, 2022.
A decisão de onde alocar os recursos muitas vezes se concentra no diretor, o que limita a autonomia do conselho escolar para decidir.	Lins e Miranda, 2024; Dantas, 2022.
A centralização das decisões na secretaria de educação limita a autonomia das escolas em adaptarem o uso dos recursos às suas necessidades específicas.	Lima, 2022; Franck, 2023.
Regras rígidas do programa PDDE Básico dificultam a personalização das ações de acordo com o contexto local das escolas, especialmente em regiões mais remotas.	Lima, 2022; Franck, 2023.
Ausência de formação contínua para os membros da UEx, comprometendo os processos decisórios e a autonomia dos gestores.	Menezes, 2023; Silva et al., 2022.

Fonte: Autoria própria dos autores, (2024).

Observa-se que nas pesquisas analisadas foram apontados como as dificuldades ou os obstáculos a uma gestão participativa, a centralização das decisões, seja por parte da direção da escola ou das secretarias de educação, além da rigidez das normas do próprio programa, impacta diretamente na autonomia das escolas e dos conselhos escolares. Isso dificulta a adaptação das práticas de gestão às realidades locais, principalmente em regiões mais distantes e com características socioeconômicas específicas. Esses aspectos limitam a capacidade dos conselheiros e gestores escolares de tomarem decisões adequadas às necessidades de suas comunidades escolares, resultando em um enfraquecimento da gestão participativa e na dependência de decisões centralizadas.

Além disso, a ausência de formação contínua para os membros dos conselhos escolares, idêntico como apontado por Menezes (2023) e Silva et al. (2022), compromete a eficiência das decisões tomadas e perpetua um ciclo de dependência e baixa autonomia. A carência de capacitação enfraquece a participação dos conselheiros no processo de gestão, resultando em uma maior centralização das decisões nas mãos de poucos, contradizendo a própria essência da gestão participativa prevista pelos programas educacionais.

Quadro 03: Categoria Operacional.

Operacional	Referências
“Ausência de pessoal, acúmulo de funções, dificuldades de infraestrutura, mediação de conflitos e centralização no	Pereira e Cordeiro, 2024, p. 21.

poder do gestor.”	
Conselheiros têm dificuldades em relação ao uso correto das verbas e à prestação de contas, necessitando de mais capacitação.	Silva et al., 2022; Lins e Miranda, 2024; Dantas, 2022; Araújo; Guerra; Nascimento, 2022;
Os conselheiros frequentemente não dispõem de tempo ou infraestrutura adequada para realizar tarefas relacionadas ao programa PDDE Básico, gerando sobrecarga de funções.	Dantas, 2022; Franck, 2023.
Dificuldades na execução e prestação de contas do programa PDDE Básico, evidenciando a necessidade de maior capacitação dos gestores escolares para esse processo.	Menezes, 2023; Araújo; Guerra; Nascimento, 2022.

Fonte: Autoria própria dos autores, 2024.

As pesquisas evidenciam, que, muitas vezes, os conselheiros escolares não dispõem de tempo ou condições materiais para realizarem as tarefas exigidas pelo programa PDDE Básico e Ações Integradas, resultando em uma sobrecarga de funções (Dantas, 2022; Franck, 2023). Essa sobrecarga, somada a falta de capacidade técnica, compromete o processo de gestão e prestação de contas, tornando-se um obstáculo à operação eficaz dos conselhos escolares. Nesse sentido, Menezes (2023) e Araújo, Guerra e Nascimento (2022), sublinham que uma formação inadequada ou inexistente impacta diretamente na qualidade da gestão dos recursos e na eficiência operacional, reforçando a urgência de investimentos em treinamento e infraestrutura para que os conselhos escolares possam desempenhar suas funções de maneira mais autônoma e eficaz.

Diante de tal contexto, é imprescindível que sejam implementadas medidas a simplificarem os processos administrativos do programa PDDE Básico e garantirem o maior suporte técnico e formativo aos gestores escolares. A ampliação dos programas de capacitação para conselheiros e gestores, bem como o desenvolvimento de uma infraestrutura a permitir a descentralização eficiente das funções administrativas, são pontos centrais para melhorar a gestão participativa nas escolas e garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficaz.

Quadro 04: Categorical Social Participativa.

Social Participativa	Referência
Centralização das decisões e falta de participação efetiva da comunidade escolar no processo de gestão.	Pereira e Cordeiro, 2024; Silva et al., 2022; Menezes, 2023.
Professores e pais resistem a participar das decisões do Conselho Escolar, frequentemente alegando falta de tempo e outros compromissos.	Lins e Miranda, 2024; Dantas, 2022; Araújo; Guerra; Nascimento, 2022; Franck, 2023.
Medo dos membros da comunidade em participar dos Conselhos Escolares devido a questões burocráticas e receios de responsabilidade legal e financeira.	Dantas, 2022; Franck, 2023;

Fonte: Autoria própria dos autores, 2024

As pesquisas analisadas apontam que a participação da comunidade escolar e local na gestão ainda é limitada. Em muitos casos, decisões são centralizadas pelos presidentes dos conselhos escolares ou gestores escolares, o que reduz o envolvimento de pais, professores demais membros das escolas, ou até mesmo, pela falta de mobilização para a participação da comunidade escolar. Dessa forma, a centralização das decisões, mencionada por Pereira e Cordeiro (2024) e outros autores, contribui ao enfraquecimento da participação ativa de professores, pais e demais membros da comunidade, resultando em uma gestão mais verticalizada e distante da realidade local.

Há também resistência à participação, frequentemente justificada por motivos como falta de tempo e outros compromissos pessoais, é outro ponto recorrente nas análises (Lins e Miranda, 2024; Dantas, 2022). Essa ausência de envolvimento, especialmente de professores e pais, enfraquece o papel do Conselho Escolar, que deveria funcionar como um espaço democrático de diálogo e decisão coletiva.

Outro aspecto relevante identificado dessas dificuldades, a autonomia na gestão dos recursos, representando avanços importantes. O receio de muitos membros da comunidade em participar dos Conselhos Escolares devido à complexidade burocrática envolvida e ao medo de assumir responsabilidades legais e financeiras (Dantas, 2022; Franck, 2023). Esse temor acaba afastando potenciais participantes e reforçando a concentração das decisões em poucos indivíduos, geralmente gestores ou membros mais experientes, limitando a diversidade de opiniões e perspectivas no processo decisório.

Apesar dessas dificuldades, a autonomia na gestão dos recursos representa um avanço importante. Quando bem conduzida, permite que as escolas façam investimentos mais adequados às suas necessidades, melhorando infraestrutura, práticas pedagógicas e o uso de tecnologias (Dantas, 2022; Menezes, 2023).

Dessa forma, conclui-se que a gestão participativa no âmbito do programa PDDE Básico e da política PIEC é essencial para uma educação mais democrática. No entanto, ela só será eficaz se for acompanhada de capacitação contínua, apoio técnico e estratégias que fortaleçam o envolvimento da comunidade escolar. A experiência internacional, como nos casos da Finlândia e do Canadá, confirma que autonomia escolar requer investimento não só em recursos, mas também em formação e suporte institucional (Sahlberg, 2011; Fullan, 2018).

2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, com destaque para a política PIEC, evidenciando que a gestão participativa é fundamental para fortalecer a descentralização escolar, a autonomia financeira e a corresponsabilidade comunitária na execução das políticas públicas educacionais no Brasil.

Os resultados revelam que, apesar dos avanços legais e institucionais, persistem obstáculos estruturais, operacionais e sociais que dificultam a consolidação de uma gestão democrática eficaz. Entre os principais desafios estão: a centralização das decisões por gestores ou secretarias; a fragilidade dos conselhos escolares; a ausência de conectividade adequada em regiões vulneráveis e; a falta de capacitação das UEX^s e da comunidade escolar.

As evidências demonstram que, embora os repasses diretos de recursos representem um avanço importante, para a descentralização, estes por si só não garantem a autonomia real das escolas, assim é preciso assegurar formação continuada dos gestores e conselheiros escolares, apoio técnico institucional às escolas, sistemas de prestação de contas mais acessíveis e funcionais, infraestrutura tecnológica mínima, especialmente nas escolas do campo, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e no contexto geral da Amazônia Legal.

Nesse contexto, recomenda-se que a reestruturação dos processos formativos com foco na gestão democrática, a ampliação do suporte dos CECAMPE^s e demais redes de apoio técnico, a revisão das normas do programa PDDE Básico e as Ações Integradas, em destaque da pesquisa, à política PIEC, para garantir a flexibilização de ações conforme a realidade local, o investimento em plataformas digitais intuitivas e acessíveis e a inclusão de mecanismos de escuta ativa e consulta pública nas decisões escolares.

Para futuros estudos, sugere-se investigar o impacto da formação técnica sobre os resultados de gestão escolar, a efetividade do uso das novas plataformas de prestação de contas (como o BB Gestão Ágil), o papel das tecnologias na ampliação da participação comunitária, comparações entre municípios com e sem redes de apoio como os CECAMPE^s, além de maior debate nas redes que não dispõem de 100% de suas UEX^s constituídas e adimplentes.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o sucesso da gestão participativa no programa PDDE Básico e na política PIEC, este processo não depende apenas do repasse de recursos, mas da articulação entre formação, infraestrutura, conectividade, legislação clara e apoio institucional permanente. Com esses elementos combinados, haverá maior participação

das políticas públicas educacionais terão maior potencial ao processo de democratização da gestão escolar, com redução das desigualdades e melhoria da qualidade da educação pública.

2.7. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

_____. MEC/FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024 –DOU** - Imprensa Nacional. 2024.

_____. MEC/FNDE. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** 2021

_____. Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. **Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.** 1998

AQUINO, J. C. F., CAETANO, L. M. D. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA NA REDE PÚBLICA.** *Revista de Estudos Interdisciplinar*. ISSN 2674-8707, V. 4, n. 3, mai.-jun. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/Eriston%20Ramos/Downloads/ewerton,+Artigo+05%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Eriston%20Ramos/Downloads/ewerton,+Artigo+05%20(1).pdf). Acesso em 20 set. 2024

ARAÚJO, Kathy Souza Xavier de; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; DO NASCIMENTO, Giselle Oliveira. **A importância da gestão democrática participativa na execução do programa dinheiro direto na escola (PDDE).** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 3, p. e51411326916-e51411326916, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26916/23496>>. Acesso em 30 set. 2024.

BRASIL. **CECAMPE NORTE** – Programa de Manutenção Escolar. Programa Dinheiro Direto na Escola e ações integradas ao PDDE. Campo Universitário de Abaetetuba - UFPA. Belém, Pará. Ano 2021. 120 p. ISBN: 978-65-994497-5-8. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/34-principal/pagina-inicial/58-breve-historico->. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 108/2020. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 406 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que institui o Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação.** Brasília – DF, 2007a.

BRASIL. **Decreto Nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.** Institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Brasília. DF, nov., 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.180, de 01 de julho de 2021.** Institui a Política de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Brasília – DF, 1996.

BRASIL. **Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora Própria.** Brasília: MEC, atualização 2014.

BRASIL. MEC/FNDE. **Resolução nº 12, de 10 de dezembro de 1995.** Institui o PDDE e dá outras providências. 1995.

BRASIL. **POLÍTICA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA.** <https://educacaoconectada.mec.gov.br/conexao-satelital>: acesso em 22/11/2023, às 15:32

BRASIL. **Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco** / Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Maria Vieira Silva, Yone Maria Gonzaga, (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2022. 228p.

BRASIL. **Portaria nº 126, de 21 de julho de 2022.** Define critérios da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2022.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** / Vera Maria Vidal Peroni, coordenadora geral. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007b. 204 p.

DANTAS, Clara Weinna Moura et al. **Programa Dinheiro Direto na Escola–PDDE: uma análise acerca das implicações na gestão escolar do ensino público no município de Imperatriz/MA.** 2022. Disponível: < <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/4838>>. Acesso em: 30 set. 2024.

FLORES, M. L. R., SCHERER, R. M., BUENO, R. DE C. S. DE S., ANDRADE, L. M.: **Problemas na prestação de contas do PDDE Básico: limites e possibilidades do monitoramento amostral.** Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 40, n. 01 e 134919 – 2024.

FRANCK, Luciana Nazaré de Souza. **Percepções de atores sobre o desempenho da gestão descentralizada de recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE).** Cadernos do FNDE, v. 4, n. 09, p. e0943-e0943, 2023. Disponível em: <https://webservice.fnde.gov.br/publicacoes/index.php/cadernosFNDE/article/view/43/51>>. Acesso em: 30 out. 2024.

FULLAN, Michael. **The new meaning of educational change.** 5ª ed. New York: Teachers College Press, 2018.

GONÇALVES, Emanuele Maria Silva, 1997- O Programa Dinheiro Direto na Escola [recurso eletrônico]: implicações para a gestão escolar / Emanuele Maria Silva Gonçalves. - 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 159, 2016.

LIMA, J. F., SILVA, L. A. G da., RAMOS, E. P.: ESCOLA E FAMÍLIA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM. Jorge Ferreira LIMA JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 – MÊS DE JANEIRO - Ed. VOL. 01. Págs. 41-53.

LIMA, Licínio C. MÁQUINAS DE ADMINISTRAR A EDUCAÇÃO: DOMINAÇÃO DIGITAL E BUROCRACIA AUMENTADA. Educ. Soc., Campinas. v. 42, e249276, 2021

LIMA, Suely de Azevedo Dias. **O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE fortalecendo na Secretaria Estadual de Educação do Amazonas/Brasil.** In: LIMA, Maria

LINS, Rejane Marques Da Silva; MIRANDA, Nonato Assis de. **Gestão de Recursos Financeiros em Escolas Públicas de um Município do ABC Paulista: Concepções de Diretores.** Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 148–156, 2024. DOI: 10.17921/2447-8733.2024v25n1p148-156. Disponível em: <<https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/10157>>. Acesso em: 19 out. 2024.

LOBO, C. A., COSTA, J. B.: **Quando o estado não chega: a eficácia de programas educacionais em assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas.** Educação em Revista: Belo Horizonte.v.38 e. 26309, 2022.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riace. v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 19 out. 2024.

LUIZ, Maria Cécilia. **Escola constituída com participação: conselho escolar.** Documento eletrônico – São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021. 102p. ISBN – 978-65-86891-26-3

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Programa Dinheiro Direto na Escola: (re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995–2015).** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – BR-RS, 2017.

MENEZES, Lúcio de Alcantara. **O Programa Dinheiro Direto na Escola–PDDE: contribuições para construção de uma gestão democrática nas escolas do campo.** 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28865>>. Acesso em: 30 set. 2024.

MOTA, P. A. T., Dantas, C. W. M., Fernandes, L. S. L., & Dublante, C. A. S. (2021). **Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação na escola.**

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas.** Pelotas: Educat, 2002.

PARENTE, Cláudia da Mata Darós. **Políticas públicas para a educação básica: avanços, desafios e perspectivas** / Cláudia da Mota Darós Parente (Org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

PEREIRA, José Alex Batista; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. **Análise da Gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em Distintas Realidades Brasileiras.** Cadernos Cajuína, v. 9, n. 5, p. e249513-e249513, 2024. Disponível: < <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/586/60>>. Acesso em 30 out. 2024.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** Brasília: INEP, 2007. *Research, Society and Development*, 10(12), e374101220297. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20297>

SAHLBERG, Pasi. ***Finnish lessons: What can the world learn from educational change in Finland?*** New York: Teachers College Press, 2011. Disponível em: < https://www.pedocs.de/volltexte/2015/11098/pdf/CEPSJ_2011_3_Franko_Rezension_Sahlberg_Finnish_lessons_what_can.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

SILVA, A. F. da. SILVA, L. E. F. da. COSTA, da. TAVARES, E. dos S. A gestão democrática na utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. *Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE*, V.13 N. 1 p.39-57, jan/jun 2022

3. CAPÍTULO 2. Políticas públicas de educação: panorama da Educação Conectada no estado do Pará, Amazônia.

3.1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas públicas de educação têm adquirido uma relevância crescente na busca pela transformação e aprimoramento dos sistemas educacionais em todo o mundo. No contexto brasileiro, essa realidade não é diferente, especialmente em regiões marcadas por desafios geográficos e socioeconômicos singulares, como é o caso do estado do Pará, situado na vastidão da Amazônia. Assim, a emergência digital trouxe consigo a promessa de uma Educação Conectada, que visa não apenas democratizar o acesso ao conhecimento, mas também revolucionar as práticas pedagógicas e promover um ensino mais contextualizado e participativo.

O estado do Pará, com sua rica diversidade cultural e ambiental, enfrenta desafios únicos na implementação de políticas públicas educacionais que atendam às necessidades de suas comunidades, muitas das quais estão situadas em áreas remotas e de difícil acesso. A Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), baseada na incorporação de tecnologias digitais no ambiente educacional, surge como uma possibilidade de superar barreiras geográficas e proporcionar experiências de aprendizagem enriquecedoras. No entanto, sua implementação eficaz demanda não apenas infraestrutura tecnológica, mas também uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais, culturais e educacionais específicas da região.

Dessa forma, esta pesquisa se propõe a analisar o panorama da política PIEC no estado do Pará, considerando tanto os avanços conquistados quanto os desafios enfrentados. Serão explorados aspectos como a legislação que deu amparo e estruturação à implantação da política PIEC com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de dez anos, englobando, assim, as diretrizes da educação nacional, desencadeando as necessidades de se constituir uma estrutura técnica pedagógica para atender ao segmento de conectividade nas escolas brasileiras; também será analisado a efetivação do Programa de Inovação Educação Conectada (ProIEC) a partir do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, assim como a Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que transforma o programa em política pública nacional.

Por meio desta análise, buscou-se não apenas compreender a trajetória da política PIEC no contexto amazônico paraense, mas também contribuir para a reflexão sobre a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade singular dessa região. A intersecção entre tecnologia, educação e diversidade cultural apresenta um terreno fértil

para o debate acadêmico e a busca por soluções inovadoras que possam efetivamente transformar o cenário educacional, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização das identidades locais.

3.2. DESENVOLVIMENTO

3.2.1. Surgimento da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) e suas diretrizes

O ProIEC teve seu embasamento legal por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014, que dá ênfase à construção da educação em âmbito nacional e dá outras diretrizes, como a Meta 2, Estratégia 2.6 e Meta 7, Estratégias 7.12 e 7.15, que afirmam:

[...] 2.6 desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas e; [...] 7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas e; [...] 7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. (Brasil, 2014, 7-13-14).

O PNE tem sua vigência de 10 (dez) anos, ou seja, uma década para redirecionar os rumos da educação. Conforme Libâneo (2012), uma das justificativas para a criação do PNE era a necessidade urgente de estabelecer um plano educacional de longo prazo, desvinculado das mudanças no governo, assegurando a persistência das políticas públicas de educação (LIBÂNEO, 2012).

Nessa perspectiva, o PNE se constitui como um instrumento que transcende governos, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento da educação a longo prazo. E uma de suas metas essenciais é a promoção da inclusão digital e a integração de tecnologias nas escolas, que figuram no referido documento como sendo de extrema importância para o avanço da educação brasileira.

Nesse sentido, Netto (2015) destaca que:

o mundo está passando por uma grande transformação. Encontram-se desafios em todas as áreas e formulam-se novas diretrizes para a educação. O cidadão deste novo tempo precisa ser criativo, participativo, atuante e preparado para enfrentar as mudanças que ocorrem na sociedade, os professores estão diante de novas exigências para ajudar os alunos a cumprir tais objetivos (Netto, 2015, p. 133).

No que tange a essa urgência de se implementar políticas que viabilizem a inserção de tecnologias nas escolas públicas observadas no PNE, destaca-se que, essas três metas citadas anteriormente, assim como as estratégias, foram as principais ações propositoras para que o Ministério da Educação (MEC) apresentasse um projeto voltado à conectividade na educação brasileira. Com relação à inserção das tecnologias nas escolas, no contexto da contemporaneidade do mundo conectado, parece um caminho inevitável.

Nesse sentido, para Brito e Purificação (2015) é necessário considerar que:

A comunidade escolar se depara com três caminhos a seguir em sua relação com as tecnologias: repeli-las e tentar ficar fora do processo; apropriar-se da técnica e transformar a vida em uma corrida atrás do novo; ou apoderar-se dos processos, desenvolvendo habilidades que permitam o controle das tecnologias e seus feitos (Brito e Purificação, 2015, p. 25).

Destaca-se assim que, até então, o MEC não havia trabalhado em um projeto para atender a todas as escolas, ou tentado fazer com que a conectividade chegasse até as mais remotas comunidades existentes no Brasil. Com relação a este último ponto, sublinha-se que as comunidades de difícil acesso estão localizadas nos 07 (sete) estados da região Norte.

Nessa perspectiva, é preciso considerar que, estudos como (Reis, 2014; Carvalho; Silva, 2014; Sales et al., 2014) apontam que “a inserção das tecnologias nas escolas é vital para preparar os estudantes para o mundo moderno, onde o domínio da tecnologia é uma habilidade essencial. As ferramentas digitais proporcionam um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo, tornando as aulas mais atrativas e eficazes”. Além disso, a educação digital ajuda a desenvolver habilidades de pesquisa, pensamento crítico e resolução de problemas, que são cruciais para a formação dos cidadãos do século XXI.

Assim, no contexto global dos avanços tecnológicos e da inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação na educação, o governo federal, buscando atender a esse novo contexto, bem como universalizar o acesso à educação, além de outros objetivos, por meio do PNE, que dá ênfase à construção da educação em âmbito nacional, estabelece, também, os pressupostos teóricos e legais para a criação do ProIEC.

Com isso, o PNE, na Estratégia 7.15, estipulou que o MEC teria até o quinto ano de vigência desta Lei para implementar e estruturar os primeiros passos, nos quais a educação nacional viesse a buscar formas de implementar tecnologia em suas metodologias.

Em 2017, no terceiro ano de vigência do PNE, foi instituído, através do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, o Programa de Inovação Educação Conectada (ProIEC), que em seu Art. 1º, apresenta seu principal objetivo, que é “apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica”.

Por ser um Programa que tem foco o amparo e o atendimento educacional em todos os segmentos, foram estruturados oito princípios básicos, são eles:

- I – Equidade de condições entre as escolas públicas da educação básica para uso pedagógico da tecnologia;
- II – Promoção do acesso à inovação e tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho em indicadores educacionais;
- III – Colaboração entre entes federados;
- IV – Autonomia de professores na adoção da tecnologia para a educação;
- V – Estímulo ao protagonismo do aluno;
- VI – Acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e alunos;
- VII – Amplo acesso a recursos educacionais digitais de qualidade; e
- VIII – Incentivo à formação de professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia. (Brasil, 2017, p.1).

Assim, a partir do momento em que a proposta do Programa de Inovação Educação Conectada foi implementada, foram estabelecidas metas para os municípios também cumprirem. Dessa forma, o Programa foi pensado em estruturar-se em três fases:

- 1) Indução (2017 a 2018)** para construção e implementação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica;
- 2) Expansão (2019 a 2021)** com a ampliação da meta para 85% dos alunos da educação básica e início da avaliação dos resultados;
- 3) Sustentabilidade (2022 a 2024)** com o alcance de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação Educação Conectada. (Brasil, 2022).

O ProIEC teve a adesão de todos os estados, Distrito Federal e municípios, através da vinculação com o Plano de Ações Articuladas (PAR), o qual teve seu início em 2007, através do Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Em julho de 2021, por meio da Lei nº 14.180, o Programa de Inovação Educação Conectada (ProIEC) passa a ser Política de Inovação Educação Conectada (PIEC).

Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 2) esclarecem que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. Os autores enfatizam ainda que “as políticas públicas são tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional” tais como “programas, planos e políticas públicas locais ou regionais” (Secchi, Coelho e Pires, 2019, p. 9).

Assim, pode-se dizer que a política PIEC é uma política pública que visa promover a integração da tecnologia nas escolas públicas do país. Ela busca proporcionar uma educação de qualidade, com a utilização de recursos tecnológicos, conectividade à internet e formação de professores, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e preparar os estudantes para o mundo digital. A política PIEC é uma parte fundamental do esforço do governo brasileiro para aprimorar a educação, tornando-a mais acessível e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea.

3.2.2. A política PIEC no contexto Paraense

O estado do Pará foi um dos quais, todos os municípios aderiram integralmente ao ProIEC. Para se chegar ao processo de adesão via Plano de Ações Articuladas (PAR), módulo/aba Educação Conectada, os entes federados têm suas responsabilidades a cumprirem, isto é, existe uma série de procedimentos que devem ser cumpridos. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) indica os Coordenadores Estaduais, já os estados e os municípios indicam seus respectivos Articuladores Locais, ambos têm suas incumbências a cumprirem junto ao Programa.

Os Coordenadores Estaduais indicados pela UNDIME e os Articuladores Locais devem:

Os articuladores estão presentes em todos os entes federados e têm suas responsabilidades planejadas de forma complementar para as ações de apoio e suporte técnico aos Municípios, no processo de implantação do Programa de Inovação Educação Conectada e elaboração do Plano Local de Inovação. Os Coordenadores Estaduais (um por rede de ensino em cada Estado) realizam tutorias, preparam documentos técnicos e trabalham junto aos articuladores locais. Esses coordenadores são profissionais da rede de educação indicados pelos dirigentes de educação e precisam fazer o curso de formação disponível na plataforma AVAMEC. (Brasil, 2022).

Para o adequado exercício das funções de coordenação e/ou articulação, especialmente no âmbito de programas que envolvem tecnologias educacionais, seria desejável que os

profissionais responsáveis possuíssem formação específica na área de tecnologia. Contudo, observa-se que essa exigência nem sempre é atendida na prática, uma vez que muitos articuladores e/ou coordenadores carecem de formação acadêmica ou de experiências profissionais voltadas ao campo tecnológico. Essas lacunas comprometem a efetividade das ações e limita o pleno aproveitamento das ferramentas digitais disponíveis nas políticas públicas educacionais.

Na fase inicial, na qual as adesões aconteceram no final do ano de 2017 e em 2018, a meta era alcançar 44,6% dos alunos da educação básica brasileira. No entanto, para esses recursos chegarem aos alunos, captados através das Unidades Escolares, é preciso seguir alguns pré-requisitos, os quais, alguns estão estipulados na Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, que no Parágrafo Único e Incisos I e II do Art. 4º, diz que:

O apoio à contratação de conexão à internet no âmbito da dimensão de Infraestrutura será organizado nas seguintes modalidades:

I - Conexão terrestre, que contemplará escolas localizadas em distritos com acesso à internet de alta velocidade;

II - Conexão por satélite, que atenderá escolas não contempladas no inciso anterior. (Brasil, 2017, p. 2).

Assim, percebe-se que a intenção do Programa é prover conexão de internet para todas as escolas que tenham a possibilidade de terem conexão, seja via cabo de fibra óptica ou por satélite, desde que as escolas tenham suas Unidades Executoras Próprias (UEX^s) constituídas ou Conselhos Escolares legalmente instituídos. Além disso, vale destacar que, para as UEX^s conseguirem o recurso, devem estar sem problemas com a Receita Federal e com a prestação de contas regularizadas (em dia), pois os recursos chegam às escolas através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O e-book do CECAMPE Norte (2021) destaca:

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e distrital e privadas de ensino especial que possuam alunos matriculados na educação básica, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar (Brasil, 2021, p. 9).

O Estado do Pará, de acordo com o Censo Escolar 2021, apresenta uma demanda de 894 (oitocentos, noventa e quatro) escolas estaduais e 8.845 (oito mil, oitocentos, quarenta e cinco) escolas municipais totalizando 9.740 (nove mil, setecentos e quarenta) escolas paraenses. Porém, de acordo com a Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, 91 (noventa e

um) escolas estaduais e 2.808 (dois mil, oitocentos e oito) escolas municipais não dispõem de UEX^s ou são escolas que apresentam pendências nas respectivas prestações de contas ou até mesmo, pendências junto à Receita Federal. Entende-se que isso inviabiliza a captação de recursos o que impossibilita a implementação do ProIEC nessas escolas.

Os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) indicam que, em 2015, 32.136 (trinta e dois mil, cento, trinta e seis) escolas deixaram de ser beneficiadas devido a questões relacionadas à inadimplência e à ausência de Unidades Executoras (UEX^s) para receberem os recursos, o que resultou no não atendimento a mais de 8,7 milhões de estudantes e na não alocação de mais de 217 milhões de reais, o que representa uma parcela significativa, correspondendo a 21,96% do orçamento anual. E nesse contexto a região Norte figura com a maior perda percentual, atingindo cerca de 33,6%, e o Pará, em específico, com perda de 36% (Arantes, 2015).

Destaca-se que, em se tratando do contexto paraense, o tamanho do estado e a distribuição dispersa de comunidades remotas tornam a infraestrutura de conectividade um obstáculo significativo. Muitas áreas rurais e ribeirinhas têm acesso limitado ou inexistente à internet, o que compromete a disseminação de tecnologias educacionais, conforme evidência (Reis, 2019).

Corroborando as conclusões do referido autor, o e-book do CECAMPE Norte (2021) apresenta como principais dificuldades para a captação de recursos via UEX:

[...] a falta de formação dos conselhos, pois não há o estímulo à participação, poucos são aqueles que estão dispostos a assumir esse compromisso. Há muito temor em participar do conselho que se agiganta não só no contexto das atividades ditadas pelo MEC, como também pela falta de capacitação/formação direcionada principalmente ao coordenador do conselho escolar, o receio na gestão do recurso público, o desinteresse em não participar ativamente por se tratar de um trabalho voluntário, a alegação de falta de tempo (Brasil, 2021, p. 72).

Constata-se então que, a implementação de políticas públicas educacionais no estado do Pará, com foco em tecnologias educacionais, é desafiadora devido a uma série de fatores, incluindo geografia, desigualdade socioeconômica e necessidade de adaptar as estratégias à realidade local. Superar esses desafios requer um esforço contínuo e colaborativo entre o governo, as instituições educacionais e a sociedade civil, com o objetivo de promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os paraenses.

3.3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi empregada uma abordagem mista que incorpora métodos quantitativos e qualitativos, proporcionando uma compreensão abrangente e em camadas do fenômeno em estudo. Conforme afirma (Creswell, p. 89, 2007), “[...] em um projeto quantitativo, o problema é melhorar o trabalho ao entender quais os fatores ou variáveis influenciam um resultado”.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa, conforme (Oliveira et al., p. 2, 2020), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. Assim a união desses dois métodos busca oferecer uma visão crítica e fundamentada sobre o tema em pauta.

Assim, a primeira etapa da pesquisa foi bibliográfica exploratória, a qual foi realizada nas seguintes bases: Google Acadêmico, Periódico Capes e Scientific Electronic Library Online. A pesquisa foi desenvolvida a partir das seguintes palavras-chave: “Programa de Inovação Educação Conectada” e “Programa de Inovação Educação conectada no contexto paraense”.

Em seguida, foram coletados dados públicos no portal da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) sobre a implantação do ProIEC no Estado do Pará. Tais dados levam em consideração a data de início do ProIEC, que é 2017, até o ano de 2021, período de análise da presente pesquisa.

3.4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estado do Pará, de acordo com o censo escolar 2021, apresenta uma demanda de 894 (oitocentos e noventa e quatro) matrículas na Esfera Estadual e 8.845 (oito mil, oitocentos, quarenta e cinco) matrículas na Esfera Municipal, distribuídas nos 144 municípios paraenses. A tabela abaixo apresenta uma síntese das escolas selecionadas por suas redes (aptas a elaborar seu Plano de Ações Financeiras – PAF) e escolas pagas em seus respectivos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, tendo como base o Censo Escolar do ano 2021 e os valores pagos às escolas.

Tabela 1- Síntese das escolas paraenses na política PIEC.

Rede	Escolas censo 2021	Matrículas
Escolas Estaduais	894	593.817
Escolas Municipais	8.846	1.512.866
Total geral de Escolas	9.740	2.106.683

Escolas selecionadas por suas redes a receber apoio Financeiro da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), ano 2018 e elaborarem seus PAFs			
Rede	Escolas enviadas para pagamentos	Escolas Pagas	Total pago
Estadual	285	137	R\$ 499.429,00
Municipal	923	59	R\$ 213.086,00
Total geral de Escolas	1.208	196	R\$ 712.515,00
Escolas selecionadas por suas redes a receber apoio Financeiro da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), ano 2019 e elaborarem seus PAFs			
Rede	Escolas enviadas para pagamentos	Escolas Pagas	Total pago
Estadual	532	282	R\$ 1.048.541,00
Municipal	1.878	1.706	R\$ 5.709.576,00
Total geral de Escolas	2.410	1.988	R\$ 6.758.117,00
Escolas selecionadas por suas redes a receber apoio Financeiro da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), ano 2020 e elaborarem seus PAFs			
Rede	Escolas enviadas para pagamentos	Escolas Pagas	Total pago
Estadual	146	97	R\$ 339.615,00
Municipal	2.515	2.230	R\$ 6.030.099,00
Total geral de Escolas	2.661	2.327	R\$ 6.369.714,00
Escolas selecionadas por suas redes a receber apoio Financeiro da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), ano 2021 e elaborarem seus PAFs			
Rede	Escolas enviadas para pagamentos	Escolas Pagas	Total pago
Estadual	676	367	R\$ 1.328.982,00
Municipal	4.960	4.407	R\$ 12.894.025,00
Total geral de Escolas	5.636	4.774	R\$ 14.223.007,00

Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC (2022).

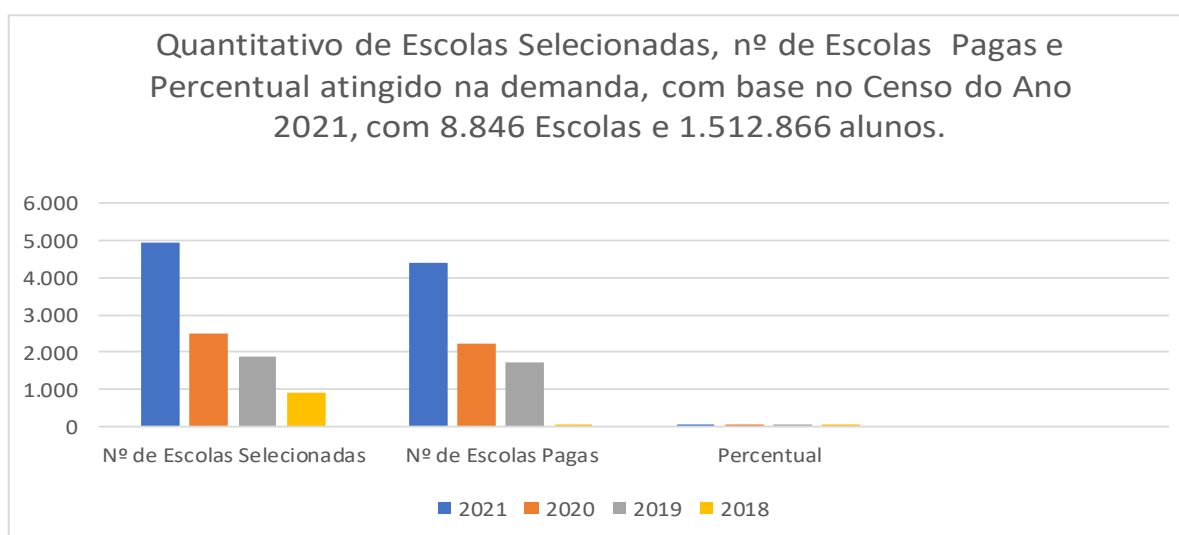
De acordo com a planilha apresentada, podemos observar que há uma grande disparidade no quantitativo de escolas selecionadas por suas redes/secretarias com as Unidades Escolares que são pagas, ou seja, existem algumas lacunas que, em sua maioria, estão relacionadas às UEX^s, já que, em 2018 eram 285 (duzentos, oitenta e cinco) escolas estaduais selecionadas e 137 (cento, trinta e sete) escolas pagas. Contudo, mais de 50% do educandário ficou sem receber recursos do Programa de Inovação Educação Conectada e as escolas municipais eram 923 (novecentos, vinte e três) escolas selecionadas e apenas 59 (cinquenta e nove) foram pagas. Isto é, cerca de 92% destas ficaram sem receber os recursos do ProIEC. Em contrapartida, a partir dos anos 2019, 2020 e 2021 há um pequeno equilíbrio, mesmo sem fechar os 100% das repartições educacionais selecionadas e as escolas pagas, o que foi estipulado em suas 3 fases: indução, expansão e sustentabilidade.

Conforme os dados apresentados, é possível perceber uma série de discrepâncias entre as escolas selecionadas para participarem do programa e aquelas que efetivamente recebem os

recursos destinados à melhoria da infraestrutura tecnológica e inovação educacional. Essas discrepâncias têm implicações significativas para a eficácia e o impacto geral do programa, bem como para a equidade educacional, pois, para (Arzabe, 2006, p. 63), políticas públicas compreendem “um conjunto de programas de ação governamental [...] dirigidos à realização de direitos e de objetivo social que buscam concretizar oportunidades para cada pessoa viver com dignidade e exercer seus direitos”.

O gráfico abaixo demonstra os respectivos avanços, tendo como base os dados do Censo Escolar do ano 2021 de referência: quantitativo de escolas selecionadas, número de escolas pagas e percentual atingido na demanda, abrangendo 8.845 (oito mil, oitocentos, quarenta e cinco) escolas e 1.512.866 (um milhão, quinhentos e doze mil, oitocentos, sessenta e seis) alunos.

Gráfico 1- Panorama da política PIEC no Pará



Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC (2022)

O gráfico permitiu identificar que na fase inicial que teve início no ano 2017, na qual os municípios realizaram suas adesões via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC/PAR e no ano de 2018, as primeiras 923 (novecentos, vinte e três) escolas foram selecionadas e pagas. Nesse período, a meta estabelecida era o atendimento de 44,6%, porém, foram atendidas apenas 6,39% da demanda de escolas e cerca de 92% destas ficaram sem receber os recursos do ProIEC na fase inicial, denominada indução.

Isso aponta para um descaso com relação à igualdade de condições de acesso a uma educação de qualidade que o estado deveria garantir, conforme (Neto e Oliveira, p. 18, 2022), “a promoção da cultura digital nas escolas para o uso crítico das tecnologias digitais é algo desejável, que deveria ser garantido pelas políticas públicas, mas esse cenário está distante de ser alcançado no Brasil, principalmente nas escolas rurais da Região Norte.”

No ano seguinte, na fase de expansão, percebe-se um equilíbrio significativo, no entanto, ainda não contemplando a todas as escolas das redes municipais de ensino, as quais, em 2019, foram selecionadas 1.878 (um mil, oitocentos, setenta e oito) escolas. E nesse ano de 2019 o ProIEC conseguiu alcançar um percentual de 90,84% escolas pagas. Já em 2020, foram selecionadas 2.515 (dois mil, quinhentos e quinze) escolas, e foram atendidas, isto é, receberam os recursos um percentual de 88,66% escolas.

No ano de 2021, a quantidade de escolas aptas foi ampliada para 4.960 (quatro mil, novecentos e sessenta) escolas selecionadas e o programa conseguiu um percentual de 88,85% escolas pagas. No que diz respeito às escolas estaduais, o percentual de escolas pagas foi: 2018, 48%; 2019, 53%; 2020, 66%; e 2021, 54,28%.

Percebe-se então que, a partir dos anos 2019, 2020 e 2021 há um pequeno equilíbrio, mesmo sem fechar os 100% das repartições educacionais selecionadas e também as escolas pagas. Isso sugere que um número considerável de escolas não está conseguindo avançar no processo, possivelmente devido a desafios administrativos, falta de infraestrutura adequada ou outras barreiras que deverão ser pesquisadas a fundo.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o panorama das políticas públicas de educação voltadas para a implementação da política PIEC no estado do Pará, torna-se evidente a relevância dessas iniciativas para o fortalecimento da qualidade educacional e o estímulo à inovação no contexto regional. No entanto, os avanços alcançados até o momento também coexistem com desafios significativos, que requerem atenção e esforços contínuos.

O cenário amazônico traz desafios adicionais, considerando as peculiaridades geográficas e socioeconômicas da região. Assim, a política PIEC, por estar diretamente ligada ao programa PDDE Básico, não avança de forma integral, já que o aporte financeiro oriundo da esfera Federal chega até as Unidades Escolares através do programa PDDE Básico, e os dados mostraram que boa parte das escolas paraenses não atendem aos pré-requisitos como a constituição de suas UEX^s e a adimplência junto à Receita Federal, que garantem o recebimento de tal aporte financeiro.

Assim, é importante notar que, a partir de 2019 e nos anos subsequentes, houve uma melhora gradual na alocação de recursos e no atendimento das escolas selecionadas. Esse equilíbrio demonstra que o programa está progredindo, mas ainda existem lacunas a serem preenchidas. Enfatiza-se que o programa tem potencial para impulsionar a inovação na

educação, mas é crucial superar as limitações atuais para garantir que todos os estudantes se beneficiem igualmente.

Em suma, a equidade e o acesso igualitário à educação de qualidade são fundamentais. Os desafios identificados nesta análise exigem um esforço contínuo e colaborativo entre o governo, as instituições educacionais e a sociedade civil, para superar as barreiras que impedem o pleno atendimento das escolas e a promoção de uma educação inclusiva e eficaz no estado do Pará. É fundamental garantir que todas as escolas tenham a oportunidade de se beneficiarem de recursos e tecnologias educacionais, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

3.6. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

_____. **Programa de Inovação Educação Conectada**. 2017. Disponível em: <https://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/principios-e-historico>. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDEWeb**. 2023. Disponível em: https://www.fn.de.gov.br/fnde_sistemas/item/11939-pddeweb - 24/12/2022. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** / Vera Maria Vidal Peroni, coordenadora geral. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 204 p. ISBN 85-86260-42-8.

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da região Norte do Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. 210 f.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. In: Bucci, Maria Paula Dallari (org). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Institui Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Publicado no DOU de 25.4.2007.

BRASIL. **Decreto Nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Brasília. DF, nov., 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL.CECAMPE NORTE – **Programa de Manutenção Escolar**. Programa Dinheiro Direto na Escola e ações integradas ao PDDE. Campo Universitário de Abaetetuba - UFPA. Belém, Pará. Ano 2021. 120 p. ISBN: 978-65-994497-5-8. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/34-principal/pagina-inicial/58-breve-historico->. Acesso em: 05 set. 2023.

BRITO, Glaucia da Silva. PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar**. 2ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CARVALHO, Artemis B.; SILVA, Dakson K. **O uso das TIC na educação: desafios e perspectivas para o professor**. Anais...Colóquio “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão-SE, 8, 2014.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

HEINSFELD, B. D.; PISCHETOLA, M. **O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e205167, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XPSDrBf4TFCSNzfxW9jMWww/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Fabíola da C. **Gestão escolar hoje: a cultura tecnológica no espaço escolar**. Maranhão: Universidade Estadual do Maranhão, 2008.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva: **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública**. Volume 5 – 2015 / nº 12. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil.

NETO, José Augusto de Melo; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Programa de inovação educação conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas no Amazonas**. Revista Brasileira de Educação v. 27 e270084 2022.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?** In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

REIS, Anderson A. **As TICs como recursos complementares de ensino: a formação de professores frente às novas tecnologias**. In: Anais...Colóquio “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão-SE, 8, 2014.

REIS, Antônio Cláudio Andrade dos. **O FNDE E OS RECURSOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, SUAS FORMAS DE CONTROLE E INTERVENÇÃO: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. 212 f.

SALES, Karine M.; BARBOSA, Mônica de Gois Silva; SANTANA, Karine Gois da Paixão. **Tecnologias e educação: desafios e possibilidades no espaço escolar**. In: Anais...Colóquio “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão-SE, 8, 2014.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

4. CAPÍTULO 3. Perspectivas e desafios na implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, no território do nordeste paraense, município de Garrafão do Norte, estado do Pará

4.1. INTRODUÇÃO

A implementação de programas e políticas públicas no setor educacional é um processo intrinsecamente complexo, já que envolve desafios relacionados à busca por equidade, qualidade, eficiência e eficácia nos sistemas de ensino. Nesse contexto, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com ênfase nas Ações Integradas da Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), emerge como uma iniciativa estratégica para repensar e aprimorar as práticas educacionais em diversas regiões do Brasil, as ações são realizadas com o propósito de reduzir desigualdades educacionais e, assim, promover melhorias substanciais no ambiente escolar, proporcionando aos estudantes uma educação de melhor qualidade.

Este estudo insere-se nesse contexto ao analisar a interação entre programas e políticas educacionais, com ênfase no município de Garrafão do Norte, situado no estado do Pará, região Norte do Brasil. A escolha dessa localidade decorre de suas características geográficas, culturais e socioeconômicas, que impactam diretamente o cenário educacional. A investigação buscou compreender de que forma essas particularidades influenciam a implementação e os resultados das políticas educacionais, especialmente no âmbito do programa PDDE Básico e da política PIEC.

De acordo com Souza (2022), “os termos “programa” e “política” possuem sentidos amplos que se refletem nas práticas implementadas pelo governo. A Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) foi instituída pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, e posteriormente foi elevada à categoria de política pela Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021”. Esta política tem como objetivo promover a inclusão digital nas escolas, ampliando o acesso às práticas tecnológicas educacionais, com ênfase na conectividade. Tais elementos configuram-se como fundamentais para o desenvolvimento de competências estruturantes, ao mesmo tempo em favorecer a modernização das práticas pedagógicas e o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

A educação deve fornecer às pessoas, habilidades e competências necessárias para avaliar e analisar criticamente a informação, bem como a capacidade de aprender continuamente ao longo da vida (Júnior, 2023, p. 5). Nesse contexto, este estudo visa traçar um panorama abrangente dos desafios e das perspectivas envolvidas à implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, destacando suas interações com a realidade local

do município de Garrafão do Norte-PA. A pesquisa, portanto, não se restringe aos aspectos teóricos e normativos que fundamentam esse programa e a política, mas procura compreender como elas se materializam na prática, ao serem confrontadas com as múltiplas e diversas realidades presentes na região?

O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas e os desafios relacionados à implementação do programa PDDE e da política PIEC no município de Garrafão do Norte-PA, buscando identificar seus impactos na melhoria da qualidade educacional local. Para tanto, a pesquisa adotou uma abordagem de campo, fundamentada na coleta de dados primários. As informações foram obtidas por meio de consultas a portais oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como o PDDE Info, além de entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, professores, pais, alunos e membros dos conselhos escolares. Esses instrumentos, aliados a observações diretas nas escolas, possibilitaram uma análise aprofundada das condições e das práticas educacionais presentes no município.

A abordagem qualitativa adotada, permitiu uma compreensão aprofundada tanto do histórico da gestão dos recursos, quanto das experiências relatadas pelos entrevistados e suas percepções sobre os impactos do programa PDDE Básico e da política PIEC na qualidade da educação. Os elementos de análise dos dados buscaram identificar padrões recorrentes que evidenciam os principais desafios enfrentados e indicassem a eficácia dessas iniciativas, tendo em vista a promoção de melhorias no contexto educacional do município de Garrafão do Norte-PA.

Diante desse cenário, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como políticas educacionais de caráter nacional, como o PDDE Básico e a política PIEC, se articulam e se efetivam em realidades locais específicas, marcadas por desigualdades e desafios estruturais. Ao tomar como referência o município de Garrafão do Norte-PA, busca-se evidenciar não apenas os impactos e limites dessas políticas, mas também suas potencialidades no fortalecimento da qualidade educacional. Dessa forma, a pesquisa pretendeu contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de estratégias mais eficazes de governança e de regime de colaboração, capazes de atender às demandas concretas das escolas, assegurando o direito à educação de forma equitativa e inclusiva.

4.2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada em elementos da análise de conteúdo, para investigar a eficiência na implementação do PDDE, com foco na

política PIEC, nas escolas do município de Garrafão do Norte, estado do Pará. O recorte temporal compreende o período de 2017 a 2022, contemplando três fases: indução (2017-2018) referente à implantação do PIEC como programa; expansão (2019-2021), quando o PIEC foi instituído como política de Estado e; sustentabilidade (2022-2024), cuja proposta previa a universalização do acesso às tecnologias digitais educacionais até 2024. Ressalta-se, entretanto, que esse objetivo não foi alcançado, visto que cerca de duas mil escolas paraenses permanecem sem Unidades Executoras (UEX^s), incluindo vinte e cinco escolas no próprio município de Garrafão do Norte-PA.

O percurso metodológico foi estruturado em três etapas complementares. Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o programa PDDE Básico e seu histórico de execução, estabelecendo o referencial teórico para análise. Na segunda etapa, procedeu-se ao levantamento de campo, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas em cinco escolas, selecionadas por diversos contextos: uma escola sem UEx, duas escolas municipais (urbana e do campo) e duas escolas estaduais (urbana e do campo). Participaram professores, diretores, presidentes/tesoureiros, pais e/ou responsáveis de alunos e comunidade local, embora alguns representantes não tenham sido entrevistados em razão de ausência ou desconforto em participar. A terceira etapa consistiu no processamento e análise dos dados, mediante abordagem quali-quantitativa.

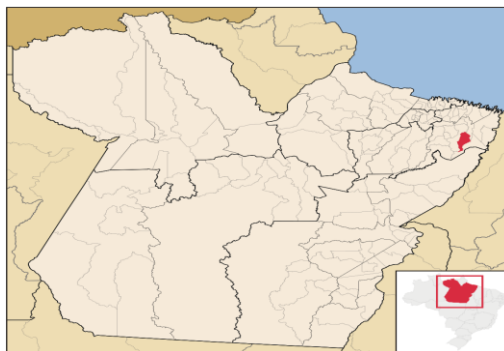
As entrevistas foram transcritas com o apoio do protocolo Whisper, (OpenAI 2022), quando destaca que o protocolo "Whisper é um sistema de reconhecimento automático de fala (ASR) [...] transformador e codificador-decodificador. O áudio de entrada é dividido em pedaços de 30 segundos, convertidos em um espectrograma log-Mel e, em seguida, passado para um codificador". Essa tecnologia foi empregada como suporte para a categorização temática dos dados, relacionadas às falas dos participantes ao contexto da execução do programa PDDE Básico e da política PIEC.

A análise dos dados articulou as narrativas obtidas às contribuições da literatura, permitindo a categorização em quatro eixos centrais: 1) funções e papéis na implementação do programa PDDE Básico; 2) processo de planejamento e aplicação dos recursos do programa PDDE Básico e Ações Integradas da política PIEC; 3) desafios e dificuldades na gestão do programa PDDE Básico e da política PIEC; 4) fontes de informação e controle dos recursos e; 5) equidade no acesso à aplicação do programa PDDE Básico e a política PIEC.

Assim, a metodologia buscou integrar dados empíricos e referenciais teóricos, possibilitando a compreensão de forma crítica dos limites e das potencialidades da governança do programa PDDE Básico e da política PIEC no município estudado.

4.3. RESULTADOS

Para apresentarmos os dados coletados é fundamental compreender o contexto do qual os dados foram gerados. Isto é, conhecer e compreender o *locus* da pesquisa que foi o município de Garrafão do Norte-PA.



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Garraf%C3%A3o_do_Norte – Acesso em 11/01/2025, às 16:42min

4.3.1. O Locus da pesquisa

O município de Garrafão do Norte, localizado na região Nordeste do estado do Pará, caracteriza-se por um contexto socioeconômico e cultural singular que contribui para a compreensão dos dados coletados neste estudo. Situado a aproximadamente 1°56' de latitude sul e 47°03' de longitude oeste, o município possui uma área de cerca de 1.599 km² e uma população estimada em 24.703 habitantes, conforme dados do Censo de 2022, com uma densidade demográfica de 15,36 habitantes por km² e IDH (PNUD/2010): 0,526, baixo.

A economia local é predominantemente baseada na agricultura de subsistência e do comércio, que são as principais atividades desenvolvidas pela população. Esses setores constituem a base econômica do município, sendo complementados pelo pequeno comércio e por iniciativas dos comerciantes ou produtores locais, como a produção artesanal e alimentos caseiros. A economia enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e à limitação de recursos.

Do ponto de vista cultural, Garrafão do Norte-PA preserva tradições que fortalecem os vínculos comunitários. Festividades e eventos locais são momentos de interações e celebrações, refletindo a identidade coletiva do município. A produção artesanal e as práticas culturais locais desempenham um papel importante na valorização das raízes culturais da região, além de promoverem a integração entre os moradores.

No âmbito educacional, Garrafão do Norte-PA apresenta indicadores que refletem tanto avanços quanto desafios. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos é de

94,2%, enquanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) registra 4,0 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,6 nos anos finais. Em 2022, houve um investimento significativo na infraestrutura educacional, com a entrega de uma escola pelo governo estadual, beneficiando mais de quinhentos estudantes e ampliando as possibilidades de acesso à educação de qualidade, no entanto, a esfera municipal perpassa por questões pontuais, a contar com a existência de alunos estudando em locais inapropriados, tais como casa e/ou espaços improvisados. Nem sempre os professores de sala de aula apresentam formação adequada e/ou algum tipo de formação acadêmica, isso tem impactos diretamente a estes resultados.

De acordo com Silva (2020), enfatiza que:

Concernente à organização do trabalho pedagógico, inúmeras são as dificuldades com as quais os professores que atuam na multissérie se deparam, que vão desde a falta de formação específica para atuar nesse contexto tão heterogêneo até o abandono por parte das secretarias de educação e o distanciamento da gestão escolar que, em sua grande maioria, fica apenas restrita à escola polo, não atendendo às demandas das escolas anexas. [...] Com base nessas reflexões, verifica-se que a falta de formação específica é um agravante para atuação na multissérie e, sobretudo, nas escolas que se localizam no meio rural. Frente a isso, destaca-se a necessidade de haver uma atualização nos componentes curriculares dos cursos de Pedagogia, a fim de corresponder às demandas sociais, oferecendo aos acadêmicos uma aprendizagem que tenha sentido e significado. Além disso, uma medida paliativa seria a formação continuada e específica destinada aos professores que atuam nessa realidade. (Silva, 2020, p. 67-122).

Portanto, o entendimento do contexto econômico, educacional e cultural de Garrafão do Norte-PA é fundamental para a análise dos dados coletados, pois oferece uma visão abrangente das dinâmicas que moldam a realidade do município. Essa caracterização possibilita uma interpretação mais precisa e contextualizada dos resultados, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das particularidades do *lôcus* da pesquisa.

4.3.2. O programa PDDE Básico e a política PIEC em Garrafão do Norte-PA

Ao traçar o histórico do programa PDDE Básico, observa-se sua gênese no final do século XX, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e no contexto de debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, esta por sua vez, atualizada recentemente, por meio da Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023, onde alterou seis de seus artigos (LDB), dando eloquência a reestruturação do programa PDDE Básico (Conselho Escolar e/ou UEx). Estas alterações não mencionam diretamente que as escolas necessitam

constituírem suas UEX^s, no entanto, adverte-se em seus artigos alterados, a necessidade em que os municípios implementarem seus planos e leis municipais, além de instituírem os fóruns municipais dos Conselhos Escolares.

O programa PDDE Básico foi instituído no Brasil em 1995, através da Resolução nº 12/1995 do Conselho Deliberativo do FNDE/MEC, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) que atendia apenas o Ensino Fundamental. Somente em 1998 com a edição da Medida Provisória nº 1.784/1998 é que o programa passa a ser chamado de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), este por sua vez passa a atender toda a educação básica, da educação infantil ao ensino médio. Atualmente o programa é regido e definido pela Resolução do Conselho Deliberativo (CD) do FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021.

A criação do referido programa representa um marco histórico na busca por estratégias inovadoras para fortalecer a infraestrutura escolar e potencializar o ambiente de aprendizado. Seu embasamento encontra raízes no princípio da participação efetiva da comunidade escolar nas tomadas de decisões, refletindo as aspirações de promover uma gestão democrática e participativa, no contexto educacional e escolar, garantindo direitos e deveres aos seus respectivos segmentos.

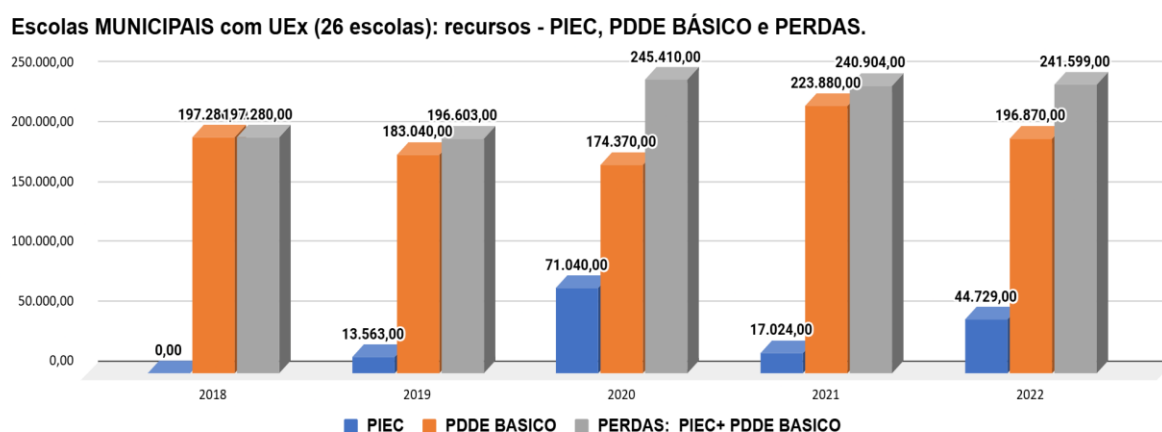
A participação ativa da comunidade é traduzida na formação de UEx ou do Conselho Escolar que "é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambos" (Brasil, 2014), este constitui um dos pré-requisitos, conforme a Resolução nº 15/2021 do FNDE, para implementação do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas. Além desse, a portaria nº 126, de 21 de julho de 2022 define os principais critérios para as escolas tornarem-se elegíveis e posteriormente aptas à Adesão/Seleção das Redes de Ensino, quando cumprirem os requisitos "estar em atividade; possuir rede elétrica; possuir pelo menos uma matrícula; e contar com Unidade Executora Própria". (Brasil, 2021, p. 1)

Em Garrafão do Norte-PA, o atendimento às escolas abrange cinquenta e uma escolas municipais e duas escolas estaduais, além de um anexo, distribuídas entre áreas urbanas e do campo. Dentre as municipais, vinte e duas contam com UEX^s e um consórcio que integra outras, totalizando vinte e seis escolas municipais e três estaduais com UEX^s, assim, vinte e nove unidades de ensino são atendidas diretamente pelo programa PDDE Básico, além daquelas contempladas pela política PIEC, ainda que parte delas não tenha recebido o atendimento previsto. Esse número corresponde a 51,85% do total de cinquenta e quatro escolas existentes no município. Em contrapartida, vinte e cinco escolas, aproximadamente

49,01%, permanecem sem UEX^s, ficando desassistidas, sobretudo, quanto às Ações Integradas, que exige a constituição regularizada dessas unidades para o recebimento de recursos e a gestão do financiamento educacional. Nessas situações, as escolas sem UEX^s recebem recursos apenas recursos na categoria de custeio, gerenciados diretamente EEx (Prefeitura Municipal ou Secretaria Municipal de Educação (SEMED)).

A aquisição de materiais para as escolas sem UEX^s, ocorre por meio de processo licitatório conduzido pela SEMED. Contudo, embora os recursos sejam formalmente distribuídos a essas escolas, nem sempre os materiais de apoio didático-pedagógicos chegam de fato às unidades beneficiárias, o que evidencia fragilidades na execução. Entre as vinte e cinco escolas sem UEX^s no município, destaca-se o caso de uma instituição que, há anos, não recebe recursos do programa PDDE Básico, por conter mais de 50 estudantes matriculados. Essa situação está diretamente relacionada ao disposto da Resolução nº 15/2021, art. 7º “as escolas públicas de educação básica com mais de 50 (cinquenta) estudantes matriculados na educação básica, para serem beneficiados com recursos do programa PDDE Básico e Ações Integradas, deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas UEX^s”. O mesmo artigo em seu parágrafo único, acrescenta que, para “escolas públicas, com até 50 (cinquenta) estudantes, é recomendada a constituição de UEx, com vistas ao recebimento do valor fixo e de capital previstos no Anexo I desta Resolução” (Brasil, 2021, p. 8).

Gráfico 1: Demonstrativo de recebimentos do programa PDDE Básico e da política PIEC das Escolas com UEX^s de 2018 a 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do PDDE Info.

Os dados apontam perdas significativas nos repasses do FNDE/MEC, tanto no âmbito programa PDDE Básico, quanto à política PIEC, principal fonte financiadora das escolas. Esse déficit financeiro compromete o atendimento às escolas municipais e revela falhas no fluxo de recursos destinados ao desenvolvimento e à manutenção das atividades escolares. As

lacunas na execução orçamentária repercutem diretamente na qualidade do ensino e a efetividade das Ações Integradas, restringindo a capacidade das escolas em implementar melhorias pedagógicas e estruturais.

Daremos ênfase à política PIEC, por contribuir a base principal desta pesquisa, especialmente no que se refere à forma como os recursos são operacionalizados por meio do programa PDDE Básico. O gráfico apresentado contextualiza a situação dos repasses destinados às escolas no período de 2018 a 2022, abrangendo as três fases da política PIEC. No entanto, a análise evidencia que tais momentos não se alinham com o plenamente ao que estabelece a Lei nº 14.180/2021, a qual define como objetivo “apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica”. Esse propósito legal não foi efetivamente alcançado, revelando a distância entre a legislação e a realidade de implementação da política.

A partir de 2018, iniciaram-se os primeiros repasses pelo programa e depois política, porém nenhuma escola foi selecionada ou habilitada para recebê-los. No ano seguinte (2019), quatro escolas da zona urbana foram habilitadas, mas não chegaram a receber os recursos, em razão da ausência de elaboração dos Planos de Ações Financeiras (PAFs). Em 2020, houve um avanço, vinte escolas foram habilitadas, das quais, dezoito receberam efetivamente os recursos. Já em 2021 ocorreu uma redução significativa, com apenas seis escolas habilitadas, sendo que uma não recebeu recursos. Por fim, 2022, início da fase sustentabilidade (2022 a 2024), dezesseis escolas foram habilitadas, todas devidamente contempladas com os recursos. Esse panorama demonstra oscilações na habilitação e no recebimento dos recursos da política PIEC, revelando fragilidade na implementação da política no município, mesmo considerando um universo de vinte e seis escolas com UEX^s.

Buscando estimular os municípios a criarem UEX^s, a Resolução nº 03, de 07 de março de 2024, a qual alterou o Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 15/2021, atualizou o valor fixo para escolas Urbanas, Campo, Indígenas e Quilombolas.

Quadro 1: Valores fixos destinados (Resolução nº 03, de 07 de março de 2024):

Valor Fixo Ano (VF/a) – R\$ 1.850,00		
Tipo de Escola	Fator(F)	Repasso anual (VF/a x F)
Pública; da educação básica, especial e bilingue de surdos: Urbana; com UEx	1	R\$ 1.850,00
Pública; da educação básica, especial e bilingue de surdos; Rural; com UEx	2	R\$ 5.550,00
Privada; de educação especial e bilingue de surdos	1	R\$ 1.850,00

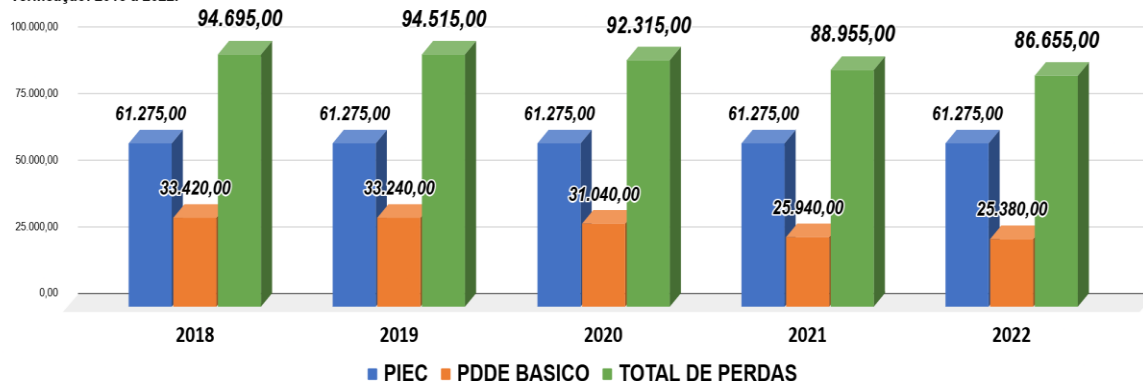
Fonte: Banco de dados do FNDE/MEC (2024).

Cabe salientar que, nos últimos anos, houve grandes avanços nos repasses de recursos financeiros destinados às escolas por meio do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas FNDE/MEC. Tais avanços evidenciam a necessidade de os municípios necessitam instituírem suas equipes de trabalho, capacitadas e preparadas para suprir e munir as escolas de suporte técnico, garantindo não apenas o acesso aos recursos, mas também sua correta aplicação em conformidade com as demandas pedagógicas e administrativas.

Gráfico 2: Demonstrativo de recursos das Escolas sem UEX^s de 2018 a 2022.

Escolas sem UEX (25 escolas): Recursos - PIEC, PDDE BÁSICO e TOTAL DE PERDAS

Verificação: 2018 à 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do PDDE Info.

O gráfico supracitado evidencia que vinte e cinco escolas municipais sem UEX^s, deixaram de gerir R\$ 149.020,00 provenientes do programa PDDE Básico e perderam R\$ 306.375,00 das Ações Integradas da política PIEC e mais R\$ 100.000,00 do PDDE Água, referentes a quatro escolas contempladas em 2022, mas sem UEX^s. Ao todo, contabiliza-se um montante de R\$ 555.395,00, que deixaram de ser administrados diretamente pelas escolas. Ressalta-se que, nesse cenário, os recursos do programa PDDE Básico são gerenciados pela SEMED, na condição de Entidade Executora (EEx). Já os valores vinculados às Ações Integradas, foram totalmente perdidos pela inexistência das UEX^s, o que compromete o atendimento das escolas. No caso do programa PDDE Básico, mesmo quando gerenciados pela EEx, os recursos ficam restritos à “categoria de custeio, destinados à manutenção e a pequenos investimentos em sua infraestrutura, assim, garantindo o funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários” (BRASIL, p. 3, 2021).

No ano de 2017, com o objetivo de promover a inclusão digital e modernizar o ensino nas escolas públicas brasileiras, particularmente por meio da conectividade e da integração de tecnologias educacionais, foi criado o programa PIEC que hoje é uma política de Estado. No entanto, sua gestão apresenta desafios significativos que comprometem sua efetividade,

especialmente em regiões como o estado do Pará, onde aspectos geográficos e socioeconômicos dificultam a implementação de políticas públicas educacionais (Ramos et al., 2024).

A política PIEC, em seu Art. 3º, destaca oito princípios de suma importância para incorporação e estruturação, tais como:

equidade de condições para uso pedagógico da tecnologia; promoção do acesso à inovação e à tecnologia; colaboração entre os entes federativos; autonomia dos professores; estímulo ao protagonismo do aluno; acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e dos alunos; amplo acesso aos recursos educacionais digitais de qualidade; e incentivo à formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia. (Brasil, 2021, p. 1).

A descentralização financeira, nesse contexto, visa não apenas suprir carências materiais imediatas, mas também fortalecer a corresponsabilidade local e o engajamento da comunidade escolar no cumprimento das metas educacionais. O programa PDDE Básico se configura como uma resposta concreta às condições adversas que marcam grande parte das escolas brasileiras, muitas vezes sucateadas, sem infraestrutura adequada, com escassez de materiais didático-pedagógicos e recursos digitais, além da reduzida participação das famílias no processo escolar. Ao transferir recursos diretamente às escolas, o programa PDDE Básico não apenas atende às demandas urgentes, mas também fomenta uma cultura de gestão participativa, responsabilidade social e autonomia escolar, criando condições para um sistema educacional mais robusto. Ademais, essa descentralização se articula às Ações Integradas, ampliando as possibilidades de investimento e categorização de recursos, de modo a fortalecer tanto a infraestrutura quanto a inovação pedagógica.

A política PIEC, voltada à promoção da inclusão digital nas escolas, enfrenta desafios relacionados à insuficiência de recursos financeiros, já que sua efetiva implementação depende de investimento contínuos em tecnologias e infraestrutura. “Como é o caso das políticas públicas para inclusão digital visando atender às diretrizes nacionais para desenvolvimento de práticas de inovação e uso de tecnologia nas escolas” (Souza e Silva, 2023, p. 3), esse é o caso das políticas voltadas à inclusão digital, cujo objetivo é atender às diretrizes nacionais para o desenvolvimento de práticas de inovação e uso pedagógico das tecnologias. A fragilidade no financiamento compromete, assim, o potencial transformador da educação conectada, limitando a capacidade das escolas de inovar e de integrar os recursos digitais de forma consistente ao currículo escolar.

Destaca-se que o programa PDDE Básico surgiu em um contexto histórico permeado por desafios estruturais no sistema educacional brasileiro, exigindo estratégias inovadoras para superar disparidades e promover uma educação de qualidade. No cenário internacional, observa-se uma ênfase crescente na descentralização, refletindo uma tendência global em direção à maior responsabilidade local e à personalização das políticas educacionais, em reconhecimento à diversidade de contextos e necessidades (Akkari, 2011). Nesta mesma perspectiva, (Teixeira, 2005, p. 235), aponta que “a experiência dos países mais bem sucedidos nesse empreendimento tem consistido em confiar aos poderes locais a manutenção das escolas, auxiliando-os com subsídios oriundos de outras ordens governamentais”.

O programa PDDE Básico insere-se no âmbito das políticas públicas educacionais, que busca promover mudanças “no interior da escola, em especial, nos seus princípios e, por decorrência, na forma de organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura” (Delgado, 2011, p. 3). Nesta perspectiva, o programa PDDE Básico foi concebido como instrumento de descentralização da educação brasileira, favorecendo a autonomia financeira e gerencial das escolas. A descentralização, compreendida como a transferência de responsabilidades e recursos para os níveis subnacionais, objetiva ampliar a autonomia das instâncias locais e fortalecer sua capacidade decisória.

As Ações Integradas, por sua vez, surgem como complemento ao programa PDDE Básico, oferecendo novos mecanismos e/ou ferramentas metodológicas e recursos específicos destinados à melhoria dos índices de aprendizagem e à estruturação do espaço físico das escolas. Essa lógica descentralizada se materializa na alocação direta de recursos financeiros às escolas, o que lhes confere maior controle sobre a gestão e os investimentos. Contudo, independentemente do formato adotado, tais recursos chegam efetivamente às escolas por intermédio do programa PDDE Básico, que permanece como eixo estruturante do financiamento descentralizado no país.

Segundo o e-book do CECAMPE Norte (2021), enfatiza que:

[...] o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais, distritais e privadas de ensino especial que possuem alunos matriculados na educação básica, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar (CECAMPE NORTE, 2021, p. 9).

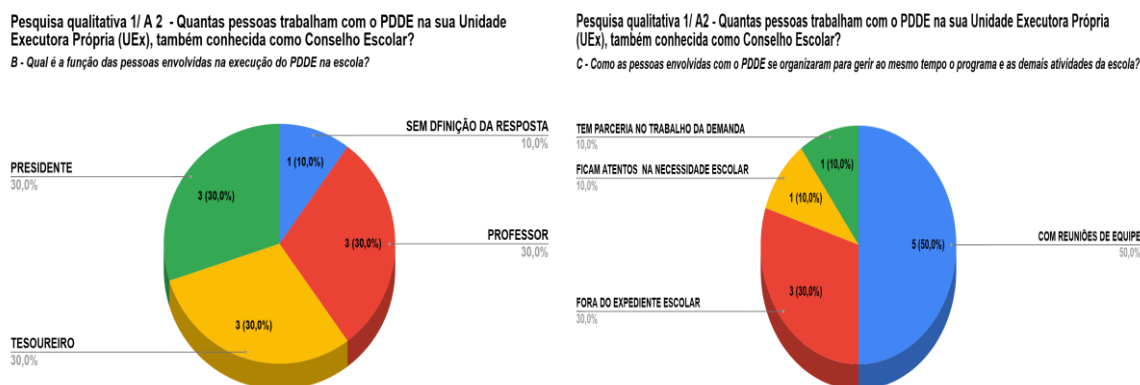
Nesse sentido, os objetivos que fundamentam o programa PDDE Básico, abrangem desde a melhoria da infraestrutura física das escolas, até a aquisição de materiais didático-pedagógicos e a capacitação de profissionais da educação (o que nem sempre acontece). Ainda que nem sempre esses propósitos sejam plenamente alcançados, o programa, em conjunto com as Ações Integradas, constitui um instrumento essencial para o fortalecimento da qualidade do ensino e para a consolidação das escolas em sua dimensão política e pedagógica.

4.3.3. A perspectiva dos Conselheiros Escolares sobre a gestão do programa PDDE Básico e a política PIEC: em suas categorias

A análise da gestão do programa PDDE exige compreender as percepções de quem está diretamente envolvido em sua execução. Nesse sentido, as entrevistas realizadas com os conselheiros das escolas com UEX^s e professores na escola sem UEX, ofereceram uma visão importante sobre os desafios e oportunidades do programa e da política. Este tópico apresenta os dados coletados a partir dessas entrevistas, organizadas em cinco categorias, com base nas experiências, opiniões e sugestões dos participantes, a fim de mostrar como a gestão do programa PDDE Básico e a política PIEC tem sido conduzida nas escolas e quais estratégias podem ser aprimoradas para garantir maior eficácia e transparência na aplicação dos recursos.

A primeira categoria temática discute as **funções e papéis na implementação do programa PDDE Básico**. Nela são analisadas as funções desempenhadas pelos entrevistados no âmbito do programa PDDE Básico e a política PIEC, considerando também o tempo de envolvimento de cada um nessas atividades.

Gráfico 3: Pergunta quantitativa 01, respostas das alíneas a e b da questão 1.

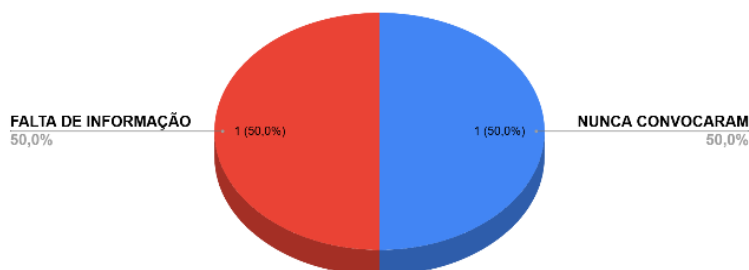


Fonte: Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

As primeiras perguntas buscaram identificar as percepções dos entrevistados sobre a função dos respectivos membros das UEX^s. constatou-se que 30% representam a classe de professores, dos quais parte se reúne fora do expediente escolar e outros 50% atuam em equipes. “As UEX^s são compostas por gestores da escola, professores e pais de alunos eleitos localmente. Nestes espaços se destaca a participação da comunidade para eleição de prioridades, elaboração do plano de aplicação e emprego efetivo e tempestivo deste recurso” (Reis e Jannuzzi, 2021, p. 7), já (Neto e Oliveira, 2022, p. 22) aponta “O prejuízo dos sujeitos, professores e alunos, que residem, trabalham e estudam em áreas remotas, vai além da desigualdade digital. Ao não resolver esse problema estrutural, quem perde é a sociedade brasileira”, corroborando com a temática (Luiz, 2021, p. 7) aponta que, para “representar de forma equilibrada os seus segmentos. Por exemplo, 50% dos membros devem ser professores, equipe gestora e funcionários, e os outros 50% estudantes, familiares e comunidade local”. Essa composição garante maior legitimidade às decisões e contribui para que diferentes perspectivas sejam consideradas nas prioridades escolares.

Gráfico 4: Pergunta quantitativa 02, respostas das alíneas a da questão 2.

Pesquisa qualitativa 2/ A 2 - "A.02. Por que a sua escola não criou uma UEx?



Fonte: Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

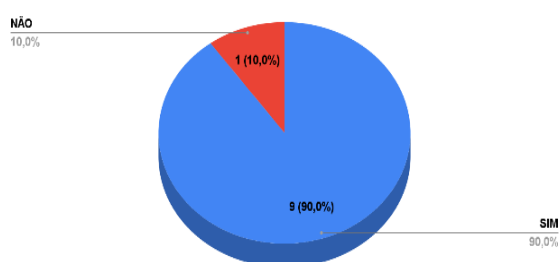
Ao questionar os entrevistados sobre a não constituição das UEX^s nas escolas, duas justificativas se destacaram, representando 50% das respostas: a falta de informação e a ausência de convocações para a formação dessas escolas. Esses fatores evidenciam barreiras estruturais que comprometem o gerenciamento e a autonomia no uso dos recursos do programa PDDE Básico e da política PIEC. Para tanto, “a ausência de UEx em 2017, tanto na escola rural, quanto na urbana, sendo que há uma variação no quantitativo de UEx no período em evidência, mas que apresenta também um crescimento bem acentuado” (Gonçalves, Silva e Gonzaga, 2022, p. 86). Nesse cenário, a ausência de convocação sugere dearticulação entre gestores e comunidade escolar. Tais aspectos reforçam a necessidade de ações mais eficazes por parte dos órgãos responsáveis, por meio de capacitações e estratégias de mobilização, a

fim de superar os desafios na constituição das UEX^s e ampliar a adesão das escolas ao programa PDDE Básico e Ações Integradas da política PIEC.

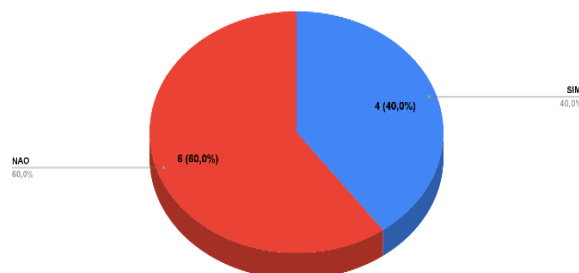
Na categoria 02, que trata do **processo de planejamento e aplicação dos recursos do programa PDDE Básico e Ações Integradas da PIEC**, serão apresentados relatos que evidenciam como ocorre a organização prévia e a alocação dos recursos disponibilizados pelo programa e pela política. A análise destacará a forma como as despesas são distribuídas, observando-se os critérios de priorização adotadas pelas escolas e o alinhamento às diretrizes e obedecendo o planejamento estabelecido pelo FNDE, assegurando transparência e conformidade normativa.

Gráfico 5: Pergunta quantitativa 01, respostas das questões 3 e 4.

A3 - Vocês elaboram um plano de aplicação dos recursos que identifica as despesas de capital e custeio, seguindo as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)? Se não, por que não o faz?



A4 - Nos últimos anos, a UEx foi afetada por ausência, insuficiência e/ou inconstância nos repasses financeiros do PDDE? Se sim, como? Com que frequência ocorreram atrasos?



Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

A questão 3 da pesquisa trata da elaboração do plano de aplicação financeira nas escolas e evidencia que 10% dos entrevistados afirmam não participar ou não realizar esse planejamento de forma adequada, o que resulta em lacunas e inconsistências nas respostas. Esse aspecto é ilustrado na fala do entrevistado 2: "Elaborar, sempre elaboro, onde vai ser gasto qual a maior necessidade. Agora, se é seguido o PDDE, eu não tenho certeza não" (Sic).

Já o entrevistado 8 (2024) observa:

Há desequilíbrio, sim, porque pelo programa são duas etapas, primeiro semestre e segundo semestre. Há anos que não ocorre essa segunda parcela, só uma parcela anual. Você recebe uma parcela no segundo semestre. Esse ano se recebeu já agora recente da primeira e provavelmente recebe a segunda em novembro, dezembro. Como estou lhe falando, não se tem o conhecimento de quando saíram as duas parcelas, geralmente é uma parcela (Entrevistado 8, 2024).

Enquanto o entrevistado 2 expressa dúvidas quanto à execução plano de aplicação, o entrevistado 9 ressalta que o planejamento não é cumprido de forma clara, o que evidencia os

desafios na implementação tanto do programa, quanto da política, sobretudo diante da liberação parcelada dos recursos pelo FNDE.

Para Luiz (2021), dar destaque ao planejamento quando enfatiza:

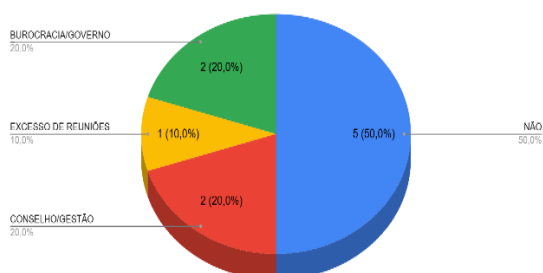
Aplicando esses princípios no contexto escolar e tomando como exemplo a elaboração do Plano de Aplicação Financeira dos recursos que a escola recebe diretamente, cabe ao Conselho Escolar convocar reuniões de planejamento para o bom uso da verba, de forma a: atender as demandas da escola (*participação*); registrar em ata o que ocorreu na reunião, bem como as deliberações tomadas (*autonomia*) e; socializar com a comunidade o montante de dinheiro recebido e a previsão de gastos, por meio da apresentação do Plano de Aplicação Financeira (transparência) (Luiz, 2021, p. 41).

Em síntese, as respostas dos entrevistados evidenciam que a implementação do plano de aplicação financeira nas escolas enfrenta desafios significativos, como a falta de clareza no cumprimento do planejamento e a inconsistência nos repasses de recursos. Essas fragilidades comprometem a efetividade da gestão financeira escolar, ao mesmo tempo em que revelam lacunas nos princípios de participação, autonomia e transparência destacados por Luiz (2021). Nesse sentido, somente a partir de um planejamento bem estruturado, com a convocação de reuniões pelo Conselho Escolar, registro das deliberações em ata e socialização das informações financeiras com a comunidade, será possível fortalecer a gestão dos recursos e consequentemente, melhorar a qualidade da educação nas instituições de ensino.

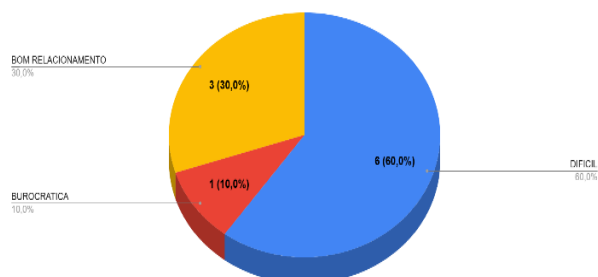
A categoria 03, intitulada **desafios e dificuldades na gestão do programa PDDE Básico e da política PIEC**, evidencia os principais obstáculos enfrentados na condução da gestão do programa e da política. Entre eles, destacam-se os atores como atrasos nos repasses financeiros, os entraves burocráticos e a limitações encontradas na adaptação das diretrizes do programa e da política às reais necessidades das escolas.

Gráfico 6: Pergunta quantitativa 01, respostas das questões 11 e 12.

A11 - Existem outros problemas que dificultam ou impedem a UEx obter melhores resultados? Quais?



A 12 - Como é o relacionamento com as instituições bancárias?

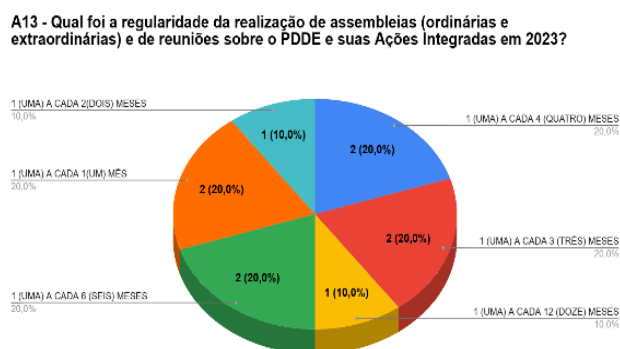


Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

Aproximadamente 50% dos respondentes afirmaram não enfrentar dificuldades quanto aos resultados das UEX^s, enquanto 20% consideram a burocracia como um desafio relevante e outros 20% destacam problemas relacionados ao conselho e à gestão. Esse cenário revela uma tensão entre as dificuldades pontuais e a complexidade dos processos burocráticos que permitem a gestão do programa e da política. Além disso, 60% dos entrevistados obstáculos na interação com as instituições bancárias. A agência do Banco do Brasil, localizada na cidade de Capitão Poço-PA, é responsável não apenas pelo atendimento conselheiro locais, mas também aos municípios vizinhos de Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá e Ourém, municípios do estado do Pará, concentra uma demanda significativa. Nesse contexto, "os gestores das EEx, UEx e EM devem comparecer à agência do banco, apresentando os documentos de acordo com as normas bancárias vigentes para viabilizar a sua movimentação" (Brasil, 2021, p. 13), o que reforça a percepção de morosidade e burocratização.

No que refere à captação dos recursos, as escolas precisam estruturar suas ações do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas da PIEC, a partir de um planejamento estratégico claro e objetivo. Este planejamento deve contemplar a identificação precisa das necessidades prioritárias, alinhando-as aos objetivos do programa e da política em questão. Ademais, a formulação de propostas que expressem capacidade de gestão eficiente, transparência e clareza na apresentação das ações é condição essencial para que as instâncias das iniciativas apresentadas.

Gráfico 7: Pergunta quantitativa 01, respostas da questão 13.



Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

Os depoimentos dos entrevistados evidenciam uma falta clara quanto à frequência e à natureza das reuniões realizadas nas escolas. Muitos participantes demonstram incerteza sobre a regularidade desses encontros e sobre os tipos específicos de reuniões desenvolvidas, o que sugere falha na comunicação interna e na organização das práticas de gestão escolar. Essa

imprevisão revela a ausência de processos bem definidos, dificultando o acompanhamento consistente das reuniões e a consolidação de seus objetivos dentro do ambiente escolar.

Essa constatação encontra resposta em Luiz (2021), que destaca a necessidade de “normas deverão ser claras, descritas em um Regimento Interno, que defina as atribuições e funções dos conselheiros e dos suplentes, a periodicidade das reuniões ordinárias, bem como a convocação de reuniões extraordinárias”. O autor ressalta ainda que “o Conselho Escolar deve estar atento ao cotidiano da escola e, de acordo com suas necessidades, marcar as reuniões extraordinárias, pois as reuniões ordinárias devem ser previstas no calendário escolar, no início do ano” (Luiz, 2021, p. 8), o ideal seria a realização de, pelo menos uma reunião por mês e estas sendo registradas em atas e assegurando horários acessíveis a todos os membros das UEX^s, a fim de fortalecer a transparência e a participação democrática.

As falas dos entrevistados, no entanto, revelam uma distância entre as recomendações teóricas e a realidade vivenciada pelas escolas. Soma-se a isso o conjunto de dificuldades enfrentadas no cotidiano, como a burocracia, o relacionamento com as instituições bancárias e a necessidade de adequar o programa às demandas específicas de cada unidade, aspectos que continuam a representar desafios significativos para a gestão escolar.

Um exemplo disso, o Entrevistado 9 (2024), expôs as dificuldades na gestão escolar:

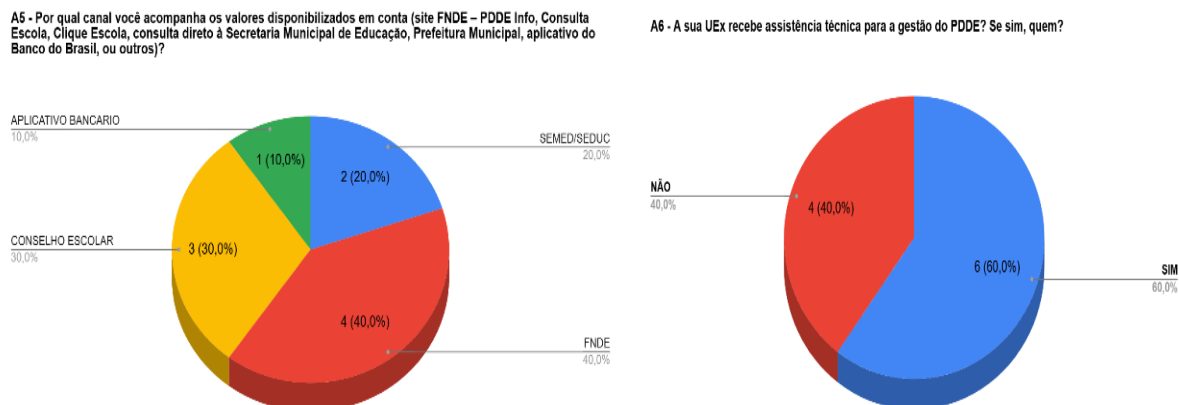
Aí já entra no problema de gestão. Mas aí, no caso, o projeto que a gente escreve, mas não é executado, acontece. E aí a gente fala, a gente vai executar no que vem. Executa. Vamos fazer um projeto, esse projeto vai ser o seguinte. Uma palestra sobre isso, sobre isso. Chega um momento, quem vai ser o palestrante? É claro que simplesmente não tem um palestrante adequado. Ou então, que nem já aconteceu a última hora, o palestrante. Então eu posso dizer que é imprevisto. E às vezes falta de sintonia na gestão da própria escola (Entrevistado 9, 2024).

Essas falhas evidenciam fragilidades na implementação do programa PDDE Básico, pois, embora haja planejamento, a execução não acompanha o que foi projetado. Tal realidade expõe a carência de apoio efetivo da gestão escolar e limitações estruturais que comprometem a realização das ações previstas, de modo que a própria gestão, ou a ausência dela, se configura como um dos principais desafios para a efetividade do programa e da política PIEC, impactando diretamente a aplicação dos recursos, a execução das atividades e o alcance dos objetivos educacionais pré-estabelecidas às normas do ente federado, no caso a União.

A categoria 04 apresenta as principais **fontes de informação e controle dos recursos**, destacando os canais utilizados para monitorar e gerenciar os valores financeiros do programa PDDE Básico e a política PIEC. Nessa categoria, são abordadas as formas de

acesso às informações sobre saldos e repasses, bem como os procedimentos adotados pelas UEX^s, para o acompanhamento e a administração desses recursos.

Gráfico 8: Pergunta quantitativa 01, respostas da questão 13.



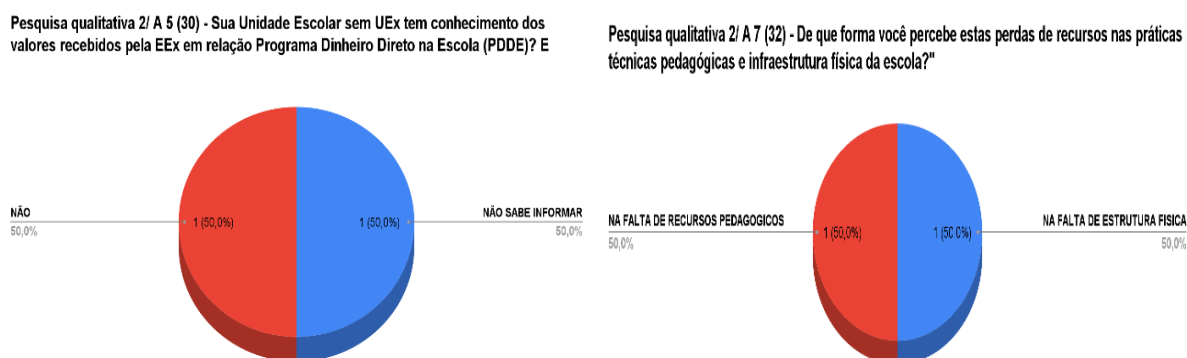
Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

Os gráficos analisados revelam que a busca por informações ocorre de forma dispersa e pouco sistemática. Enquanto 40% dos entrevistados afirmam recorrer ao site do FNDE, outros 60% dependem de fontes alternativas, como a SEMED, para se informar. Essa disparidade sugere ausência de centralização e clareza no compartilhamento das informações, o que impacta a eficácia das ações das escolas e dos conselheiros. O Entrevistado 1 destaca: “Sempre a gente pega as informações pela SEMED, pelas pessoas que estão à frente, fico sempre repassando informações”, evidenciando a centralidade da Secretaria Municipal de Educação como principal fonte de comunicação. Embora represente um canal de suporte, essa dependência de um único ponto de transmissão pode limitar o acesso rápido e equitativo às informações necessárias para todos os envolvidos.

Nesse mesmo sentido, o Entrevistado 1 complementa ao afirmar que a principal “assistência recebida é da própria SEMED”, reforçando a ideia de que o apoio prestado às escolas é restrito e condicionado à atuação de alguns profissionais da secretaria. Em contrapartida, o Entrevistado 8 aponta uma carência significativa: “Não, não tem. É essa a carência dessa formação para a gente ter noções de como aplicar o período e tal. Coisa que eu na prática você aprende, mas antes de um novo conselho assumir, deveria ter noções sobre isso”. Essa fala evidencia a falta de formação específica para conselheiros, que muitas vezes aprendem apenas pela prática, o que compromete a eficiência de suas decisões e a boa aplicação de recursos.

A literatura especializada reforça essas preocupações. Segundo Paro (2014), “a capacitação dos conselheiros escolares é crucial para garantir a qualidade na gestão das escolas e o sucesso de políticas públicas educacionais”. Nessa mesma linha, Luck (2018), enfatiza que a transparência e a clareza das informações “são fundamentais para uma gestão escolar eficaz, pois permitem que os gestores tomem decisões informadas e alinhadas com as necessidades da comunidade escolar”. Assim, as falas dos entrevistados revelam não apenas uma busca fragmentada por informações, mas também uma lacuna significativa em termos de formação e suporte contínuo para os conselheiros. A superação desses desafios requer maior organização na disseminação de informações e a implementação de programas de formação permanente que fortaleçam a atuação dos conselheiros escolares.

Gráfico 9: Pergunta quantitativa 02, respostas das questões 5 e 7.



Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

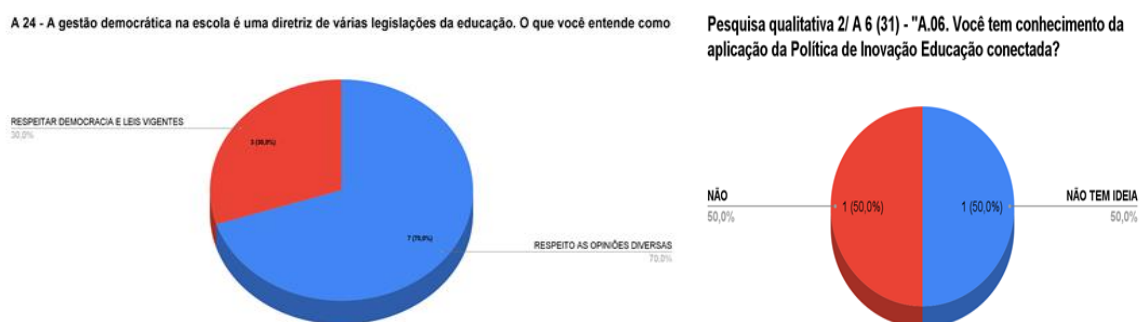
Nas escolas que não possuem UEX^s, observa-se uma clara evidente falta de conhecimento sobre a chegada e o destino dos recursos destinados as escolas. A ausência de clareza quanto aos valores alocados e à forma de administração dos recursos é uma realidade comum, o que agrava as dificuldades enfrentadas pela instituição. Além disso, a carência de materiais pedagógicos adequados e a insuficiência na infraestrutura física das escolas tornam-se questões ainda mais evidentes. A falta de uma gestão clara e eficiente dos recursos financeiros e materiais compromete diretamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento das atividades escolares.

Essa realidade dialoga com a análise de Luck (2009), “o monitoramento e avaliação são orientados primeiramente pelas propostas de ação, de modo que não se constitua em ação eventual, pontual, casual e assistemática” (Luck, 2009, p. 49). O autor reforça ainda que a descentralização da gestão e a criação das UEX^s, são fundamentais para assegurar maior autonomia às escolas, permitindo-lhes resolver questões operacionais de consumo, manutenção e pequenos reparos em sua infraestrutura, com os recursos recebidos. Assim, a

descentralização não apenas fortalece a autonomia e a democratização de gestão escolar, mas também evidencia a urgência de políticas que assegurem o uso eficiente e transparente dos recursos, com vista à melhoria da qualidade educacional e à efetiva resposta às necessidades reais das escolas.

Por fim, a categoria 05 destaca a **equidade no acesso à aplicação do programa PDDE Básico e a política PIEC**. Esta categoria enfatiza como ambos se articulam para assegurar que todas as escolas, independentemente de seu contexto ou localização, possam dispor de recursos e apoio adequado. Ao promover a inclusão e reduzir desigualdades, essas iniciativas buscam fortalecer a equidade no processo educativo e garantir condições mais justas para o desenvolvimento escolar.

Gráfico 10: Pergunta quantitativa 01, questão 24 e quantitativa 2, questão 6.



Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

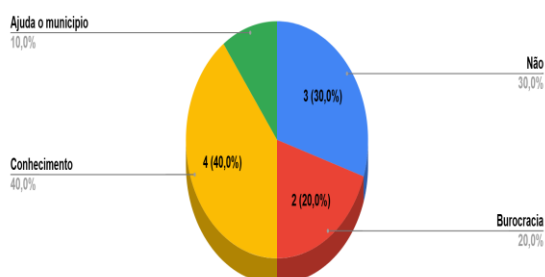
No processo de gestão democrática, 70% dos entrevistados afirmaram que respeitar opiniões diversas é fundamental para implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC. Essa gestão vai além da descentralização dos recursos, pois envolve a comunidade escolar na definição de prioridades e no uso dos fundos do FNDE. Para Bastos (2005), “a gestão democrática exige que o dirigente escolar administre a escola com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar”. Neste sentido, Navarro (2004) também destaca que “a democratização da educação é um processo coletivo que considera as especificidades de cada contexto escolar”. No contexto da região Norte do Brasil, a diversidade cultural e geográfica exige que o programa PDDE Básico seja sensível a essas particularidades, promovendo uma participação inclusiva e respeitosa. A gestão democrática, portanto, é um elemento crucial para o sucesso do programa, mas também enfrenta desafios relacionados à comunicação eficaz e à superação de desigualdades no acesso à participação.

Complementando, Campos (2010) aponta, “a participação ativa na gestão escolar requer um ambiente propício ao debate e à valorização das diferentes vozes da comunidade,

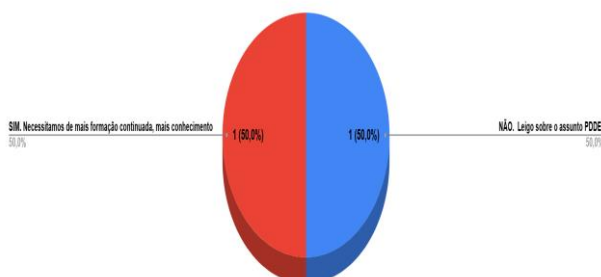
ajudando a definir os rumos da escola e do projeto pedagógico”. Apesar dos desafios relacionados à comunicação, às desigualdades e à falta de condições adequadas para garantir maior envolvimento, a gestão democrática e a participação da sociedade civil, constituem pilares essenciais para a sustentabilidade do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, assegurando uma educação alinhada às necessidades da comunidade e respeitando suas diversidades.

Gráfico 11: Pergunta quantitativa 01, questão 25 e quantitativa 2, questão 10.

Pesquisa qualitativa 1/ A 25 - Gostaria de comentar alguma outra coisa relacionada ao PDDE Básico e suas Ações Integradas, que não foi abordado nesta entrevista ou destacar algo que considere importante?



Pesquisa qualitativa 2/ A 10 (35) - Gostaria de comentar alguma outra coisa relacionada ao PDDE, que não foi abordado nesta entrevista ou destacar algo que considere importante?



Fonte Autoria própria, elaborado pelos autores, 2024.

Os gráficos das perguntas 25 e 10 destacam aspectos relevantes para compreensão as necessidades de implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, ambos voltados à melhoria dos índices escolares e da infraestrutura educacional. Além do programa PDDE Básico, modalidades complementares, como as "ações agregadas" (Mafassoli, 2017, p. 23), foram criadas para ampliar o alcance do programa. A descentralização financeira proporcionada pelo programa PDDE Básico, possibilita às escolas investirem em infraestrutura, adquirir materiais didáticos-pedagógicos e capacitar profissionais, garantindo maior controle local sobre os recursos e fortalecendo a corresponsabilidade comunitária.

A participação da comunidade escolar é elemento decisivo para o êxito do programa, já que a mobilização de pais, alunos e professores, reforça o compromisso coletivo com a qualidade da educação. Nesse processo, a formação das UEX^s ou do Conselho Escolar é requisito fundamental para a efetiva implementação do programa PDDE Básico e da política PIEC, sobretudo nas ações de conectividade. No caso da região Norte do Brasil, os desafios são ainda maiores, pois as limitações geográficas e estruturais levam muitas escolas a funcionarem em espaços improvisados, o que reforça a urgência de políticas capazes de atender às especificidades locais.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil e de forma mais evidente na região Norte, em especial no estado do Pará e no município de Garrafão do Norte-PA, as fragilidades da gestão educacional revelam os limites do programa PDDE Básico, em atender plenamente a todas as escolas, inclusive aquelas com mais de cinquenta matrículas. Ainda que desempenhe papel central no financiamento direto às escolas, sua efetividade depende das Ações Integradas, que complementam sua execução e possibilitam às escolas ampliarem o acesso a recursos e estabelecer parcerias. O próprio nome do programa, Programa Dinheiro Direto na Escola, expressa sua função como principal mecanismo de repasse financeiro às escolas, configurando-se como via quase exclusiva para garantir melhorias na infraestrutura, aquisição de materiais e fortalecimento da gestão. Entre essas ações, destaca-se a política PIEC, que amplia o alcance do programa ao promover iniciativas voltadas para conectividade e a inclusão digital, ainda que permaneçam os desafios estruturais e administrativos que dificultam sua plena execução no contexto amazônico.

Cabe enfatizar e entender que todas as escolas são atendidas com recursos financeiros, no entanto, as escolas com até 50 alunos recebem recursos através de suas Entidades Executoras (EEx) e é orientada pela Resolução nº 15/2021, que as constituam consórcios, os quais atendem apenas a categoria de custeio (este já mencionado anteriormente). Por sua vez, as escolas com mais de 50 alunos necessariamente precisam constituir suas Unidades Executoras (UEX^s), pois as escolas que não dispõem de UEX^s com mais de 50 alunos não recebem recursos, ou seja, estas estão perdendo recursos do programa PDDE Básico e das Ações Integradas, como os de incentivo à conectividade, por exemplo a política PIEC. “Sendo assim, as escolas são obrigadas a ter uma UEx para receber os recursos do PDDE” (Viana, 2017, p. 4).

A falta de entendimento e/ou de comprometimento por parte da gestão, faz com que as UEX^s não sejam constituídas, deixando de lado, além da falta de recursos, a autonomia escolar e maior participação da comunidade local nas tomadas de decisões, o pensamento (Samanta, p. 30 apud Adrião e Peroni, 2007, p. 264), diz: “Sem negligenciar a importância do referido programa no que concerne à descentralização de recursos financeiros para a escola, em um cenário de escassez de recursos, o programa”.

Para Ramos et al. (2024), “a política PIEC enfrentou dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica inadequada em áreas rurais e à ausência de Unidades Executoras Próprias (UEX^s) nas escolas”. Essas barreiras resultaram em baixa execução orçamentária e

desigualdades no acesso aos recursos, onde as escolas não receberam os recursos devido à falta de conformidade administrativa. Esse cenário reflete a necessidade de capacitação de gestores escolares, bem como de maior articulação entre os entes federados para superar lacunas na gestão do programa PDDE Básico e da política PIEC.

Neste sentido, o programa PDDE Básico e a política PIEC apresentam potenciais como catalisador de inovação no ensino público brasileiro, mas sua efetividade depende de uma gestão mais integrada e de investimentos robustos em infraestrutura e formação. A superação dos desafios identificados requer não apenas maior alocação de recursos, mas também a implementação de políticas adaptadas às especificidades locais, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo a uma educação de qualidade e tecnologicamente inclusiva.

Dessa forma, é imperativo que os gestores públicos e as instituições de ensino busquem estratégias para estimular a participação, oferecendo capacitação contínua e criando ambientes propícios à colaboração. A revisão do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, sugerida por Evangelista (2020), deve considerar as especificidades regionais, promovendo uma distribuição equitativa dos recursos e garantindo que escolas estaduais e municipais recebam o suporte necessário.

A estruturação destas unidades escolares, a contar a constituição de novas UEX^s, são de suma importância para o enquadramento da descentralização das escolas e autonomia às escolas da Rede Municipal de Ensino, com ênfase a um novo cenário, onde as escolas tenham total autonomia na readequar e alinhar suas práticas pedagógicas e espaço físico adequado.

Em suma, a eficiência do programa PDDE Básico e política PIEC, demandam um comprometimento coletivo, abrangendo desde a capacitação dos agentes envolvidos (direção escolar, professores, pais, alunos e/ou responsáveis e comunidade local), até a criação de mecanismos que assegurem a participação ativa, transparente e responsável na gestão dos recursos educacionais. A construção de práticas mais democráticas e inclusivas é essencial para garantir a melhoria contínua na qualidade do ensino básico em âmbito municipal.

4.5. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da região Norte do Brasil.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019. 210 f.

BASTOS, João Baptista. **Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas**. In: BASTOS, João Baptista (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Institui Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Publicado no DOU de 25.4.2007.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDEWeb**. 2023. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/item/11939-pddeweb - 24/12/2022. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?** / Vera Maria Vidal Peroni, coordenadora geral. – Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2007. 204 p. ISBN 85-86260-42-8.

BRASIL.CECAMPE NORTE – **Programa de Manutenção Escolar. Programa Dinheiro Direto na Escola e ações integradas ao PDDE**. Campo Universitário de Abaetetuba - UFPA. Belém, Pará. Ano 2021. 120 p. ISBN: 978-65-994497-5-8. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/34-principal/pagina-inicial/58-breve-historico->. Acesso em: 05 set. 2023.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010. Conceito Whisper. Disponível em: <https://openai.com/index/whisper/>, Acesso em 23 de junho de 2024. OpenAI. (2022). *Whisper: A robust speech-to-text model*. Recuperado de <https://openai.com/research/whisper>. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

DIAS, J. C., Nascimento, A. W. de S., & Cals e Souza, A. (2023). The CECAMPE Norte and its contributions to the consolidation and implementation of the Money Direct at the School

Program (PDDE) in the municipality of Acará/PA: perspectives in analysis: O CECAMPE Norte e suas contribuições para a consolidação e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município do Acará/PA: perspectivas em análise. *Concilium*, 23(6), 156–168. <https://doi.org/10.53660/CLM-1091-23D25>

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/garrafo-do-norte.html>, acesso em 10/01/2025, as 14:51hs.

EVANGELISTA, Shirley Rolim. **DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NAS ESCOLAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO DO BRASIL**. (2020). Disponível em:< <https://redenorte.ufam.edu.br/Record/oai:https://bdm.ufpa.br:8443:prefix-2800>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JÚNIOR, João Fernando Costa. **A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação do conhecimento**. Revista Convergências: estudos em Humanidades Digitais – v. 01, n. 01, p. 127-144, jan./abr. 2023

LUCK, H. **Gestão escolar e políticas educacionais: um estudo sobre a eficiência e a transparência nas escolas públicas**. Editora Acadêmica.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUIZ, Maria Cécilia. **Escola constituída com participação: conselho escolar**. Documento eletrônico – São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021. 102p. ISBN – 978-65-86891-26-3

MAFASSIOLI, Andréia da Silva: **20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública**. Volume 5 – 2015 / nº 12. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil.

MAIA, Benjamim Perez; COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os desafios e as superações na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Ibipex, 2011.

NAVARRO, I. P. (2004). **Conselho escolar, gestão democrática e escolha do diretor.** Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5. Brasília: MEC, SEB.

NETO, José Augusto de Melo e OLIVEIRA, Selma Suely Baçal: **Programa de Inovação Educação Conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas do Amazonas.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270084>.

PARO, V. (2014). **Gestão educacional: aspectos e desafios.** Cortez Editora.

PERRENOU, P. (2000). **Construir as Competências: Para uma Nova Abordagem da Escolaridade.** Porto Alegre: Artmed.

RAMOS, E. P., Dutra, E. R., Cordeiro, Y. E. M., & Souza, A. A. C. (2024). **Políticas públicas de educação: panorama da educação conectada no estado do Pará, Amazônia.** Revista Caderno Pedagógico, 21(1), 1743-1760. Disponível em <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2345>.

REIS, F. T., & Jannuzzi, P. de M. (2021). **O uso do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para construção de um Plano de Avaliação em políticas educacionais: o caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).** *Cadernos Do FNDE*, 2(4), 01–14. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6406615>

RODRIGUES, Celiane Oliveira Rodrigues; FERREIRA, Luciana Rodrigues. **O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA EM ESCOLAS DE BELÉM, PARÁ.** (2018). (<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/1185/pdf>)

SAMANTA, Kátia de Cássia, 1983 – **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar** / Kátia de Cássia Samanta. – Viçosa, MG, 2011. XV, 174f.: il. (alguns col.); 29cm

SILVA, Givanildo: **O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) COMO MECANISMO DA DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA, PARTICIPATIVA E AUTONOMIA NA GESTÃO ESCOLAR.** Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2015.

SOUZA, A. **A Política de Inovação Educação Conectada e os Desafios da Inclusão Digital nas Escolas Brasileiras.** São Paulo: Editora XYZ.

SOUZA, Raquel Aparecida. SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **POLÍTICA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET E USO PEDAGÓGICO DE TECNOLOGIAS.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023060, 2023. e-ISSN: 1982-5587 DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.18270>

VIANA, Mariana Peleje: **Os Recursos Financeiros Descentralizados como Indutores da Gestão Democrática e Ferramentas para a Promoção da Qualidade do Ensino.** Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil. Revista de Financiamento da Educação. Volume 7. 2017 / n. 7

5. CONCLUSÃO GERAL

Esta investigação possibilitou uma compreensão mais ampla das dinâmicas educacionais locais, evidenciando os desafios estruturais, sociais e culturais que influenciam diretamente a implementação de programas e políticas públicas. Ao revelar como essas iniciativas se materializam no cotidiano das escolas, o estudo não apenas contribuiu para a análise crítica da gestão dos recursos e das práticas pedagógicas, mas também ofereceu subsídios consistentes para a formulação de políticas públicas mais eficazes, sobretudo, quando adaptados às especificações da região Norte do Brasil, com maior promover inclusão, reduzir desigualdades e fortalecer a qualidade da educação em como municípios como Garrafão do Norte-PA.

Nesse contexto, a pesquisa, é motivada por um fluxo de arranjos fundamentados em vivências e práticas educacionais no âmbito do programa PDDE Básico e de suas Ações Integradas, em especial a política PIEC, evidenciou que o modelo atual da gestão educacional não é satisfatório para garantir eficiência e descentralização nas escolas do município. Verificou-se que a constituição de UEx configura-se como solução essencial para superar parte dos desafios enfrentados na administração dos recursos financeiros destinados à educação. O estudo reforça, que a gestão descentralizada dos recursos do programa PDDE Básico e da política PIEC, são elementos-chave para promover melhorias significativas na infraestrutura e na qualidade do ensino; contudo, entraves burocráticos e a ausência de suporte técnico adequado continuam a dificultar a aplicação eficiente desses programas e políticas.

A constituição das UEX^s representa um avanço significativo no fortalecimento da autonomia da gestão escolar, pois permite que as instituições tenham maior controle sobre os recursos e possam tomar decisões com base em suas necessidades específicas. Como discutido na dissertação, a gestão escolar participativa é um princípio constitucional fundamental, e as UEX^s emergem como um mecanismo essencial para garantir a efetividade desse princípio e a governança desta política pública.

A descentralização financeira por meio das UEX^s reduz a burocracia na liberação dos recursos e facilita sua aplicação em tempo hábil. Muitas escolas enfrentam dificuldades para acessar os fundos disponíveis devido às complexidades administrativas e à falta de conhecimento específico sobre gestão financeira do programa PDDE Básico e da Política PIEC. Com a capacitação adequada, os gestores escolares podem utilizar melhor os recursos, garantindo melhorias concretas na infraestrutura escolar e na inclusão digital.

Ao analisar os resultados, o diagnóstico da tabulação dos dados obtidos indicou que a maior parte das dificuldades enfrentadas pelas escolas está relacionada a fatores estruturais e administrativos. A pesquisa apontou que a falta de articulação entre as esferas municipais, estaduais e federais dificulta o acesso e a correta aplicação dos recursos. Nesse sentido, Gatti (2009) “defende que a formação dos gestores escolares e a articulação entre diferentes esferas do governo são fundamentais para a efetividade das políticas públicas”.

Por outro lado, Neto e Oliveira (2022) destaca a exclusão, quando destaca que:

Destaca-se que o PIEC não é o único programa implementado que não se ajusta às demandas regionais do Brasil. Ressalta-se, também, que esse programa, antes de ser integrador e democratizador do acesso das populações rurais do Brasil, especialmente do Amazonas, às inovações tecnológicas na educação, apresentou-se excludente. A sociedade precisa tomar consciência dessa condição absurda das escolas rurais do interior do Amazonas, desconectadas do futuro (Neto e Oliveira, 2022, p. 4).

A crítica de negação dos autores aponta não apenas para os problemas da política PIEC, mas também para a crítica implícita de que a implementação de políticas públicas sem uma adaptação local pode resultar em resultados opostos ao desejado, perpetuando a exclusão em vez de promover a inclusão. Isso exige reflexão e ações mais integradas e adaptadas às realidades regionais, especialmente em áreas como a região Amazônica, onde as condições de infraestrutura e acesso à tecnologia são mais limitadas.

A análise de Ramos et al. (2024) destaca que “a política PIEC avançou em termos de abrangência, atingindo uma proporção crescente de escolas ao longo das fases de indução, expansão e sustentabilidade”. No entanto, os autores (Neto e Oliveira) alertam que, embora tenha havido progressos na distribuição de recursos, a adesão ao programa PDDE Básico e a Política, ainda é limitada pela falta de formação dos conselhos escolares e pelo receio de seus membros em assumir responsabilidades relacionadas à gestão financeira.

Assim, enquanto Neto e Oliveira destacam um ponto crucial ao afirmar que o programa não atendeu adequadamente às demandas regionais, especialmente das populações ribeirinhas do estado do Amazonas, é importante compreender que a exclusão observada nas escolas rurais/ribeirinhas do interior desse estado, não se deve exclusivamente à falha de programas e políticas como a política da PIEC, mas também à própria estrutura de gestão educacional, em especial aos sistemas municipais, que muitas vezes são os principais responsáveis por essa desconexão. Os sistemas municipais de ensino, em diversas partes do Brasil, enfrentam limitações orçamentárias, carências de infraestrutura e desigualdade no

quadro profissional, fatores que dificultam a implementação eficaz de programas e políticas voltados à integração das inovações tecnológicas na educação.

Ramos et al. (2024), aponta que não só as prefeituras, mas também as Secretarias Municipais de Educação que ficam a frente de todas as sistemáticas educacionais, formando, motivando, adequando, estruturando suas propostas de incentivo ao educandário e muitas vezes com poucos recursos e capacidade limitada de gestão, acabam sendo incapazes de articular e dar continuidade às políticas que envolvam não só as tecnologias, assim como, a estruturação de conectividade.

A centralização das decisões em nível municipal pode resultar em uma abordagem fragmentada, prejudicando a integração entre as políticas públicas e as necessidades locais. Em muitos casos, os sistemas municipais de ensino não possuem a capacitação necessária para lidar com a inclusão digital em zonas do campo, onde a falta de conectividade e infraestrutura agrava a situação. Portanto, a verdadeira exclusão está ligada à falta de uma gestão educacional municipal eficiente, que possa integrar as inovações tecnológicas ao ensino.

A parceria entre os CECAMPE^s, em especial ao CECAMPE Norte, o FNDE, é fundamental para o fortalecimento e a transformação do processo de formação presencial no âmbito do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas. Essa colaboração tem sido essencial também no assessoramento técnico às UEX^s, oferecendo orientações que abrangem todas as etapas do processo de execução, desde a adesão, execução até os princípios de prestação de contas.

Os atendimentos de assessoramento têm se destacado por oferecer orientações individualizadas às UEX^s, com o objetivo de compreender e minimizar os atrasos nos repasses, além de orientar as entidades na retomada de celebração das parcerias, possibilitando que se tornem aptas a receber os recursos do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, conforme proposto por Dias et al. (2023), emerge como uma estratégia eficaz na capacitação e formação dos agentes educacionais, fortalecendo a compreensão das políticas educacionais e aprimorando a gestão dos recursos.

A descentralização proposta pelo programa PDDE Básico deve ser acompanhada de medidas para superar as barreiras identificadas, como a falta de capacitação e a interferência na autonomia dos conselhos escolares. Dessa forma, é imperativo que os gestores públicos e as instituições de ensino busquem estratégias para estimular a participação, oferecendo capacitação contínua e criando ambientes propícios à colaboração. A revisão do programa PDDE Básico e suas Ações Integradas, “ressaltam ainda a necessidade de os recursos do

PDDE, contemplarem ações que primem pela equidade e o desenvolvimento de uma educação social e etnicamente referenciada” (Brasil, 2023, p. 15).

A estruturação destas unidades escolares, a contar a constituição de novas UEX^s, são de suma importância para o enquadramento da descentralização das escolas e dando autonomia às escolas da rede municipal de ensino, dando ênfase a um novo cenário, onde as escolas tenham total autonomia na estruturação de suas práticas pedagógicas e espaço físico adequado.

Dessa forma, é possível concluir que a constituição das UEX^s é uma medida essencial para fortalecer a autonomia escolar, otimizar a gestão dos recursos e garantir uma educação de qualidade para os alunos da rede municipal. O estudo contribuiu significativamente para o debate sobre descentralização financeira e democratização da gestão escolar, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes e inclusivas.

6. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BRASIL. Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco / Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Maria Vieira Silva, Yone Maria Gonzaga, (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2022. 228p.

CARDOSO, José Carlos Mantins. O PDDE como instrumento de democratização da gestão escola no Pará; Orientadora, Prof^a. Dr^a. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos. _ 2009.

FIGUEIREDO, A. (2012). *Políticas públicas e descentralização educacional no Brasil*. Educa.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

GATTI, B. A. (2009). *Gestão escolar: desafios contemporâneos*. Cortez.

LIMA, L. M. (2001). *Descentralização e gestão educacional: avanços e desafios*. Editora UFMG.

MOREIRA, M. A. (2015). *Políticas públicas e práticas pedagógicas: reflexões sobre a implementação de políticas educacionais no Brasil*. Papirus.

NETO, José Augusto de Melo e OLIVEIRA, Selma Suely Baçal: **Programa de Inovação Educação Conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas do Amazonas**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270084>.

RAMOS, E. P., Dutra, E. R., Cordeiro, Y. E. M., & Souza, A. A. C. (2024). **Políticas públicas de educação: panorama da educação conectada no estado do Pará, Amazônia**. Revista Caderno Pedagógico, 21(1), 1743-1760. Disponível em <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2345>.

SANTOS, B. S. (2010). *A gramática do tempo: para uma nova teoria social*. Vozes.

ANEXOS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 ERISTON PEREIRA RAMOS
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, Clebs Assunção da Luz, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de outubro de 2024.

Clebs Assunção da Luz

Assinatura do entrevistado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este **“Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”** no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 ERISTON PEREIRA RAMOS
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 05 de outubro de 2024.



Assinatura do entrevistado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Erison Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFPA)

Eu, Emmanuel Bonfim de Abreu Franca, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 19 de Junho de 2024.

Emmanuel Bonfim de Abreu Franca
Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFPA)

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 19 de junho de 2024.

Prof. João Jorge Oliveira de Sousa
Diretor - SEDE
Port. nº 11713/2012
SEDUC/PA

Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 **ERISTON PEREIRA RAMOS**
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 **YVENS ELY MARTINS CORDEIRO**
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.


 Assinatura do entrevistado

E.M.E.F. João Linhares
 Antonio Rodrigues dos Santos
 Diretor - Matr.: Nº 012/2021



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 ERISTON PEREIRA RAMOS
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, Maria Bucilene das N. Santos, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.

Maria Bucilene das N. Santos
 Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFGA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFGA)

Eu, Antonio Gilmar Assunção Pereira assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 19 de junho de 2024.



Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFPA)

Eu, Maria das Graças Oliveira Borges, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.

Maria das Graças Oliveira Borges
Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 ERISTON PEREIRA RAMOS
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, Antonio Monteiro Souza, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.

Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFPA)

Eu, Ediana dos Santos Siqueira, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.

Ediana dos S. Siqueira
Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
gov.br ERISTON PEREIRA RAMOS
Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
(PPGCITI/UFPA)

Eu, Glauciane Aparecida Tunka, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 19 de junho de 2024.

Glauciane Aparecida Tunka
Assinatura do entrevistado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO**

Anexo I - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) DO ENTREVISTADO

Prezado(a) Senhor(a),

Informo que está sendo realizada uma pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba. Nesse sentido, a pesquisa se intitula **“Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022”**

Explicita-se que esta investigação se trata de um estudo de cunho acadêmico e científico, que possui como objetivo analisar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada no âmbito do município de Garrafão do Norte, estado do Pará, evidenciando sua efetividade no contexto das Unidades Escolares com e sem Unidades Executoras Próprias (UEX). Dessa forma, esta investigação está sendo realizada sob a orientação do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, conduzida pelo mestrando Eriston Pereira Ramos.

Assim, por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante, atestamos que você foi esclarecido de que participará da referida investigação através da realização de entrevistas semiestruturadas, a qual será feita a partir de um roteiro. Estas entrevistas serão gravadas para que seja possível a sistematização dos resultados. Esclarecemos ainda que por se tratar de uma participação voluntária e sem interesse financeiro o participante não terá direito a nenhuma remuneração financeira. A qualquer momento da realização deste estudo qualquer participante ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos que julgar necessários. Qualquer participante selecionado poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase dela, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Assim, caso você concorde a participar dessa pesquisa, será convidado para uma entrevista, na qual você irá relatar aspectos acerca da implementação do PDDE e sua relação com a Política de Inovação Educação Conectada. Importante explicitar que essa entrevista ajudará os pesquisadores a coletarem informações que integrarão a dissertação do mestrando e irão possibilitar a elaboração de artigos científicos.

O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos

instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa ao estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial. Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Documento assinado digitalmente
 ERISTON PEREIRA RAMOS
 Data: 10/06/2024 16:52:36-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eriston Pereira Ramos - Pesquisador
 Mestrando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITI/UFPA)

Documento assinado digitalmente
 YVENS ELY MARTINS CORDEIRO
 Data: 12/06/2024 15:29:56-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro - Orientador
 Docente no Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
 (PPGCITI/UFPA)

Eu, Maria Claudiane Neres da Silva, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “**Governança e Participação Social no Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas, com ênfase à Política de Inovação Educação Conectada: Um Estudo sobre as Dinâmicas de implantação em um território do nordeste paraense, Amazônia, no período de 2017 a 2022**”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Garrafão do Norte-PA, 18 de junho de 2024.

Maria Claudiane N. da Silva
 Assinatura do entrevistado

Pesquisa Qualitativa 1

Objetivo Geral:

Analisar os contextos de implementação do PDDE Básico e suas Ações Integradas, identificar os resultados pelas Unidades Escolares, bem como identificar problemas e sugestões de aperfeiçoamento relativos aos resultados das Unidades Escolares do município de Garrafão do Norte, estado do Pará.

Aspectos metodológicos:

Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas com as UEx.

Agentes a serem entrevistados com esse roteiro:

- 1 – Diretor(a) de escola com UEx;
- 2 – Presidente (dirigente) ou tesoureiro;
- 3 – Pai de alunos (conselheiro)

Questionário 1

A.01. Quais as atividades você desempenha no âmbito da implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Há quanto tempo está nesta função?

A.02. Quantas pessoas trabalham com o PDDE na sua Unidade Executora Própria (UEx), também conhecida como Conselho Escolar?

a. É suficiente para a execução do Programa? Por quê? Como isso poderia melhorar?

b. Qual é a função das pessoas envolvidas na execução do PDDE na escola?

c. Como as pessoas envolvidas com o PDDE se organizaram para gerir ao mesmo tempo o programa e as demais atividades da escola?

A.03. Vocês elaboram um plano de aplicação dos recursos que identifica as despesas de capital e custeio, seguindo as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)? Se não, por que não o faz?

a. Cite 3 itens principais que foram comprados com os recursos do PDDE Básico em 2023.

b. Qual o valor que a escola teve direito de receber em 2023? Sabe como foi calculado? Sabe quanto recebeu efetivamente?

c. Para a escola, o PDDE é fonte recurso principal ou secundário?

A.04. Nos últimos anos, a UEx foi afetada por ausência, insuficiência e/ou inconstância nos repasses financeiros do PDDE? Se sim, como? Com que frequência ocorreram atrasos?

A.05. Por qual canal você acompanha os valores disponibilizados em conta (site FNDE – PDDE Info, Consulta Escola, Clique Escola, consulta direto à Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, aplicativo do Banco do Brasil, ou outros)?

a. Vocês têm saldo em conta do PDDE no exercício 2023?

b. Você tem conhecimento de saldo em conta que se encontra parado, sem destinação definida ou de origem desconhecida? Se sim, há quanto tempo?

c. Quais são os motivos para a não utilização dos recursos?

A.06. A sua UEx recebe assistência técnica para a gestão do PDDE? Se sim, quem?

A.07. Quem fez a prestação de contas do PDDE? (Voluntário da UEx, o presidente da UEx, o(a) diretor da escola, tesoureiro, técnico administrativo da Prefeitura e etc).

a. A UEx dispõe de agentes técnico administrativos, como contadores(ras) e assistentes administrativos próprios ou contratado um(a) contador(a)?

b. Conta com suporte ou apoio da prefeitura ou do estado Entidade Executora (EEx) para realizar a prestação de contas? Como é esse apoio?

A.08. Os relatórios de prestação de contas da UEx são publicados de forma acessível para os membros da UEx, a comunidade escolar e comunidade local?

a. Se sim, onde é publicado, como é feita essa divulgação? Se não, por quê?

A.09. Como você avalia o modelo de gestão para gerir o PDDE Básico e suas Ações Integradas a contar a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), com a criação da UEx?

a. Fale um pouco sobre as dificuldades em criar e manter uma UEx.

b. Esse modelo de UEx, deveria continuar a existir no futuro? Por quê?

c. Você tem sugestões para aperfeiçoar esse modelo ou já pensou em uma alternativa para repasse de recursos?

d. O que mudou com a implantação da PIEC na escola?

e. De que forma o recurso da PIEC é implementada nas práticas educacionais?

A.10. Em relação às três etapas básicas da gestão do PDDE Básico e suas Ações Integradas, indique qual é a maior dificuldade de cada uma delas e por quê?

a. Adesão, atualização cadastral.

b. Execução dos recursos.

c. Prestação de contas.

d. E nas Etapas das Ações Integradas, em especial ao PIEC? Como é trabalhado a Adesão, Execução e Prestação de Contas?

A.11. Existem outros problemas que dificultam ou impedem a UEx obter melhores resultados? Quais?

a. Como você poderia resolver esses problemas no dia a dia?

b. Você poderia sugerir mudanças para resolver ou melhorar esses problemas de gestão? O que poderia ser feito por parte do FNDE, da UEx e por parte da EEx para melhorar ou resolver esses problemas?

A.12. Como é o relacionamento com as instituições bancárias?

A.13. Qual foi a regularidade da realização de assembleias (ordinárias e extraordinárias) e de reuniões sobre o PDDE e suas Ações Integradas em 2023?

a. Os Membros da UEx participam? Quem mais participou e tem mais interesse e engajamento nos assuntos do PDDE e suas Ações Integradas?

b. E quem menos participou? Se participaram pouco, quais as principais razões?

c. É convocada uma assembleia extra para tratar da PIEC?

A.14. Nas assembleias e reuniões, em geral quais principais temas e questões são debatidos sobre o PDDE Básico e suas Ações Integradas (questões administrativas, financeiras, infraestrutura etc.)?

a. São feitas reuniões específicas para cada um desses temas apontados ou são discutidos juntos,

PDDE Básico e suas Ações Integradas?

b. Nesse fórum também são discutidas questões pedagógicas (por exemplo, tipos e ferramentas de didática para docente, técnicas de estudo, materiais pedagógicos etc.)?

c. Nas reuniões são apresentadas propostas pedagógicas metodológica para uso das tecnologias, com base ao PIEC?

A.15. Como é realizado o planejamento para utilizar os recursos do PIEC (Política de Educação Conectada)?

a. Como é feito o diagnóstico ou monitoramento das necessidades prioritárias para aplicar recursos?

b. Há algum tipo de consulta à comunidade escolar ou membros da UEx? Reuniões? Conversas? Quem participa?

c. As decisões coletivas sobre prioridades são acatadas pelos dirigentes?

d. Qual é o papel do(a) presidente da UEx no processo de definição das prioridades e decisões?

e. O Plano de Aplicação financeira é executado na íntegra?

A.16. Você percebe resistência dos provedores na participação e distribuição de internet junto ao programa? Em que sentido?

a. Quais as dificuldades apresentadas pelo comércio local em fornecer os serviços de internet? (velocidade, fronteiras, conexões...)

A.17. Além dos membros da UEx, os outros membros da comunidade escolar (pais, alunos, professores, demais servidores) são convidados a participar das assembleias, reuniões e das decisões sobre o PDDE Básico e suas Ações Integradas?

- a.** Se sim, como avalia o comparecimento da comunidade escolar: baixa, média, alta?
- b.** Como é o envolvimento dessas pessoas com os assuntos do PDDE Básico e suas Ações Integradas (nível de comportamento)?

A.18. Quais são as 3 principais dificuldades que a UEx enfrenta para promover a participação engajamento da comunidade nos assuntos do PDDE Básico e suas Ações Integradas?

- a.** Para o PDDE Básico, quais seriam as sugestões de mudança, o que poderia ser melhorado?
- b.** Para as Ações Integradas – PIEC, quais seriam as sugestões de mudanças, o que poderia ser melhorado?

A.19. Como é o clima das reuniões e assembleias sobre o PDDE Básico e suas Ações Integradas?

- a.** Há espaço para diálogo e a argumentação dos membros e outros participantes?
- b.** Opiniões de cada pessoa são respeitadas na mesma forma, com o mesmo peso?
- c.** Em geral, como são tomadas as decisões do PDDE Básico e suas Ações Integradas (por voto, busca de consenso)?
- d.** Qual é o papel do(a) presidente da UEx nas decisões: ele(a) tenta obter consenso, faz a mediação dos conflitos, acata as decisões coletivas?
- e.** Caso não seja o(a) diretor(a) o presidente da UEx: Qual é o papel do(a) diretor(a) da Unidade Escolar nessas reuniões?

A.20. O(a) atual diretor(a) da escola assumiu este cargo por meio de indicação, processo seletivo ou eleito pela comunidade escolar e local? Há alguma legislação local que estabelece como o(a) diretor(a) deve assumir este cargo?

A.21. O PDDE Básico e suas Ações Integradas consegue incentivar a participação da comunidade escolar na definição de prioridades e no controle social dos programas?

- a.** Se sim, como isso pode ser percebido?
- b.** Se não, por quê? Como isso poderia melhorar?

A.22. Você percebe que a comunidade escolar tem um sentimento de pertencimento à escola, isto é, tem um vínculo afetivo e compromisso com as questões da escola?

- a.** Como classificar este vínculo (laços com a escola): forte, médio, fraco? |Explorar como é esse sentimento em relação aos pais e responsáveis, professores e funcionários|.
- b.** Se não existir, quais seriam as motivações?

A.23. Você avalia que a UEx tem autonomia suficiente para executar os recursos do PDDE Básico e suas Ações Integradas?

a. Se não, por quê? O que poderia ser feito para melhorar essa questão?

A.24. A gestão democrática na escola é uma diretriz de várias legislações da educação. O que você entende como gestão democrática na educação? Como a UEx traduz isso em ações na prática cotidiana?

A.25. Gostaria de comentar alguma outra coisa relacionada ao PDDE Básico e suas Ações Integradas, que não foi abordado nesta entrevista ou destacar algo que considere importante?

Pesquisa Qualitativa 2

Objetivo Geral:

Analisar os contextos de implementação do PDDE Básico e suas Ações Integradas, identificar os resultados pelas Unidades Escolares sem UEx, bem como identificar problemas e sugestões de aperfeiçoamento relativos ao Programa.

Aspectos metodológicos:

Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas com as Unidades Escolares sem UEx.

Agentes a serem entrevistados com esse roteiro:

1 – Diretor(a) ou Professor de escola sem UEx.

Questionário 2

A.01. Qual a função que você ocupa na Unidade Escolar sem UEx? Você já ouviu falar sobre a importância de implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? E sobre as Ações Integradas? Há quanto tempo está nessa função? Há quanto tempo você já pesquisou ou acessou a Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas?

A.02. Por que a sua escola não criou uma UEx?

A.03. Os estudantes, funcionários(as), pais e professores(ras) conhecem e/ou participam do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas? Se não, por quê?

A.04. Em relação ao planejamento para utilizar os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):

a. Quem toma a decisão final sobre o que será adquirido com os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nas práticas educacionais e pedagógica da escola? Por quê?

b. A EEx atendeu as demandas da escola sem UEx?

c. Como a decisão final sobre o que será adquirido é publicizado para comunidade escolar? No caso, não tem Conselho, então o planejamento de vocês é feito pela secretaria, correto?

d. O(a) diretor(a), professor(a) da Unidade Escolar sem UEx tem autonomia suficiente para definir as prioridades de sua Unidade? Isso é negociado? Se não, por quê?

c. Os membros da Unidade Escolar sem UEx já pensaram em mobilizar a comunidade escolar para instituir sua UEx? Se sim, quais atividades de mobilização foram realizadas?

A.05. Sua Unidade Escolar sem UEx tem conhecimento dos valores recebidos pela EEx em relação Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? E quanto está deixando de captar através das Ações Integradas?

a. Qual o valor do PDDE Básico? Você já viu falar sobre educação conectada?

Uma pergunta que não está aqui, mas a escola tem algum tipo de conectividade?

b. Qual o valor da Ação Integrada da PIEC para escola?

A.06. Você tem conhecimento da aplicação da Política de Inovação Educação conectada?

a. Você tem ideia de quanto a escola deixou de receber recursos do PDDE Básico de 2017 à 2022, com base na Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021?

b. Você tem ideia de quanto a escola deixou de receber recursos das Ações Integradas – PIEC de 2017 a 2022?

A.07. De que forma você percebe estas perdas de recursos nas práticas técnicas pedagógicas e infraestrutura física da escola?

A.08. O que você entende como gestão democrática na educação, principalmente em sua Unidade Escolar sem UEx?

A.09. Como é a relação da EEx com as escolas sem UEx? E como poderia melhorar?

A.10. Gostaria de comentar alguma outra coisa relacionada ao PDDE, que não foi abordado nesta entrevista ou destacar algo que considere importante?

Demonstrativo de recebimentos do programa PDDE Básico e da política PIEC das Escolas Municipais com UEx de 2018 à 2022.

ESCOLAS	INEP	ANOS DA PESQUISA / NÚMERO DE ALUNOS										TOTAL
		2018	Nº Alunos	2019	Nº Alunos	2020	Nº Alunos	2021	Nº Alunos	2022	Nº Alunos	
E M E F I MUNDO FELIZ	15089401	5.080,00	201	5.040,00	202	4.600,00	180	10.000,00	225	6.230,00	249	30.950,00
PIEC						3.328,00		3.328,00		3.328,00		9.984,00
EMEF TAUARI	15089410	2.680,00	34	2.660,00	33	2.620,00	31	2.540,00	27	3.120,00	31	13.620
PIEC						2.451,00		2.451,00				4.902,00
EMEF MAGALHAES BARATA	15089436	7.780,00	277	7.080,00	254	6.480,00	224	10.280,00	207	6.420,00	196	38.040,00
PIEC						3.328,00						3.328,00
E M E F OLAVO BILAC	15089444	10.720,00	409	9.620,00	381	9.180,00	359	8.960,00	348	9.260,00	338	47.740,00
PIEC						3.328,00				3.328,00		6.656,00
E M E F PROF ELZA MARIA CORREA DANTAS	15089460	28.400,00	1.337	25.240,00	1.212	25.420,00	1.221	48.460,00	1.173	21.770,00	1.026	149.290,00
PIEC				3.892,00		3.892,00						7.784,00
E M E F HUMBERTO FERNANDES	15089479	4.840,00	130	3.580,00	79	3.380,00	69	3.420,00	71	3.800,00	64	19.020,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E F INDEPENDENCIA	15089720	2.900,00	45	3.000,00	50	3.040,00	52	3.000,00	50	3.360,00	43	15.300,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
EMEF JANIO QUADROS	15089738	2.600,00	30	2.500,00	25	2.420,00	21	2.400,00	20	2.920,00	21	12.840,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E F I PEDRO ALVARES CABRAL	15090000	6.480,00	212	6.220,00	211	6.220,00	211	9.440,00	186	6.400,00	195	34.760,00
PIEC						3.328,00		2.451,00		2.451,00		8.230,00
E M E F PEDRO	15090019	3.980,00	93	3.860,00	93	3.540,00	77	3.260,00	63	3.820,00	66	18.460,00

ALVARES CABRAL												
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E F NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	15090027	2.680,00	28	2.520,00	26	2.500,00	25	2.540,00	27	3.660,00	29	13.900,00
PIEC		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
E M E F SANTA MARIA	15090159	13.180,00	550	11.960,00	498	11.240,00	462	10.260,00	413	19.220,00	418	65.862,00
PIEC						3.328,00						3.328,00
E M E F SAO RAFAEL	15090221	7.060,00	238	6.900,00	245	6.660,00	233	6.520,00	226	6.740,00	212	33.880,00
PIEC						3.328,00						3.328,00
E M E F VISCONDE DE MAUA	15090329	4.960,00	148	4.480,00	124	4.180,00	109	4.040,00	102	4.440,00	97	22.100,00
PIEC						2.451,00						2.451,00
E M E F DUQUE DE CAXIAS	15140970	8.040,00	299	8.180,00	309	8.000,00	300	7.680,00	284	8.580,00	304	40.480,00
PIEC						3.328,00				3.328,00		6.656,00
E M E F IMENINO JESUS	15141012	4.480,00	124	4.800,00	140	4.300,00	115	4.420,00	121	5.080,00	129	23.080,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
M E F QUIRINO VIEIRA	15141020	2.980,00	49	3.000,00	50	2.920,00	46	2.880,00	44	3.440,00	47	15.220,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E F VALDOMIRO MESQUITA	15141047	2.580,00	26	2.620,00	31	2.560,00	28	2.480,00	24	3.020,00	26	13.260,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E F JUAREZ SILVA	15145549	4.280,00	114	4.120,00	106	3.820,00	91	3.660,00	83	5.740,00	81	21.620,00
PIEC						2.451,00				2.451,00		4.902,00
E M E I F MUNDO ENCANTADO	15145581	8.520,00	320	8.720,00	336	8.820,00	341	8.760,00	338	9.180,00	334	44.000,00
PIEC						3.328,00						3.328,00
E M E F I DIOLINDA	15520269	5.000,00	150	2.280,00	128	2.020,00	102	3.660,00	100	4.660,00	108	17.620,00

MIRANDA												
PIEC						2.451,00		2.451,00		2.451,00		7.353,00
EMEF SANTO ANTONIO	15564835	3.580,00	79	3.760,00	88	3.540,00	77	3.720,00	86	4.200,00	23	18.800,00
PIEC		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
E M E I CHAPEUZINHO VERMELHO	15550761	5.220,00	208	5.700,00	235	5.260,00	213	5.160,00	208	5.010,00	188	26.350,00
PIEC				3.328,00		3.328,00						6.656,00
E M E F PACÍFICO LEAO DA COSTA	15560813	19.500,00	848	18.000,00	800	16.540,00	727	31.400,00	735	17.060,00	728	102.500,00
PIEC						3.892,00		3.892,00		3.892,00		11.676,00
EMEF JOAO LINHARES	15579158	25.660,00	1.176	23.120,00	1.106	21.020,00	1.001	20.520,00	976	20.810,00	978	111.130,00
PIEC				3.892,00		3.892,00				3.892,00		11.676,00
E M E F NOSSA SENHORA APARECIDA	15586677	4.100,00	149	4.080,00	154	4.100,00	155	4.420,00	171	8.930,00	192	25.630,00
PIEC				2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		9.804,00
26			7274		6916		6470		6308			1.121.808,00

Legenda: Recursos não pagos

Resumo: Demonstrativo de recebimentos do programa PDDE Básico e da política PIEC das Escolas Estaduais com UEx de 2018 à 2022.

Escolas Municipais								
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total	Perdas de Recursos	
PDDE Básico	197.280,00	183.040,00	174.370,00	223.880,00	196.870,00	972.452,00	22.920,00	Não pago
PIEC	0	13.563,00	71.040,00	17.024,00	44.729,00	146.356,00	20.916,00	Não recebeu
Escolas Estaduais								
PDDE Básico	44.440,00	28.700,00	24.740,00	45.000,00	59.090,00	201.970,00	14.160,00	Não pago
PIEC	0	3.892,00	3.328,00	10.547,00	7.220,00	24987	3.328,00	Não recebeu

E M E F LUIZ MOURA	15089835	960	16	1.140,00	19	1.140,00	19	1.080,00	18	1.260,00	21	5.652,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F MANOEL MENDONCA	15089860	1.320,00	22	960	16	480	8	720	12	600	10	4.138,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF MARIA AUXILIADORA	15089878	780	13	1.020,00	17	1.140,00	19	1.020,00	17	900	15	4.926,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F NOVA VIDA	15089967	1.440,00	24	1.740,00	29	1.440,00	24	1.140,00	19	1.200,00	20	7.056,00	25.000,00
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F SAO BENEDITO	15090086	720	12	540	9	720	12	420	7	600	10	3.040,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F SAO MARCOS	15090191	780	13	780	13	540	9	480	8	600	10	3.223,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F SAO MATEUS	15090205	1.680,00	28	1.440,00	24	1.620,00	27	1.200,00	20	1.260,00	21	7.299,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E F SAO RAIMUNDO	15090230	1.380,00	23	1.140,00	19	900	15	720	12	600	10	4.809,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF TANCREDO NEVES	15090272	1.460,00	24	1.440,00	24	1.500,00	25	1.560,00	26	1.200,00	20	7.259,00	25.000,00
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
E M E I	1509035	2.460,00	41	2.400,00	40	2.220,00	37	2.280,00	38	1.620,00	27	11.136,00	

CRIANCA FELIZ	3												
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF SEVERINO SIMPLICIO DE CARVALHO	15102220	1.800,00	30	1.440,00	24	1.500,00	25	1.140,00	19	960	16	6.938,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF SEBASTIAO LEOPOLDINO DE OLIVEIRA	15520277	900	15	840	14	840	14	960	16	900	15	4.499,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF BOM JARDIM	15564800	780	13	1.020,00	17	840	14	660	11	360	6	3.715,00	25.000,00
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF HILARIO FONSECA DA SILVA	15564835	1.100,00	18	900	15	1.020,00	17	1.140,00	19	1.380,00	23	5.609,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF MARIA MIRIAM	15564878	1.260,00	21	1.320,00	22	1.260,00	21	960	16	780	13	5.660,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF JOAO FERREIRA MENDES	15582507	1.200,00	20	1.200,00	20	780	13	660	11	660	11	4.564,00	
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
EMEF ANTONIO CAMPOS	15586650	960	16	840	14	1.080,00	18	780	13	960	16	4.681,00	

TAVERA													
PIEC		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		2.451,00		12.255,00	
25		94.695,00	643	94.515,00	633	92.315,00	596	88.955,00	542	86.655,00	506	459.231,00	100.000,00

Legenda: Recursos não pagos

